

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM GEOGRAFIA

BRUNA CRISTINE DE LIMA SANTOS

AGRICULTURA CAMPONESA NO ESTADO DO ACRE:
O Assentamento Nova Baixa Verde no Município de Senador Guiomard, Acre

RIO BRANCO-ACRE

2025

BRUNA CRISTINE DE LIMA SANTOS

AGRICULTURA CAMPONESA NO ESTADO DO ACRE:

O Assentamento Nova Baixa Verde no Município de Senador Guiomard, Acre

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: *Produção do espaço e ambiente nas fronteiras da Amazônia Sul Ocidental*

Orientador. Prof. Dr. José Alves

RIO BRANCO-AC

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

S237A Santos, Bruna Cristine de Lima, 1999 -
Agricultura camponesa no estado do Acre: o Assentamento Nova Baixa Verde
no Município de Senador Guiomard, Acre / Bruna Cristine de Lima Santos;
orientador: Prof. Dr. José Alves. – 2025.
168 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-
Graduação, Mestrado em Geografia. Rio Branco, 2025.
Inclui referências bibliográficas.

1. Agricultura Camponesa. 2. Assentamento. 3. Políticas Públicas. I. Alves,
José (orientador). II. Título.

CDD: 910

Bibliotecário: Uéilton Nascimento Torres CRB-11º/1074.

BRUNA CRISTINE DE LIMA SANTOS

**AGRICULTURA CAMPONESA NO ESTADO DO ACRE:
O Assentamento Nova Baixa Verde no Município de Senador Guiomard, Acre**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – Ufac, para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Alves

Orientador e Presidente da Banca – PPGeo/Ufac

Prof. Dr. Silvio Simione da Silva

Membro interno – PPGeo/Ufac

Prof. Dr. Carlos Alberto Feliciano

Membro externo – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus Presidente Prudente

Profa. Dra. Karina Furini da Ponte Alves

Membro suplente – PPGeo/Ufac

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus pais, Marlice Pereira de Lima e Francisco Cristovam de Souza Santos. Ao meu companheiro Feliciano de Souza Ferreira, e a todos que acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente eu agradeço a Deus, pois ele aturou a loucura de um coração ansioso, e trouxe a calma necessária para continuar (Salmo 94.19). Agradeço a mim, por não ter desistido.

Agradeço à Universidade Federal do Acre (Ufac), em especial ao curso de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo), coordenado pela Profa. Dra. Maria de Jesus Morais e Profa. Dra. Karina Furini da Ponte Alves (vice-coordenadora); à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (Capes) pela ajuda da bolsa concedida durante esses dois anos, pois sem ela, nada disso seria possível.

A todos os professores do mestrado que contribuíram com o meu conhecimento, em especial ao meu orientador Prof. Dr. José Alves, que traz em suas qualidades a mansidão. Obrigada pela paciência, orientações e incentivo (gratidão). E ao Prof. Dr. Silvio Simione da Silva, que também sempre esteve disposto a tirar minhas dúvidas (obrigada pela atenção). De modo geral, obrigada a todos pelo compartilhamento dos seus conhecimentos.

À minha mãe Marlice Pereira de Lima, que acreditou que eu conseguiria, e desejava que tudo isso acabasse logo; e ao meu companheiro Feliciano Ferreira, por se alegrar, torcer por mim, e me consolar em dias ruins. Ao ombro da minha amiga Jéssica Ribeiro, que entrou junto comigo nesta jornada e sempre esteve comigo na caminhada, me convencendo a não desistir. Agradeço aos momentos do café que forneceram alívio aos dias ruins do nosso grupinho da tarde, agradeço a Nisce Oliveira e Daniel Amarilha pela ajuda e apoio fornecido. Também estendo agradecimentos pelas palavras de apoio da turma de 2023, meus sinceros agradecimentos.

Gostaria de expressar minha gratidão à banca avaliadora do Exame de Qualificação, composta pelos professores Dr. José Alves, Dr. Carlos Alberto Feliciano e Dr. Silvio Simione, pela disponibilidade, atenção e as contribuições durante a avaliação deste trabalho.

Às pessoas que participaram e contribuíram com a minha dissertação, em especial, aos camponeses que me deram atenção e minutos do seu tempo no Assentamento. Espero que seus dias sejam longos e prósperos.

RESUMO

Este trabalho busca evidenciar os desafios para o fortalecimento da agricultura camponesa, e a luta por sua reprodução territorial. Seu objetivo é analisar a dinâmica territorial no Projeto de Assentamento (PA) Nova Baixa Verde, no município de Senador Guiomard, Acre, a fim de compreender os desafios da agricultura camponesa no estado do Acre. Utilizou-se uma abordagem qualitativa com base em doze entrevistas realizadas com os assentados, além da pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados apontaram para a dificuldade que os camponeses têm para acessar as políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a assistência técnica, e o uso de diferentes formas de ocupações e de renda para permanecerem na terra. A pesquisa demonstra a adversidade que os camponeses enfrentam em seus lotes quanto à produção da agricultura, assim como o panorama geral da realidade vivenciada por eles no ano de realização da pesquisa. Conclui-se que a falta de fortalecimento da agricultura no estado do Acre remete ainda, para problemas arcaicos, como a falta de acesso às políticas públicas e ausência de ações integradas com governos estaduais e municipais. A não valorização da agricultura camponesa no Estado acreano é fruto do seu contexto histórico de formação agrária, pois se reflete na manutenção da estrutura fundiária calcada na grande propriedade, e no avanço do capital sobre os territórios camponeses, enquanto invalida as verdadeiras necessidades dos camponeses, como o apoio à produção diversificada, a assistência técnica adequada e contínua, insumos acessíveis, e infraestrutura para o escoamento da produção.

Palavras-chave: Agricultura Camponesa; Assentamento; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This study seeks to highlight the challenges facing peasant agriculture and the struggle for its territorial reproduction. Its objective is to analyze the territorial dynamics of the Nova Baixa Verde Settlement Project (PA), in the municipality of Senador Guiomard, Acre, in order to understand the challenges facing peasant agriculture in the state of Acre. A qualitative approach was used, based on twelve interviews with settlers, in addition to bibliographic and documentary research. The results highlighted the difficulties peasants face in accessing public policies, such as the Food Acquisition Program (PAA), the National School Feeding Program (PNAE), technical assistance, and the use of various forms of occupation and income to remain on the land. The research demonstrates the adversity peasants face on their plots regarding agricultural production, as well as a general overview of the reality they experienced during the year the study was conducted. It is concluded that the lack of strengthening of agriculture in the state of Acre also reflects archaic problems, such as the lack of access to public policies and the absence of integrated actions with state and municipal governments. The lack of appreciation for peasant agriculture in the state of Acre is a result of its historical context of agrarian formation, as it is reflected in the maintenance of a land structure based on large properties and the encroachment of capital into peasant territories, while invalidating the true needs of peasants, such as support for diversified production, adequate and continuous technical assistance, accessible inputs, and infrastructure for the flow of production.

Key words: Peasant Agriculture; Settlement; Public Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - TD, CCU E CDRU expedidos por ano em assentamentos federais no Brasil, período 2017-2022	43
Gráfico 2 - Brasil: títulos definitivos e provisórios por região (2019-2022)	44
Gráfico 3 - Brasil: famílias assentadas durante os anos de 2012 a 2022	46
Gráfico 4 - Assentamentos criados no Brasil durante os anos de 2012 a 2022	47
Gráfico 5 - Contratos de crédito rural acessados por região (2013-2022)	49
Gráfico 6 - Acesso ao crédito rural no estado do Acre nos anos de 2013 a 2022	49
Gráfico 7 - Avaliação da manutenção dos ramais utilizados no Assentamento Nova Baixa Verde	96
Gráfico 8 - Avaliação do acesso à educação no Assentamento	98
Gráfico 9 - Avaliação do acesso à saúde no Assentamento	99
Gráfico 10 - Produção de leite (mil litros) no Acre, como um todo, e em Senador Guiomard (2010-2023)	107
Gráfico 11 - Levantamento da produção realizada no PA Nova Baixa Verde	113
Gráfico 12 - A escolha das produções: necessidade própria ou por demanda de mercado?	116
Gráfico 13 - Faixa etária dos assentados	118
Gráfico 14 - Nível de escolaridade dos camponeses no Assentamento	119
Gráfico 15 - Locais em que moravam os assentados antes de se mudarem para o Assentamento	119
Gráfico 16 - Delimitação do tamanho das propriedades dos camponeses no Assentamento	121
Gráfico 17 - Situação da documentação das propriedades dos assentados entrevistados no PA Nova Baixa Verde	121
Gráfico 18 - Há membros familiares que trabalham fora do Assentamento?	123
Gráfico 19 - Renda familiar: produção no lote <i>versus</i> renda externa	124
Gráfico 20 - Acesso pelos assentados às políticas públicas	127
Gráfico 21 - Frequência das citações das políticas que foram mais acessadas pelos entrevistados	128
Gráfico 22 - Avaliação do serviço prestado pela Ater no Assentamento	133
Gráfico 23 - Manifestação no Assentamento: conhecimento e participação dos assentados	139
Gráfico 24 - Laços familiares no Assentamento	141
Gráfico 25 - Avaliação da atuação do Incra no Assentamento	142
Gráfico 26 - Destino de membros familiares ao saírem do Assentamento	144

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil dos participantes da pesquisa	18
Quadro 2 - Número de documentos expedidos entre 2019 e 2022 na região Norte	45
Quadro 3 - Modalidades de assentamentos no estado do Acre de acordo com dados do Inca (2024)	69
Quadro 4 - Seleção de famílias para os assentamentos no estado do Acre em 2024	70
Quadro 5 – Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no Estado do Acre	75
Quadro 6 - Assentamentos no município de Senador Guiomard (AC)	79

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Localização dos Projetos de Assentamento no Acre	77
MAPA 2 - Localização do Assentamento Nova Baixa Verde	80
MAPA 3 - Espacialização do PA Nova Baixa Verde (2009-2023)	94

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Acesso ao Assentamento pela BR 317 (sentido a Boca do Acre)	95
Fotografia 2 - Estrada de Terra no Assentamento	95
Fotografia 3 - Creche em construção no PA Nova Baixa Verde em 2024	97
Fotografia 4 - Transporte escolar em ramais no Assentamento	98
Fotografia 5 - Posto de combustível localizado nas proximidades do Assentamento	100
Fotografia 6 - Silo graneleiro localizado na rotatória de acesso ao Assentamento	100
Fotografia 7 - Identificação da construção do galpão de beneficiamento e tratamento de amendoim (2024)	101
Fotografia 8 - Situação da construção do galpão em 2024	101
Fotografia 9 - Ponto Comercial 1 no PA Nova Baixa Verde	102
Fotografia 10 - Ponto Comercial 2	103
Fotografia 11 - Ponto Comercial 3	103
Fotografia 12 - Ponto Comercial 4	104
Fotografia 13 - Igreja evangélica no Assentamento	104
Fotografia 14 - Cultivo de melancia no PA-NBV	108
Fotografia 15 - Cultivo de pepino no PA-NBV	108
Fotografia 16 - Cultivo de laranja no PA-NBV	109
Fotografia 17 - Cultivo de hortaliças no PA-NBV	109
Fotografia 18 - Cultivo de pimenta cheirosa no PA-NBV	110
Fotografia 19 - Cultivo de cebola e couve no PA-NBV	110
Fotografia 20 - Registro de abóboras cultivadas no PA-NBV	111
Fotografia 21 - Cultivo de mamão no PA-NBV	111
Fotografia 22 - Mamoeiro em fase de frutificação PA-NBV	112

LISTA DE SIGLAS

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural

BNDS – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

Cageacre - Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Estado do Acre

CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Ibra – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Inda – Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário

Iteacre – Instituto de Terras do Acre

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

Nari – Núcleo de Apoio Rural Integrado

NBV-Nova Baixa Verde

PA – Projeto de Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAD – Projeto de Assentamento Dirigido

PIN – Programa de Integração Nacional

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

Polamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

Procera – Programa Especial de Crédito a Reforma Agrária

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

Pronera – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

Sudam – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

Supra – Superintendência de Política Agrária

UDR – União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CAPÍTULO 1: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	20
1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: pressuposto histórico	20
1.2 A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: sua suposta efetivação e o avanço da política de colonização	23
1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E SEU IMPACTO NO CAMPO APÓS 1990	29
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMA AGRÁRIA	35
1.5 AS POLÍTICAS DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE TEMER E BOLSONARO	37
1.6 CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS E FIRMAÇÃO DE BASES PARA O MERCADO FUNDIÁRIO EM TERRAS DE ASSENTAMENTO	42
2 CAPÍTULO 2: AS LUTAS DOS MOVIMENTOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO ACRE E A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SENADOR GUIOMARD	56
2.1 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO ESTADO DO ACRE	56
2.2 A QUESTÃO FUNDIÁRIA E OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA NO ESTADO DO ACRE	65
2.3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO ACREANO PÓS-90	70
2.4 NOVA BAIXA VERDE: MODALIDADE DE ASSENTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	79
2.5 TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA BAIXA VERDE	84
3 CAPÍTULO 3: A DINÂMICA TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO NOVA BAIXA VERDE FRENTE AOS DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA	93
3.1 INFRAESTRUTURA NO ASSENTAMENTO	93
3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO REALIZADOS NO PA NOVA BAIXA VERDE	106

3.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ASSENTADOS	117
3.4 APOIO À PRODUÇÃO	126
3.5 DIFICULDADES PARA PRODUZIR NOS LOTES	135
3.6 ORGANIZAÇÃO SOCIAL	138
3.7 ATUAÇÃO DO INCRA	142
3.8 MOBILIDADE FAMILIAR	144
3.9 ESTRATÉGIAS USADAS PARA PERMANECER NA TERRA	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS	155

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema de pesquisa surgiu de uma realidade que vivenciada na zona rural, como filha de camponeses. A escolha do local corresponde a um período em que morava no Assentamento Nova Baixa Verde, localizado no município de Senador Guiomard, Acre. Antes de chegar ao Assentamento, meus pais trabalhavam com gado leiteiro, e nelore, além de criação de outros animais para composição da renda. Ao chegar no Assentamento, realizou-se a produção de frutas como maracujá e melancia, além hortaliças. Mesmo meus pais não tendo conhecimento técnico, por vezes, nem condições financeiras, e errando inúmeras vezes até acertar, eles recriaram suas habilidades para conseguir promover seu sustento da terra.

Antes, acreditava-se que um dos maiores problemas que os pais enfrentavam era a distância, a falta estradas com acessibilidade, já que a moradia era próxima ao município de Acrelândia, com 28 km de ramal e 87 km de BR até Rio Branco. Ali meus pais também comercializavam queijo. Quando se passa a morar no Assentamento, imaginava-se que pela distância, pelo menos a comercialização seria mais fácil, mas não foi bem assim, as dificuldades envolviam um conjunto de coisas que afligem a produção camponesa, desde o apoio técnico, financeiro, a falta de conhecimento, a dificuldade de acesso a créditos, comercialização e estabilidade. O camponês tem que estar constantemente se recriando, integrando novas formas de sobreviver, jogando com a realidade que cada um enfrenta, criando brechas para permanecer na terra.

Na Universidade, após iniciar o curso de Geografia Licenciatura, é que pude entender um pouco sobre as adversidades que atingem o trabalho camponês e a realidade como um todo, em que ele está inserido. Ao refletir sobre o trabalho árduo, as dificuldades enfrentadas, e a habilidade de resiliência perante o trabalho na produção da agricultura camponesa, quis me aprofundar e estudar a temática.

A agricultura camponesa desempenha papel fundamental na produção de alimentos diversificados. A sua territorialização permite garantia de segurança alimentar não somente para o assentado, mas também para a população em geral. Apesar de muitas vezes não se ter conhecimento técnico, a agricultura camponesa se constituiu e continua se acontecendo a partir de saberes locais, das práticas vivenciadas em suas realidades, contribuindo para a promoção de novas formas de produção agrícola.

Estudar esses processos que estão em constante mudança, permite acompanhar a adaptação camponesa perante os desafios contemporâneos que cada vez mais, influenciam seu modo de trabalho e sua relação com a terra. O estudo nos assentamentos rurais, sobre a temática,

permite também fortalecer a contribuição da agricultura camponesa para a localidade e para a vidas dessas pessoas, registrando a importância de uma política da reforma agrária para a promoção do acesso à terra e das condições necessárias para viver nela.

O objetivo do trabalho é analisar a dinâmica territorial no Assentamento Nova Baixa Verde, no município de Senador Guimard, Acre, a fim de compreender os desafios da agricultura camponesa no Estado do acreano.

Os objetivos específicos estão integrados nos três capítulos, sendo eles:

1) Examinar as dificuldades enfrentadas pelos camponeses diante da redução nas políticas de reforma agrária e do enfraquecimento das ações governamentais voltadas para o campo;

2) Compreender os aspectos norteadores que envolvem a criação do Assentamento, identificando as políticas de assentamento rural no município Senador Guimard;

3) Investigar as estratégias utilizadas pelos assentados na produção e comercialização, na organização política para sua permanência na terra, bem como identificar as dificuldades enfrentadas e as formas de lutas pelos assentados para o fortalecimento da agricultura camponesa.

Por meio desses objetivos, busca-se as seguintes questões problematizadoras: Quais são as políticas de assentamentos rurais no estado do Acre? Em qual contexto e para qual finalidade foi criado o Assentamento Baixa Verde, no município de Senador Guimard? Quais são os impasses enfrentados pelo agricultor camponês, desde o plantio até a comercialização e a produção? As famílias de agricultores rurais são amparadas pelos entes governamentais? E quais as estratégias utilizadas para conseguir se manter na terra?

A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa diz respeito a etapas metodológicas, levando em consideração que cada uma delas possui um procedimento importante a ser realizado para concretização da pesquisa.

A realização de uma pesquisa qualitativa, segundo Marconi e Lakatos (2019), tem como intuito obter a compreensão particular do objeto que está sendo investigado. Dessa forma é possível capturar a complexidade e dinamicidade, sem reduzir o estudo apenas a dados quantitativos. Esse olhar surge a partir da observação e participação em campo, nas entrevistas e relatos dos participantes, da análise entre os discursos, documentos e a realidade concreta. Isso permitiu ter uma visão rica e contextualizada da vivência dos sujeitos, entender os conflitos e resistência, e a percepção dos sujeitos sobre sua realidade.

A metodologia faz parte da construção do conhecimento sobre essa realidade, é o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem desse contexto (Minayo *et al.*,

1994). De acordo com Minayo *et al.* (1994), a metodologia inclui concepções teóricas e um conjunto de técnicas que devem ser claras, objetivas e coerentes. É através da metodologia que serão definidas as etapas, os instrumentos e procedimentos a serem utilizados na realização da pesquisa. A revisão bibliográfica é fundamental para a construção do referencial teórico. A partir de leituras de documentação indireta, que corresponde a material já elaborado ou não, sendo dividido segundo Marconi e Lakatos (2020) em pesquisa documental (fonte primária) e bibliográfica (fonte secundária).

De acordo com Severino (2013), entende-se como pesquisa bibliográfica aquela que é realizada a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, como livros, artigos, teses e dissertações. Nesse tipo de investigação o pesquisador trabalha com a contribuição de outros autores. Já a pesquisa documental, segundo o mesmo autor, diz respeito a fonte de documentos, tais como fotos, jornais, filmes, gravações, documentos legais etc. Nestes casos, os conteúdos dos textos que ainda não tiveram nenhum tratamento analítico são ainda matéria-prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.

O levantamento bibliográfico foi realizado utilizando contribuições literárias da biblioteca da Universidade Federal do Acre (Ufac), além de teses e artigos *online* do Google Acadêmico, da biblioteca *online* da UNESP-Presidente Prudente (SP), revista Pegada, revista Terra Livre, contribuições do Grupo de Pesquisa Rede Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT-Unesp), dentre outras fontes. Houve utilização de *sites* de notícias para coletar informações de acontecimentos locais e gerais sobre a temática, tais como: página do Governo do Acre, Brasil de Fato, O Joio e o Trigo, Alto Acre. Também realizava-se levantamento documental, utilizando *sites* como: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Mistério de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Instituto de Terras no Acre, Observatório da Agropecuária Brasileira, dentre outros.

Outra etapa da pesquisa constituiu-se no trabalho de campo para a coleta de dados quantitativos e qualitativos com os assentados do Nova Baixa Verde. Segundo Severino (2013, p. 76), “[...] na pesquisa de campo, o objeto/fonte é abordado em seu próprio meio ambiente. A coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador”. Ainda sobre o tema, “A coleta de dados é a fase da pesquisa que se ocupa de reunir informações necessárias aos objetivos da investigação e aos problemas que o pesquisador objetiva resolver” (Marconi; Lakatos, 2019, p. 334).

A coleta dos dados em campo se deu por meio de questionário aplicado aos assentados, com entrevista semiestruturada, registrando as falas através de gravação, com a posterior transcrição dos áudios, ainda contando com o auxílio do caderno de anotações manuais durante as visitas. Para levantamento de dados quantitativos, foi utilizado o questionário, com o objetivo de saber a escolaridade, ocupação, renda, produção, faixa etária, número de integrantes na residência etc., com intuito da construção do perfil socioeconômico dos moradores. Já o levantamento de dados qualitativos ocorreu através de entrevista semiestruturada. A abordagem qualitativa responde a questões muito particulares; preocupa-se com o ser social, com a realidade que não pode ser quantificada (Minayo *et al.*, 1994). Para Marconi e Lakatos (2019, p. 303) “[...] o estudo desenvolve-se numa situação natural, oferecendo riqueza de dados descritivos, bem como focalizando a realidade de forma complexa e contextualizada”.

O primeiro capítulo tem como título “A questão agrária no Brasil”, o qual busca aporte em autores como Andrade (2002), Martins (1981, 1986, 1989, 1990, 1993, 2003), Fernandes (2004), Cabral (2021), Oliveira (1993, 2007, 1990), Silva (1981, 1998) Sauer e Leite (2017, 2020), Porto Gonçalves (2018, 2019) e Alentejano (2022, 2020), para estudar a gênese do problema agrário brasileiro, a forma como se efetivou em momentos históricos distintos, abordando a desigualdade e exclusão quanto ao acesso à terra pelo agricultor camponês. Ao abordar autores como Mafort (2018), Antunes (1999, 2018), Firmiano (2014), Santana (2022) e Thomaz Júnior (2009, 2012) busca-se destacar as mudanças que ocorreram para o capital por meio de sua reestruturação produtiva, e como isso impactou no trabalho do agricultor camponês no campo, a partir do avanço da lógica de produção patronal firmada no agronegócio. Isso evidencia, a partir de uma realidade mais recente, ações que se estabelecem no decorrer do tempo para promover a desestimulação da política de reforma agrária e da agricultura camponesa, retirando assim o acesso à terra e as condições necessárias para fortalecimento da agricultura camponesa.

No segundo capítulo, intitulado “As lutas dos movimentos territoriais no Acre e a formação dos assentamentos rurais em Senador Guiomard”, busca-se através das contribuições de autores como Franca (2009), Paula (2005, 2013), Silva (2004, 2011, 2012, 2013), Melo (2022), Costa (2019), Cavalcanti (1994), dentre outros, abordar o processo de territorialização da agricultura camponesa no território acreano, a partir dos movimentos territoriais que ocorreram no Estado, visando compreender os aspectos norteadores que envolvem a criação do Assentamento, identificando as políticas de assentamento rural no município Senador Guiomard.

O terceiro capítulo, “A dinâmica territorial no Assentamento Nova Baixa Verde frente aos desafios de fortalecimento da agricultura camponesa”, aprofunda a reflexão por meio da análise das entrevistas. Foram realizadas 12 entrevistas em campo. Quanto à escolha dos entrevistados, dois deles foi por indicação dos próprios assentados, por terem um maior envolvimento no Assentamento, e os demais foram selecionados conforme a disponibilidade e interesse em participar da pesquisa. Quatro entrevistadas semiestruturadas foram trabalhadas no segundo capítulo, que aborda o início do Assentamento, e onze entrevistas completas foram trabalhadas no terceiro capítulo.

Quadro 1 - Perfil dos participantes da pesquisa

Entrevistados	Sexo	Idade	Escolaridade	Estado Civil	Atividade
Entrevistado 1	Feminino	56 anos	Ens. Fundamental incompleto	Casada	Agricultora
Entrevistado 2	Masculino	64 anos	Ens. Fundamental incompleto	Casado	Agricultor
Entrevistado 3	Feminino	40 anos	Ensino Médio completo	Casada	Agricultora
Entrevistado 4	Feminino	60 anos	Ensino Médio incompleto	Casada	Aposentada
Entrevistado 5	Feminino	18 anos	Ensino Médio Completo	Solteira	Agricultora
Entrevistado 6	Masculino	42 anos	Ens. Fundamental incompleto	Casado	Agricultor
Entrevistado 7	Masculino	73 anos	Ens. Fundamental completo	Casado	Funcionário Público/ Agricultor
Entrevistado 8	Feminino	52 anos	Ens. Fundamental incompleto	Casada	Agricultora
Entrevistado 9	Masculino	35 anos	Ensino Médio completo	Solteiro	Agricultor
Entrevistado 10	Feminino	50 anos	Ensino Médio incompleto	Solteira	Faxineira
Entrevistado 11	Feminino	63 anos	Ensino Fundamental incompleto	Solteira	Agricultora
Entrevistado 12	Masculino	39	Ensino Fundamental incompleto	Casado	Autônomo

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é buscar compreender os desafios da agricultura camponesa no Assentamento Nova Baixa Verde, no município de Senador Guimard, Acre, destacando as condições de vida dos assentados, o acesso às políticas públicas e a reprodução no modo de vida dos camponeses em um contexto marcado pelo avanço do capital sobre o campo. A proposta é evidenciar, por meio da experiência concreta dos

assentados, os entraves e as possibilidades de fortalecimento da agricultura camponesa no Estado.

CAPÍTULO 1: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Este capítulo busca evidenciar as concepções sobre a questão agrária brasileira, os pressupostos do problema agrário, e a forma como se efetivou em diferentes momentos históricos, que teve como resultado as condições de desigualdade e a exclusão quanto ao acesso à terra pelos camponeses. A questão agrária tem impacto nas relações e processos de luta pela terra e a permanência nela, que impactaram e continuam a impactar o campo e o trabalho do agricultor camponês.

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: pressuposto histórico

A questão agrária brasileira tem seus primórdios firmados na desigualdade social e na concentração fundiária, iniciado com o processo de colonização do território brasileiro, no qual deu origem ao sistema de apropriação de terras, denominado Sesmarias, pois o acesso a terra foi destinado à nobreza da época. No modelo Colonial do Brasil, segundo Andrade (2002), foi por meio da utilização da força de trabalho, sob coação de indígenas e, posteriormente, negros africanos, que esse sistema permitiu a formação dos latifúndios e a exploração das terras em função de uma economia de exportação.

Nesse processo, sujeitos sociais, tais como indígenas, negros e africanos foram negligenciados de qualquer acesso à terra ou qualquer direito. Populações indígenas foram massacradas, os negros africanos escravizados e, posteriormente, os camponeses submetidos ao sistema de exploração. O camponês, na verdade, era duplamente excluído, tanto da condição de proprietário de terra quanto por viver em condição de escravo (Martins, 1983). A exclusão do camponês, a qual Martins (1983) se refere, faz referência ao período marcado pelo trabalho escravo da população negra de origem africana e pela concentração de terras em grandes fazendas. Naquele sistema, a metrópole tirava a renda a partir da circulação (venda do escravo), transformando o escravo em gerador de renda, mas que era capitalizado antes mesmo de produzir mercadoria. No período de 1822, a escravidão é que empunhava a necessidade do monopólio sobre a terra, para que trabalhadores livres ou mestiços e camponeses não tivessem condições de firmar uma economia diferente com uso dela. O camponês nesse sentido, foi excluído da condição de escravo, porque não podia ser convertido em renda capitalizada do tráfico colonial, que era a base da economia à época (Martins, 1983).

A produção capitalista, em sua fase mercantilista no Brasil, no período colonial, atuava para o processo de expansão comercial da Europa, servindo principalmente ao

enriquecimento da metrópole (Portugal), através da monocultura, do latifúndio e do trabalho escravo. O acesso à terra passa a ser restrito e condicionado ao latifundiário, “[...]o direito dos camponeses que viviam como agregados só era reconhecido como extensão dos direitos dos fazendeiros” (Martins, 1983, p. 35), em um balanço de favores recebidos e favores prestados. Sendo assim a produção familiar que sempre esteve no seio desse processo praticada pelos camponeses, esteve subordinada à grande propriedade.

Após a Independência do Brasil (1822), com a abolição da escravatura (1888), a desigualdade no campo permaneceu, principalmente com a Lei de Terras, criada em 1850. Esta Lei, para Martins (1981), foi um mecanismo criado para manter a terra restrita, pois a posse só era permitida por meio de sua compra e venda, gerando assim, grupos marginalizados que não teriam acesso a ela, principalmente escravos recém-libertos. A terra tornou-se acessível apenas a possuidores de dinheiro, e o capital passou a ser o mediador na aquisição da propriedade territorial (Martins, 1981).

Sob a ótica de Oliveira (2007), isso ocorre porque as relações capitalistas atuam em processo de separação dos trabalhadores dos seus meios de produção, tornando assim, trabalhadores livres de toda propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Desse modo, “[...] a relação social capitalista é uma relação baseada na liberdade e na igualdade, pois somente pessoas livres e iguais podem realizar um contrato. Um contrato de compra e venda da força de trabalho” (Oliveira, 2007, p. 36). O capitalismo em sua expansão, segundo Martins (1981), não só é capaz de redefinir antigas relações, subordinando-as ao capital, como também cria relações não capitalistas, iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução.

A Lei de Terras de 1850 foi um arranjo forjado pelas elites agrárias para permanecerem com a estrutura territorial concentradora, o que resultou no mercado de terras, e que o acesso livre a ela pela população, mas também para conseguirem trabalhadores livres para as lavouras de café. A Lei de Terra mencionava o advento de modalidade de trabalhadores livres, que permitia a substituição do escravo sem destruir a economia da grande fazenda; esse caminho se daria por meio de abertura de correntes migratórias de países que tivessem excesso de população, como ocorreu a migração europeia. Esses iriam chegar para trabalhar na terra, porém, a terra encontrava-se sob o domínio do fazendeiro, assim, o que restaria ao migrante seria trabalhar de forma árdua como colono, com a esperança de um dia comprar sua própria terra (Martins, 1983).

Segundo Martins (1981), ao se referir ao trabalhador livre, gerado pela crise do cativo, ele diferencia este, do trabalhador livre agregado, devido à nova relação entre fazendeiro e trabalhador, porém, ambos eram separados dos meios de produção. A diferença

estava em que o trabalhador livre se baseava na separação do trabalhador da sua força de trabalho, mas se sujeitando ao capital por meio da propriedade da terra. Segundo o autor, a emergência do trabalhador livre era um modo de preservar o padrão capitalista no Brasil, uma maneira de mudar para manter. Portanto, “[...] Nesse processo, a força de trabalho torna-se propriedade econômica do capitalista, algo que pertence ao capital e não ao trabalhador” (Oliveira, 2007, p. 37).

Pode-se assim, evidenciar a tentativa constante de sujeição do trabalhador do campo, sempre, aos interesses de uma classe, expropriando-o de seu meio de produção, a terra, e subordinando sua força de trabalho. Mesmo com os trabalhadores ditos livres, os imigrantes que vieram trabalhar nas fazendas após abolição da escravidão, ocorreu formas de sujeição do seu trabalho, utilizando o sistema de escravidão por dívida, colocando-o em um tipo de cativoiro (Martins, 1981).

No prefácio do livro “O cativoiro da Terra”, o sociólogo José de Souza Martins relata que a lei americana de colonização permitia que mesmo os ex-escravos pudessem se tornar proprietários de terra, sem ônus. O oposto do modelo de ocupação territorial e de capitalismo pelo qual o Brasil optara. Lá, a mudança fora presidida pelo capital; aqui, fora presidida pela economia de exportação e o latifúndio, no qual ela se baseava. Lá, o capital se arvorou politicamente contra a propriedade da terra, seguindo a ordem lógica que impusera o fim do antigo regime na Europa. Aqui, a propriedade da terra se institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital, concentrou a repartição da mais-valia e avolumou a reprodução ampliada do capital (Cabral, 2021, p. 21).

Até porque se houvesse homem livre com terra livre, ninguém iria ser trabalhador de latifúndio (Silva, 1981). De acordo com Fernandes (2004, p. 4), “A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria”. Mesmo após a criação da Lei de Terras, em meados do século XIX, instituindo assim a propriedade rural moderna, continuou o favorecimento ao grande proprietário de terras para garantir as condições necessárias para o desenvolvimento, por meio da atividade agrícola de exportação.

No final do século XIX e início do século XX, o país começou aos poucos a se industrializar, com intuito de expandir mercado, e para isso, era preciso o aumento do consumo interno, que estava estancado com o regime então implantado. A questão agrária, em termos clássicos, seria o bloqueio que a propriedade da terra representava ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada desse sistema, se manifestando tanto com a redução da taxa média de lucro quanto por meio da renda fundiária (Martins, 1999).

Com a ocorrência da crise de 1929, perante a queda da Bolsa de Nova York, com a queda do preço do café (principal produto brasileiro), as oligarquias agrárias entraram em crise, então, mudou-se o processo de acumulação da economia, destinando-o agora à indústria.

Passa-se então, a abordar a questão da suposta efetivação da reforma agrária, e de sua direção rumo à política de colonização, conforme as transformações do campo pós-1930.

1.2 A QUESTÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: sua suposta efetivação e o avanço da política de colonização

A questão da reforma agrária no Brasil evidencia uma realidade na qual a reforma efetiva ainda não ocorreu. Como afirmou Martins (2017, p. 18), “[...] no Brasil, o atraso é um instrumento de poder”, onde o novo muitas vezes, surge como uma continuação do antigo. Isso pode ser observado, segundo o autor, pela suspensão do regime de Sesmarias pelo rei de Portugal, na Independência do Brasil, na abolição da escravidão promovida pelos próprios senhores e na transformação dos fazendeiros em comerciantes e industriais. Segundo Martins (2017), as relações sociais estão marcadas pela constante criação e recriação de relações arcaicas, como a peonagem e a escravidão por dívida, que criam grupos marginalizados e excluídos dos projetos dominantes. Esses grupos são frequentemente abandonados pela ausência de um projeto político de Estado, beneficiando sempre a burguesia da época em detrimento das mudanças econômicas.

No decorrer dos anos de 1933 a 1955, o Brasil testemunhou uma significativa transformação econômica. A economia brasileira deixava de ser exclusivamente agrícola, baseada na exportação de produtos como café, açúcar e borracha, e emergia como protagonista nos diversos segmentos das atividades econômicas, dando início ao processo de substituição das importações para a implantação de uma indústria de base, pavimentando o caminho para a industrialização da agricultura (Silva, 1981). Firmava-se assim, o processo de expansão do capitalismo no campo, em seu ciclo constante de produção e reprodução, em uma tendência de açambarcar progressivamente todos os ramos e setores da economia, tanto na cidade quanto no campo, processo esse que dependeria da separação do trabalhador de seu meio de produção (Martins, 1981).

No campo, diversos conflitos passavam a ser desencadeados em diversas regiões do país, sendo motivados pelas más condições de vida na fazenda de café, denúncias de baixos salários, proibição de plantar seu próprio gênero alimentício, jornadas extensas de trabalho,

ausência de direitos trabalhistas, além da luta pela redução da renda da terra, e a luta por permanecer na terra (Medeiros, 1989).

Segundo Oliveira (1993), foi por meio desses diversos conflitos que no século XX, forjaram-se diversos movimentos sociais de luta pela terra e por trabalho com dignidade. Dentre esses, destacam-se as revoltas de Trombas e Formoso, desencadeados pela resistência camponesa.

Nesse contexto, visando fortalecer o movimento de luta pela terra, surgiu o Partido Comunista Brasileiro e houve a formação das Ligas Camponesas (1955-1964). Originárias de movimentos locais, essas Ligas rapidamente ganharam projeção nacional, devido às numerosas desigualdades enfrentadas pelos trabalhadores rurais. Sua ascensão ocorreu em meio a uma crise regional, destacando-se como uma iniciativa que pressionava o governo federal por políticas de desenvolvimento eficazes e pela implementação de uma reforma agrária substancial.

Nesse ambiente, tanto camponeses, meeiros, arrendatários, posseiros, pequenos proprietários de terra, colonos e moradores passaram a se organizar em busca dos seus direitos. Essas lutas ocorreram em diferentes Estados da Federação: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Paraíba e Maranhão (Medeiros, 1989). Tais conflitos são por Martins (1986) definidos como lutas políticas.

De acordo com Delgado (2001), entre as décadas de 1950 e 1960, a reflexão econômica, sobretudo rural, vai ocorrer em torno de eixos temáticos como a questão agrária, a industrialização e o papel da agricultura. Esse debate político foi mais evidenciado na década de 1960, com a contribuição de três centros de reflexão, politicamente classificados como à esquerda: o Partido Comunista Brasileiro; os setores progressistas da Igreja Católica e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

Naquele período, a preocupação com a questão agrária esteve subordinada à ideia de industrialização. As propostas para enfrentar a questão agrária vislumbravam a ampliação da oferta de produtos agrícolas e da demanda por máquinas e implementos agrícolas, como tratores e fertilizantes químicos, fornecidos pela indústria (Cabral, 2021).

Na primeira metade da década de 1960, no século XX, foi elaborada uma legislação específica para o campo, no governo de João Goulart, criada pelas elites políticas dominantes. Em 1962, surgiu a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), por se reconhecer a necessidade de intervenção na estrutura fundiária, responsável por efetivar a reforma agrária. Em 1963, foi criado o Estatuto do Trabalhador Rural que, depois, veio a ser denominado Estatuto da Terra (Lei nº 4.504), em 1964. O Estatuto da Terra trouxe um conjunto de medidas

para promover uma melhor distribuição da terra, e utilizou conceitos como latifúndio, minifúndio, empresa rural e propriedade familiar, bem como estabeleceu critérios para sua caracterização, além da possibilidade de desapropriação por interesse social.

Com o golpe militar (1964), iniciou-se severas ações de repressão às lideranças sindicais das Ligas Camponesas, como demonstrado por Medeiros (1984). O governo militar tratou logo de desarticular o movimento, extinguindo a SUPRA, criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda). Os militares alteraram completamente a questão agrária, em uma tentativa, segundo Martins (1986), de despolitizá-la. Para esse autor, a própria criação do Estatuto da Terra não tinha como objetivo distribuir terra para quem nela trabalha, mas uma tentativa de promover a agricultura empresarial.

[...] O discurso em torno da reforma agrária, que marcou ainda o primeiro governo militar, foi substituído pelo da colonização, da ocupação dos espaços vazios, da transformação tecnológica da agricultura tradicional. Juntamente com essas medidas, implementava-se uma grande propaganda em torno de projetos especiais tais como o Programa de Integração Nacional (PIN), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), o Funrural e grandes empreendimentos dos quais o mais desastroso exemplo foi a construção da Transamazônica (Medeiros, 1984, p. 84).

Segundo Martins (1986), desapropriações de terra representava a aceitação do mecanismo de sustentação do conservadorismo antiparticipativo da nova ordem política, resultando em desmobilização das lutas do campo, como uma forma de integrar os trabalhadores sociais na passividade do pacto social. A reforma agrária, segundo autor, se transformou em apenas desapropriações de terras de maior tensão para acalmar os trabalhadores rurais, desapropriando áreas que fossem de interesse dos proprietários (latifundiário), impedindo que a questão agrária se transformasse numa questão nacional, política e de classe.

Isso se deve, segundo Delgado (2001), ao pensamento econômico hegemônico no Brasil a partir do golpe, firmado no pensamento funcionalista norte-americano com respeito aos papéis clássicos do desenvolvimento da agricultura na economia.

As chamadas cinco funções da agricultura: liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias-primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas; transferir renda real para o setor urbano estavam impregnadas na imaginação dos economistas conservadores da época, e também na de alguns críticos do sistema, de forma que somente se reconheceria problemas ou crise agrícola onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas (Delgado, 2001, p. 161).

Ou seja, o discurso em torno da reforma agrária nesse período não procurava atender às demandas dos camponeses expropriados do campo, mas sim promover

desenvolvimento agrícola calcado na modernização do latifúndio, a fim de amenizar e desarticular conflitos. Nada tinha a ver com a reforma agrária requerida pelos camponeses. Stédile destaca, em entrevista concedida a Norder (1997), que os camponeses buscavam uma reforma agrária que tentasse resolver a complexidade do problema agrário, focada em eliminar latifúndio e distribuir a propriedade de terra; as medidas deveriam ser tomadas no sentido de reorganizar a produção agrícola para o mercado interno; além disso, deveria vir casada com o novo modelo tecnológico aplicado à agricultura, promovendo também a democratização da educação formal, dando condições de acesso à massa de trabalhadores rurais. O desenvolvimento deveria ser harmônico e homogêneo no meio rural, focado não somente nos centros urbanos, mas também nas regiões interiores.

A estrutura agrária nesse período, como demonstra Silva (1981), continuou concentrada, aumentando a partir dos anos 1960, quando se insere a região amazônica na integração nacional, para abastecer a necessidade de novos mercados consumidores para o capital industrial, realocando na região o excedente de trabalhadores (rurais e urbanos) nordestinos, que estavam sendo expropriados e expulsos pela modernização da agricultura no Sul e Sudeste. O Estado atuou na apropriação da natureza pelo grande capital, abrindo caminhos para que este se apropriasse de recursos como a terra, água, floresta, minerais, utilizando como cerne a exploração e superexploração do trabalho (Alves, 2014).

De acordo com Palmeiras (1989, p. 87 *apud* Neves *et al.*, 2011, p. 20), dentre as diversas consequências que marcaram esse período, é destacado:

[...] a propriedade se tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentando a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de autoexploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão ‘modernização conservadora’.

A concentração de terra foi marcada pela sua utilização não como meio de produção, mas como reserva de valor, para se ter acesso aos créditos rurais e incentivos fiscais, ou simplesmente para fins de especulação imobiliária.

No que diz respeito à atuação do Estado, Porto Gonçalves (2022, p. 56) destaca a sua omissão:

A ação do Estado, que se mostrou onipresente no campo econômico e militar, foi praticamente omissa em funções que lhe são particularmente inerentes, como no que diz respeito à segurança dos cidadãos, aos direitos e garantias individuais, assim como na garantia dos direitos trabalhistas. A justiça ficou, assim, um assunto privado, tendo até sido constituído grupos paramilitares que atuavam abertamente como empresas, oferecendo seus serviços a fazendeiros para limpar a área, com tabelas de preços

estampadas publicamente com valores diferentes para assassinar líderes sindicais, padres, advogados e políticos ligados a entidades populares.

A contrarreforma agrária inserida pelos militares, na concepção de Oliveira (2007), teve como responsáveis os órgãos IBRA e o INDA, que estiveram envolvidos em processo intenso de corrupção e grilagem de terras para estrangeiros. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), através do Decreto-Lei nº 1.110, de 09.07.1970, nasceu como parte do plano geopolítico militar para a Amazônia (Oliveira, 2007). O Programa de Integração Nacional (PIN) tinha em seu discurso o lema “integrar para não entregar”, quando nos bastidores cediam recursos da Amazônia para grupos internacionais. O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra) que foi criado logo após o esquema da venda de terras a estrangeiros, e trazia a desapropriação, a ser feita mediante o pagamento de indenização, enriquecendo ilicitamente latifundiários (Oliveira, 2007).

Segundo Medeiros (1984), o período que sucedeu a 1964 foi marcado por uma intensa repressão às organizações de trabalhadores, perseguição às sedes de ligas sindicais, lideranças, que eram presas e assassinadas ou até mesmo, exiladas, como foi o caso presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Lindolfo Silva.

[...] Com o golpe civil-militar de 1964, as formas de organização e representação política dos trabalhadores rurais foram fortemente reprimidas e adotou-se como política de governo a modernização da base técnica da agricultura, sustentada via financiamento público, que, por sua vez, estava ancorado no endividamento externo do Estado. O avanço desta política, com a implantação de grandes projetos de infraestrutura de energia e a construção de estradas – entre outras políticas de integração nacional promovidas sob os governos militares –, somou-se ao estímulo à expansão da propriedade privada e das relações capitalistas no campo. Tudo isso resultou no forte aumento dos conflitos e da expulsão da terra de povos indígenas e populações rurais (Marques, 2023, p. 86).

Para Martins (1986, p. 47) as relações violentas que perduram no meio rural são habitualmente acobertadas pelo paternalismo, de que “trabalhador rural bom é o trabalhador submisso, humilde, que aceita sem queixas a miséria extrema, a humilhação e a dominação do proprietário de terra”. Segundo o autor, o aumento da violência no campo não envolvia apenas o problema da terra, ou o desejo de se ter uma terra, mas vem desde os anos 1940, da recusa crescente dos trabalhadores em aceitar formas antigas de dominação pessoal, a exemplo da chamada violência institucional, representada pela supressão de direitos políticos e sociais.

A partir da década de 1980, houve a reorganização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), criados no período do governo militar, e o surgimento de

movimentos sociais em defesa da reforma agrária; o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), juntamente com a Comissão Pastoral da Terra (CPT, criada 1975), exerceram certa pressão no campo que, após a crise e o fim da ditadura, resultou na retomada da discussão da reforma agrária. O problema fundamental, do ponto de vista dos trabalhadores, segundo Silva (1981), era que as políticas agrícolas permaneciam voltadas aos interesses dos grandes capitais, em particular as indústrias e bancos, e seus beneficiários, o grande proprietário de terras, a exemplo da política de crédito rural, que evidencia bem a tríplice aliança entre indústrias, bancos e latifundiários, ocasionando a miséria e o êxodo rural (Oliveira, 1993).

Durante a Nova República, José Sarney criou o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), e elaborou o Plano Nacional de Reforma, conforme os Arts. 33 e 34 do Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964). No interior desses discursos ocorreu grande mobilização, tanto de latifundiários quanto dos camponeses, o que ocasionou ainda mais pressões políticas da burguesia fundiária para inviabilizar a proposta (Cabral, 2021). Uma luta entre a União Democrática Ruralista (UDR), o governo de Sarney e os camponeses sem-terra (Oliveira, 2007).

A partir do I Plano Nacional de Reassentamento Rural (PNRA) introduz-se o termo improdutivo, quando as terras improdutivas devem ser destinadas a desapropriações, mediante o pagamento de indenização. Cabral (2021) destaca as concepções de Ribeiro (1987) e Rangel (2005) sobre o risco das indenizações de terras improdutivas se tornarem-se mais um incentivo à especulação fundiária. Para Ribeiro (1987, p. 131 *apud* Cabral, 2021), “fazer a indenização do imóvel rural ocioso, com base no preço de mercado, é tornar o poder público conivente e participe da especulação financeira realizada pelo latifundiário”. Na concepção de Martins (2017, p. 129) “[...] a utilização dos conceitos propriedade produtiva e de propriedade improdutiva introduziu uma ampla ambiguidade na definição das propriedades sujeitas a desapropriação para reforma agrária, praticamente anulando as concepções relativamente mais avançadas do Estatuto da Terra”.

Segundo Cabral (2021, p.84), “a articulação das forças contrárias à Reforma Agrária para combater a proposta de elaboração do PNRA possibilitou a eleição de número considerável de parlamentares ligados ao patronato rural para a Assembleia Nacional Constituinte”. A pressão resultante dos movimentos camponeses esbarrava na aliança realizada entre o capital e a terra, que tinha se erguido contra qualquer alteração da ordem política e social (Martins, 2017). “[...] Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da reforma agrária da Nova República de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5%

das metas das famílias assentadas e da área desapropriada. Depois, no segundo ano (86/87) o ritmo continuou lento” (Oliveira, 2007, p. 126).

No entendimento de Palmeira (1989), sobre a reforma agrária:

Não se trata mais de uma política entre outras, que pode ou não ser acionada pelos governantes. É uma demanda social que eles não podem ignorar. É uma questão socialmente imposta. Daí a dificuldade que têm de se livrar do tema, mesmo quando ele se torna politicamente inconveniente. Mas o peso dos interesses agrários no interior do Estado é suficientemente grande para imobilizar qualquer tentativa nesse sentido. O governo da Nova República elaborou planos de reforma agrária, arquivou-os e continuou falando de reforma agrária. A Constituinte inscreveu-a no texto da nova Carta, mas a inviabilizou ao introduzir a noção de propriedade produtiva, isenta de desapropriação. Não se trata, simplesmente, de um problema de governo, nem de um problema que envolva apenas determinados grupos. O que está em jogo na questão da reforma agrária hoje – por força dos processos sociais que vimos – é a oposição entre dois movimentos que envolvem confrontos de interesses diversificados e que, por assim dizer, atravessam toda a sociedade (Palmeira, 1989, p. 106).

Na opinião de Cabral (2021, p. 87), a política da Reforma Agrária na Nova República, foi uma “miragem”, pois as forças tradicionais conseguiram impor significativas derrotas às forças progressistas. E com a ascensão do neoliberalismo, a questão foi colocada em segundo plano.

Conclui-se por afirmar que a reforma agrária não ocorreu, em vez disso, criou-se uma política de colonização para conter os conflitos que emergiam no campo.

Agora, busca-se evidenciar quais foram os impactos que proporcionaram mudanças no campo, após 1990, com a ascensão da política neoliberal.

1.3 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL E SEU IMPACTO NO CAMPO APÓS 1990

As mudanças ocorridas durante o século XX atuaram sobre as relações de trabalho tanto na zona urbana quanto no campo. Isso foi desencadeado, segundo Antunes (1999), com o esgotamento do modelo de acumulação no início da década de 1970, evidenciando sinais como: queda da taxa de lucro (aumento do preço do trabalho); o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; hipertrofia financeira; concentração de capitais entre empresas monopolistas e oligopolistas; crise do Estado de bem-estar social; incremento acentuado das privatizações.

Dentre as mudanças ocasionadas pela reestruturação produtiva, apresentadas por Antunes (1999, p. 15), tem-se

[...] enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

De acordo com Cabral (2021), a partir dos anos 1990 as ideias neoliberais passaram a orientar as políticas públicas no Brasil. Nesse período, surgiu a proposta de reforma agrária de mercado e a transformação do camponês em pequeno produtor capitalista. Essas ideias passaram a orientar a política agrária brasileira. Nesse ínterim, a estrutura agrária permaneceu concentrada, houve grande incentivo ao agronegócio, e a liberação do uso de transgênicos na produção agrícola, o que potencializou a agricultura capitalista, sendo denominada então, como agronegócio (Fernandes, 2004). Segundo Thomaz Júnior (2012), é nessa linha de ação que o Estado deu continuidade à sustentação política no interesse do capital, e para exercer o controle social, firmando assim o pacto de classe, atuando na destruição de leis trabalhistas, e para frear o poder de mobilização e enfrentamento dos trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária. O autor analisa essas questões por meio do estudo da Geografia do Trabalho, focado no entendimento da estrutura de poder e do controle social exercido pelo capital sobre a sociedade, em especial sobre o trabalho. Através da dinâmica de luta de classes, propõe-se a entender os desdobramentos da reestruturação produtiva do capital no campo sobre o trabalho, através do espaço geográfico, em suas múltiplas determinações sobre o território.

Thomaz Júnior (2009) parte do entendimento de que a classe trabalhadora deve ser discutida de forma mais ampla, englobando todos os trabalhadores em suas múltiplas determinações. Em seu entendimento, essas discursões não podem se restringir apenas a trabalhadores proletariados (urbanos e rurais), ou subproletariados, mas a todo o conjunto de expressões do trabalho, trabalhadores avulsos, temporários, diaristas, seringueiros, pescadores, camponeses, que enriquecem e pluralizam a noção de sujeito sociais (Thomaz Júnior, 2012). Ao abordar a luta pela terra e por melhores condições de produzir no campo, o autor destaca que perpassa a existência camponesa. Assim, ao discutir esse tema, a população da cidade aparece distante desse universo, no seu lado oposto, onde assuntos como melhores condições de trabalho, luta pela terra e política agrícola, acabam trazendo distanciamento entre esses dois segmentos de classe, não as englobando entre si, e criando fissuras entre elas. Essas fragmentações temáticas de luta acabam não vinculando à luta mais geral, que é a dos trabalhadores (Thomaz Júnior, 2012).

Assim, para Thomaz Júnior (2009), o debate acerca do campesinato deve ser entendido como parte do processo metabólico do capital, que redefine de modo amplo o

universo do trabalho. Desse modo, na reestruturação produtiva do capital, o campesinato é duramente atingido, e é conseqüentemente submetido, reproduzido, redimensionado e recriado pelo capital. O autor destaca que os processos sociais são capazes de modificar o significado e a experiência que se tem sobre o campesinato, por meio das lutas e resistências. Dessa forma, nos assentamentos rurais, bem como em suas diferentes realidades experimentadas, engendram situações de descamponização (quando perdem sua identidade e condições tradicionais) e quando há recamponização (quando reconquistam ou redefinem novas identidades). Assim, no entendimento do autor, o camponês assentado não nega a lógica do capital, na qual está inserido, mas tenta, por meio de caminhos diversos, romper com a ligação de submissão ao capital.

Segundo o autor, a inversão de objetivos da agricultura camponesa faz parte da prática deliberada neoliberal para desmontar e desestruturar sua existência, mesmo havendo interesse de mantê-la, desde que subordinada e cativa do controle do capital.

Como já mencionado, a ação do Estado, amparado pelo pacto de classe, age em concordância com o capital, e põe em prática o controle social, ao mesmo tempo que direciona ataques do capital à reforma da legislação trabalhista; também atua contra a mobilização e confrontos dos trabalhadores que lutam pela terra e pela reforma agrária (Thomaz Júnior, 2012). O autor destaca que a atuação do capital no campo, deve ser compreendida levando em consideração:

[...] a) as mediações que garantem o processo de reprodução do capital; b) a intensificação da mecanização do processo de trabalho e toda ordem e dimensão do controle social (formas recriadas que revelam a expropriação, a subordinação do trabalho); c) a apropriação da renda da terra pelo capital; d) a execução e extinção das políticas públicas etc. (Thomaz Júnior, 2012, p. 22).

Segundo o autor, mesmo sabendo da importância das pequenas unidades produtivas camponesas, os latifúndios usam mecanismos para camuflar a terra improdutivo, baseados ainda na concepção histórica do papel da grande propriedade rural, de servir como reserva de valor. Para o autor, sobre esse viés é possível “[...] identificar as contradições que revestem e redefinem o agronegócio no Brasil, e que mistificam a existência de um campo moderno e um campo atrasado” (Thomaz Júnior, 2012, p. 22). Dentro dessa perspectiva, ao abordar o agronegócio canavieiro o autor demonstra o distanciamento entre o crescimento econômico e o desenvolvimento, uma vez que o modelo agroindustrial registra elevados benefícios que se acumulam longe dos trabalhadores, responsáveis por gerar essa riqueza, sendo que ao longo do tempo, esses próprios são excluídos até mesmo de continuarem a gerar essa riqueza (Thomaz Júnior, 2009).

As mudanças implementadas na década de 1990, por parte do capital e Estado e setores hegemônicos (burguesia agrária, latifundiários), juntamente com a participação do Banco Mundial, atuavam então na destruição/fragilização das conquistas dos trabalhadores, tais como:

o PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), substituído pelo PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), em 1996 e hoje completamente esvaziado e deturpado; o projeto LUMIAR é simplesmente abolido depois de ter alcançado resultados importantes na assistência técnica; e o PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), duramente fragilizado (Thomaz Júnior, 2012, p. 24).

Segundo o autor, há uma tentativa de integrar a sociedade em um modelo único, baseado na mercadorização de tudo e de todos.

[...] Os instrumentos mais chamativos desse processo são os insumos mecânicos, físico-químicos, farmacêuticos, genéticos, representados, na atualidade, pelas sementes transgênicas e escudados no projeto hegemônico que os apresenta como defensores dos interesses das técnicas e da modernidade. São oferecidos para substituir/eliminar as comunidades que ainda manipulam suas sementes, suas mudas, que se dedicam às práticas artesanais e que, por conta própria, fazem o melhoramento dos animais, convivendo de forma sustentável e autônoma com a biodiversidade (Thomaz Júnior, 2009, p. 221).

A agricultura camponesa, com suas raízes históricas fincadas na luta do camponês pelo acesso à terra, teve um papel importante no decorrer da formação da produção de alimentos e na busca pela consolidação de direito à terra, e para se produzir nela. Permaneceu resistindo, e revidando, em uma reciprocidade de consequências, lançando desafios, contradições e tensionando contra a ação do capital (Martins, 1993).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), os camponeses exerceram forte pressão quanto à retomada da discussão das políticas agrárias, principalmente após os massacres de Corumbiara, em Rondônia (1995), e de Eldorado do Carajás, no Pará (1996), com repercussão nacional e internacional. A Marcha Nacional do MST (1997) fez com que a política agrária avançasse, com a criação do Gabinete Extraordinário de Política Fundiária (1996), posteriormente transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Os conflitos fundiários e o aumento dos assassinatos no campo, e movimentos como o MST, abriram novamente a temática da reforma agrária. Nesse contexto, Sauer (2010) destaca o surgimento da reforma de mercado, um programa de acesso à terra, concebida para diminuir conflitos, pois ações agrárias não eram vistas como uma questão política. Para a promoção do programa surgiu a aliança com o Banco Mundial, que o financiou, com intuito de amenizar a pressão social, sem alterar a estrutura fundiária. A implementação do projeto da reforma agrária de mercado, denominado Célula da Terra (1996-1997), permitiu acesso a esse bem via

mecanismo de compra e venda de terra a preço de mercado. O modelo, deslocou parcelas significativas do movimento social, desmobilizando o movimento (Sauer, 2010). O autor afirma ainda, que o modelo preconizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) não pode ser classificado como reforma agrária, e nem como uma ação estatal redistributiva, pois seu impacto trouxe ao campo, além disputa política e ideológica, um processo de endividamento crescente de inúmeras famílias, com um pesadelo de uma dívida impagável (Sauer, 2010).

Então, ambos os mandatos do Presidente FHC (1995-1998 e 1999-2002) revelaram que a intenção do governo era promover a convivência pacífica entre latifúndio e agricultura familiar, por meio de políticas que incorporassem o pequeno produtor à lógica de mercado.

Segundo Cabral (2021), a partir do século XXI, difundiu-se a concepção de que o agronegócio aumentaria a produção de emprego e resolveria a pobreza no campo. Havia a tentativa de ignorar a importância da pequena propriedade na produção de alimentos, com intuito de esvaziar a política da reforma agrária. Porém, esses argumentos são contestados por Leite (2013 *apud* Cabral, 2021), ao enfatizar que o agronegócio aumenta a desigualdade no campo, e que assentamentos, ao contrário, dinamizam as economias locais, inclusive viabilizando o surgimento e o desenvolvimento de outras atividades, como turismo rural, processamento de produtos agrícolas (produção de queijos, conservas, doces), e práticas agroecológicas.

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 atestam que, mesmo com a ausência de uma política efetiva para a pequena produção (crédito nos montantes e prazos adequados, assistência técnica), os camponeses superam com larga vantagem os grandes proprietários na produção de alimentos. Esses grandes proprietários usam a força política e econômica que dispõem para garantir crédito subsidiado, em montantes e condições proporcionalmente superiores às disponibilizadas aos pequenos produtores (Cabral, 2021, p. 71).

Logo após a derrota de FHC, surge o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), atuando de 2003 a 2010. Esse governo trazia em seu discurso a promoção da reforma agrária, com a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). “O II PNRA tinha o objetivo de assentar 400 mil novas famílias até 2006, outras 130 mil famílias teriam acesso à terra através de crédito fundiário e outras 500 mil com a regularização fundiária” (Cabral, 2021, p. 51).

Em 2003, o governo Lula assentou trinta e seis mil famílias. Desse total, vinte e sete mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e nove mil famílias em assentamentos novos. Em 2004, o governo Lula assentou oitenta e uma mil famílias. Desse total, cinquenta e cinco mil famílias foram assentadas em assentamentos antigos e vinte e seis mil famílias em assentamentos novos. Com esses resultados, o governo Lula terá dificuldades em cumprir com as metas. Para atingir o prometido no

Plano Nacional de Reforma Agrária, precisará assentar quatrocentas e treze mil famílias em dois anos (Fernandes, 2004, p. 51).

A promessa não foi realizada e, segundo Cabral (2021), isso se deve ao fato do governo ter cedido às pressões dos ruralistas, proporcionando políticas agrárias favoráveis ao interesse do agronegócio.

Porém, algumas ações importantes no âmbito da agricultura familiar foram realizadas. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Plano Safra para a agricultura familiar, que ampliou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, priorizando a compra de alimentos produzidos nesse ramo da economia. O Pronaf a partir 2002-2004 foi ampliado, com aumento de recursos de 2002 a 2009, passando de R\$ 2,3 bilhões para R\$ 10,7 bilhões. Criou-se o Seguro da Agricultura Familiar (Proagro, o PRONAF MAIS e o Seguro Safra); além de recuperar a política e a garantia de Preços Mínimos, que havia sido abandonada em 1990, e de programas como os de habitação rural (PNHR). Em 2006, o governo federal promulgou a Lei da Agricultura Familiar (nº 11.326, de 24 de julho de 2006) e a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (nº 11.346, de 15 de setembro de 2006). No ano seguinte, veio a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Em 2010 foi a vez da Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater, nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010), ao lado de outros programas, como o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais, Programa de Documentação da Trabalhadora Rural, Previdência Social Rural, entre outros (Firmiano, 2014).

Para Mafort (2018), essas ações foram instrumentos de mobilização da agricultura, como parte de uma consolidação do agronegócio, não tiveram enfrentamento contra as formas de inserção do capital transnacional no campo. Como prova disso, enfatiza-se os pesados investimentos nos ramos produtivos do agronegócio, que saltaram do governo FHC para o governo do Lula, passando de R\$ 4,5 bilhões para R\$ 6,8 bilhões. No Plano de 2003/2004, a agricultura familiar teria contado com 5,4 bilhões de reais, enquanto o agronegócio teve acesso a 27,2 bilhões de reais; no final do segundo mandato de Lula de 2010/2011, a agricultura ficou com 16 bilhões, e o agronegócio com 116 bilhões, usufruindo de 85% do crédito orçamentário agropecuário (Ferraz, 2022).

No decorrer desse período houve um forte avanço da expansão agrícola por novos territórios, com pressão crescente do consumo e acesso aos recursos naturais, tais como: solos, água, biodiversidade, florestas nativas etc. A exemplo disso tem-se a Medida Provisória nº 42.246, criada em 2008, pelo próprio Incra, para alienação de imóveis públicos federais de até

15 módulos fiscais, abrindo possibilidade para que áreas de até 1.500 hectares fossem compradas de forma informal, em destaque na Amazônia Legal, utilizando também a regularização fundiária em áreas de grilagem (Ferraz, 2022).

Firmiano (2014) destaca as medidas provisórias 422 de 2008, 432 e 458 de 2009, editadas pelo governo federal; o desmonte do Código Florestal, iniciado em 2009, a transferência de terra da União, por meio de regularização de terras públicas na Amazônia; a medida provisória 432 (Lei nº 11.774/2008), que aprova nova renegociação das dívidas dos ruralistas; a MP 458 (Lei nº 11.952, de 25 de julho de 2009), que ampliou os mecanismos para regularização da grilagem de terras públicas na Amazônia Legal; além da MP 410 e a Lei nº 11.718, que reduziu os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais temporários.

Essas medidas mostram a tendência neoliberal no campo, no intuito de expandir territorialmente o grande capital, colonizando novas áreas, ou expropriando terras já ocupadas. Segundo Cabral (2021, p. 101) “a política agrária do governo Lula é [foi] uma sequência da política implantada no governo FHC, inspirada nas recomendações do Banco Mundial”.

Os próximos itens abordarão algumas ações realizadas pelo governo federal em relação às políticas públicas e ao incentivo à reforma agrária.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E REFORMA AGRÁRIA

O próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária. Não só a atenua ou a agrava, como também mudá-a qualitativamente, define as possibilidades de nela se continuar intervindo, as condições em que tal intervenção pode ser feita (Martins, 1999, p. 99).

Até 2011, segundo Firmiano (2014 *apud* IPEA, 2012, p. 266) estavam em execução pelo Incra, 8.784 mil Projetos de Assentamento, em uma área total de 85,9 milhões de ha, abrigando 920,7 mil famílias. Destes, 43,4% localizavam-se no Norte; 33,3% no Nordeste. Pará, Amazonas e Mato Grosso concentram mais de 50% das famílias assentadas, em cerca e 70% da área total dos Projetos de Assentamento.

Como demonstrado por Firmiano (2014, p. 83), até 2010, 52,6% dos assentamentos rurais no Brasil ainda permaneciam em fase inicial de execução. E apenas 4,5% do total dos assentamentos estavam consolidados, além do mais, boa parte dos assentamentos estavam fora do circuito do mercado e não tinham infraestrutura básica e serviços essenciais. Programas como o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária, atendeu em 2008, cerca de 803 mil famílias; já em 2010, pouco mais de 446 mil, cerca de 12% dos agricultores familiares do país. O Programa Assessoria Técnica

Ambiental e Social (Ates), destinado a assentamentos, cresceu, saindo de 100 mil famílias no ano de 2003 para 287 mil em 2010, porém a partir 2010 ocorreu queda, e apenas um terço total das famílias assentadas foram beneficiadas. No que diz respeito às regiões beneficiadas, o autor destaca:

As regiões com maior cobertura dos serviços da Ates são a região Sul, com 88% das famílias assentadas, sendo que Santa Catarina e Rio Grande do Sul têm 100% de famílias assentadas atendidas; e a região Sudeste, com 67% das famílias assentadas atendidas. A região Norte tem a menor proporção de famílias atendidas, apenas 23% (Firmiano, 2014, p. 83).

Com a eleição para o governo, a Presidenta Dilma Rousseff, no decorrer do seu mandato (2011-2016), manteve a aliança política do seu antecessor (Cabral, 2021).

Segundo Araújo e Sobrinho (2022, p. 17), o governo de Dilma desenvolveu alguns programas em relação aos assentamentos, como: O Plano Brasil sem Miséria, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que recomendava a inclusão produtiva, destinado igualmente a áreas de reforma agrária; o Plano Safra do Semiárido na safra 2013/2014; e a articulação com o Ministério da Integração Nacional para levar água aos trabalhadores rurais; e ainda o Plano Brasil Agroecológico, em 2013. Mas também destinou apoio ao agronegócio, pois houve aumento de recursos para produção de grãos, saltando de 96 milhões de toneladas em 40 milhões de hectares, na safra 2001/2002, para 191 milhões de toneladas em 56 milhões de hectares, na safra 2013/2014. Também flexibilizou o licenciamento ambiental por meio do novo Código Florestal, aprovado em 2013. Apresentou ainda a previsão de recursos R\$ 156,1 bilhões para financiar o agronegócio (Cabral, 2021).

Porém, com a crise brasileira, a partir de 2014, Mafort (2018) evidencia reveses na agricultura familiar e na política de reforma agrária, a partir de medidas tomadas para ajuste fiscal e orçamentário. Dentre os programas destinados à agricultura familiar que foram suspensos, estão: a assistência técnica, programas de aquisição de alimentos e de construção de moradias nas áreas de assentamento, como Ater, Pronera, Terra Forte, PAA, PNAE, Minha Casa Minha Vida Rural; todos esses sofreram com cortes e reestruturações. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) teve uma perda de R\$ 180 milhões, desabrigando cerca de 50 mil famílias, a partir de um Acórdão do TCU 775/2016, que bloqueou o cadastro de 578 mil famílias assentadas.

Paralelamente a isso, os institutos responsáveis pela implementação da política de assentamento também já vinham sofrendo desmonte. Segundo Firmiano (2014), o Incra no ano de 2012, chegou no governo de Dilma Rousseff com corte orçamentário de R\$ 540 milhões, de um total de R\$ 1,7 bilhão, reservados para a aquisição de novas terras e com um efetivo bastante

reduzido: até o ano de 2014 cerca de 2 mil servidores públicos de carreira se aposentaram, considerando um contingente de 5,5 mil funcionários. No entanto, o último concurso público foi realizado em 2010 e, até 2012, nenhum dos 400 candidatos aprovados havia sido convocado para assumir o cargo.

No que diz respeito à área de assentamento por famílias, Mattei e Andrade (2017, p. 88) observaram o aumento de famílias assentadas em uma quantidade menor de terra.

Os anos de 2013 e 2014 apresentaram a média de 223 famílias por projeto, maiores valores registrados na evolução da política de assentamentos. Em contrapartida, 2013 e 2014 detiveram as menores médias de área por família assentada (11 e 13 hectares por família, respectivamente) e de área por projeto realizado (em torno de 3.000 hectares por PA), indicando um processo de redução do tamanho dos lotes familiares nos assentamentos mais recentes, processo acompanhado da diminuição do volume anual de terras incorporadas ao programa nacional de reforma agrária.

Apresenta-se agora as ações de contrarreforma agrária, realizadas pelos ex-presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro, a fim de evidenciar os ataques às políticas públicas destinadas aos camponeses.

1.5 AS POLÍTICAS DE CONTRARREFORMA AGRÁRIA DE TEMER E BOLSONARO

Em meio à crise fiscal, em maio de 2016, a presidenta Dilma foi afastada; em agosto, o golpe de aprovação do *impeachment* pelo Congresso Nacional foi consolidado, fazendo com que o vice-presidente Michel Temer assumisse, com apoio da bancada ruralista. Segundo Mafort (2018):

A bancada ruralista, que representa 40% do congresso nacional, ganha ainda mais força para aprovação de seus projetos, ampliando a dominação do capital no campo. O governo de Michel Temer vai constituindo-se assim como um mix de continuidade das políticas adotadas pelos governos neodesenvolvimentistas em favor do agronegócio, mas, agregando um ritmo mais agressivo ao histórico processo de exploração do trabalho e dos recursos naturais à serviço do capital (Mafort, 2018, p. 41).

Com a aprovação do novo governo, Araújo e Sobrinho (2022, p. 17) destacam as medidas drásticas que foram tomadas para assentar o “equilíbrio fiscal”. Segundo esses autores, o desequilíbrio devia-se “principalmente, o gasto com o pagamento dos juros da dívida e as desonerações tributárias concedidas a diversos setores especulativo e empresarial, o que levavam a diminuição da arrecadação por parte do Estado”. Vale salientar que em relação à agricultura familiar, o governo de Michel Temer seguiu utilizando-a como completude ao agronegócio. Desse modo, os sujeitos sociais, protagonistas na luta pela terra e reforma agrária, que tiveram sua subjetividade capturada pela identidade de agricultores familiares, viam-se sem

armas contra o capital, apenas com a força de trabalho disponível, acentuando, segundo Mafort (2018), a proletarização, mesmo daqueles que detinham meios de produção.

Dentre as primeiras ações tomadas pelo governo, a medida provisória de grilagem de terras, a MP 759/2016, flexibilizou e reduziu os condicionantes do Programa Terra Legal, que passou a abranger todo o território nacional (Cabral, 2021). Sobre essa medida, de acordo com Sauer e Leite (2017), ela possibilitou a desapropriação em dinheiro, o que torna a terra um ativo financeiro de grande atratividade e transforma o Incra em balcão de compra e venda de terras; e flexibilizou o prazo para emissão de título definitivo. Os autores Leite, Castro e Sauer (2018, p. 251) destacam ainda que a extinção do MDA vinculou o Incra ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, “[...] isto indica que o espaço de atuação do órgão deveria ficar restrito ao mínimo social, descolado de uma estratégia de desenvolvimento, ou até mesmo o inviabilizando no atendimento de demandas histórico”. Segundo os autores, ainda se põe em pauta a modificação de diversas medidas provisórias para alterar a questão da terra, editadas pelo Presidente da República Michel Temer.

[...] a exemplo das MPs 733, 756 e 758, todas de 2016. A MP 733, de 15 de junho de 2016 (convertida na Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016) concedeu facilidades financeiras e jurídicas a setores historicamente privilegiados no campo. Esta MP autorizou que produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União, e com débitos originários das operações de securitização e Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), liquidem o saldo devedor com abatimentos entre 60% a 95%. Dívidas acima de 1 milhão de reais ganharam descontos de até 65%, além de outras benesses como a suspensão do ajuizamento e do prosseguimento das execuções fiscais em andamento até o final de 2017 (Leite; Castro; Sauer, 2018, p.215).

Os autores citam que, conforme a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), em 2015, 18.602 pessoas físicas e jurídicas possuíam dívidas de mais de R\$ 10 milhões com a União. Juntas, essas dívidas somavam R\$ 1,2 trilhões, das quais o valor de R\$ 906 bilhões era de impostos devidos.

Com essas ações, dentre outras, o governo provocou uma ruptura política em busca de atrair capital financeiro para açambarcar mais territórios, favorecendo a especulação de terra. Através do avanço da fronteira e do preço das *commodities* no mercado internacional, a terra passou a ser considerada como ativo financeiro (Porto Gonçalves *et al.*, 2018).

A política agrária voltada para assentamentos sofreu duros golpes, como evidencia Porto Gonçalves:

No campo referente a obtenção de terras foram reduzidos em mais de 60% se comparados ao valor do ano de 2015. Os recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de igual modo, foram somente metade do valor destinado no ano de 2016. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também sofreu cortes que chegam a inviabilizá-lo em vários estados. Em 2016, foram destinados ao Programa R\$ 439 milhões. Já em 2017, foram somente R\$ 150 milhões, o que representou uma redução de 66% em um único ano[...] O governo golpista reduziu

em 35% os recursos para a agricultura camponesa e familiar, além de ter cortado mais de 56% dos recursos destinados à segurança alimentar e nutricional para o ano de 2018 (CPT, 2018 *apud* Porto Gonçalves *et al*, 2018, p.715).

O Incra não escapou dos cortes orçamentários, e acabou atuando apenas na emissão de títulos de domínio. “Em 2017, a dotação orçamentária foi reduzida em R\$ 230,50 milhões, quando comparada com maio de 2016 (redução de 27,44% em valores atualizados pelo IPCA)” (Leite; Castro; Sauer, 2018, p. 254).

Houve uma redução abrupta dos orçamentos para a indenização na obtenção de novas áreas para a criação de assentamentos (-78,85%); fomento à agroindustrialização e à comercialização (-73,00%); assistência técnica e extensão rural para a reforma agrária (-59,35%); educação do campo (-55,74%), e reconhecimento e indenização de territórios quilombolas (-38,52%). Houve incremento para os orçamentos de implantação e recuperação de infraestrutura básica (+147,82%), supervisão ocupacional de projetos de assentamento (+310,96%), titulação (+499,08%) e demarcação topográfica em projetos de assentamento (+612,31%). As três últimas ações citadas estão encadeadas na lógica de garantir condições estabelecidas na legislação para a titulação definitiva dos lotes nos projetos de assentamentos (Leite, Castro e Sauer, 2018, p. 255)

A utilização da regularização fundiária foi a tática praticada pelo governo para dizer que estava fazendo algo pelo campo, mesmo com cortes em diversos programas e ações que impossibilitaram as condições do assentado permanecer na terra. Segundo Leite (2018 *apud* Leite; Castro; Sauer, 2018), o foco na lógica neoliberal era transformar a autarquia agrária em pauta única, apenas para emissão títulos.

A regularização do assentamento é importante para famílias assentadas terem acesso às políticas públicas disponíveis para elas. Mas o que se observa é que no decorrer dos anos, houve desmobilização referente à criação de assentamentos, a quantidades de famílias assentadas, e aos programas que as beneficiam, em um total descaso com suas necessidades, numa tentativa constante de dificultar o trabalho da agricultura camponesa e de desmobilizar a busca pelo acesso à terra. Sem receber as condições necessárias, as famílias assentadas ficam desmotivadas a permanecerem na terra, optando em alguns casos, por vendê-la, aquecendo assim o mercado de terras.

O Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou um aumento na desigualdade fundiária, como evidenciado pelo índice de Gini. Em 2017, esse índice atingiu o seu ponto mais alto, registrando 0,867, em comparação com pesquisas anteriores: 0,857 em 1985, 0,856 entre 1995, e 1996 e 0,854 em 2006 (ressaltando que quanto mais próximo de 1, maior é a concentração fundiária). O Censo Agropecuário de 2017 também destacou que os estabelecimentos com menos de 50 hectares representavam 81,4% do total, porém, em relação à área total, abrangiam apenas 12,8%. Por

outro lado, os estabelecimentos com mais de 2.500 hectares representavam apenas 0,3% do total de estabelecimentos, mas ocupavam 32,8% da área do país. Esses dados evidenciam uma significativa concentração de terras nas mãos de poucos proprietários/ocupantes.

No governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), essa perspectiva não mudou, pois suas ações e posicionamentos foram ainda mais incisivos contra a política agrária. Cattelan, Moraes e Rossoni (2020) evidenciam que nos seus primeiros meses de mandato, esse presidente suspendeu a política de reforma agrária, conforme documento enviado às superintendências regionais do Incra no dia 27 de março de 2019. Logo após isso, foi emitido um Decreto nº 10.252, que extinguiu cargos e funções do Incra. Ainda segundo os autores, no fim de 2019, foi assinado uma MP que estendia a regularização de terras públicas ocupadas até 2014, mas devido à perda de validade, não voltou ao Congresso Nacional. Em 2019, suspenderam as vistorias nos imóveis rurais, realizadas pelas superintendências do Incra. O orçamento para aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária entre 2018 e 2019, foi reduzido em 50%, passando de R\$ 83,7 milhões para R\$ 42 milhões. Ao se comparar com o governo de 2015, cujo valor era de R\$ 800 milhões, houve redução de 95% (Campos, 2023). Segundo Campos (2023), as verbas para os programas do Incra caíram de R\$ 1,9 bilhão em 2011, para R\$ 500 milhões em 2020; a perda de orçamento foi combinada com a reconfiguração burocrática do Incra, com a redução de 30% dos trabalhadores naquele Instituto.

Segundo Alantejano (2022, p. 366), o governo do presidente Bolsonaro teve no primeiro ano do seu mandato, três marcas fundamentais:

[...] a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia.

As ações do governo relacionadas à política fundiária, estiveram focadas na regularização de terras e titulação de assentamentos. No que diz respeito à regularização fundiária, foi realizada a Medida Provisória nº 910/2019 (seria gerida pelo Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento e o Incra; a medida foi editada, mas não foi convertida em lei) e o Projeto de Lei nº 2.633/2020, que tinha como objetivo criar mecanismo para transferência de terras públicas para domínio privado. Em nota técnica, o Imazon (2020), sobre a Medida Provisória nº 910/2019, destaca que poderia legalizar casos de grilagem recente em terras públicas, já que possibilitava anistia a crimes de invasão praticadas entre o período de 2011 a 2018, sendo regularizadas sem a necessidade de licitação. O Imazon enfatizou que o custo da concessão para sociedade brasileira, principalmente na Amazônia, poderia chegar a

R\$ 88 bilhões, pelo baixo valor cobrado na venda da terra pública. A medida editada pelo governo previa a regularização de terras ocupadas com área de até 2.500 hectares, até o ano de 2014. A proposta de Ementa Constitucional (PEC) 80/2019, que visava a desconstituição da função social da terra, o Projeto de Lei nº 2.963/2019, que flexibilizava a aquisição de terras por estrangeiro, e a MP 884/2019 (Lei nº13.887/2019), que eliminou prazo para a adesão de Cadastro Ambiental Rural (CAR), foram formas, ao ver de Sauer, Leite e Tubino (2020), de mercantilização de territórios.

Alentejano (2022) sinaliza a atuação do que ele chama contrarreforma, pois envolvia a paralisação total das desapropriações; relutância em criar assentamentos; a falta de titulação privada das terras assentadas; e o avanço da grilagem de terras.

Até ano de 2021, foram criados apenas 11 assentamentos, distribuídos nas Unidades Federativas da Bahia, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte e Sergipe, porém, desses 11, 4 eram áreas de reconhecimento, 3 deles, áreas de territórios quilombolas, que a justiça obrigou o Incra a reconhecer (Alentejano, 2022). Segundo dados do Incra, em seu relatório de 2022, havia sido criados apenas 12 projetos de assentamentos em 2022, dos quais 4 também eram apenas de reconhecimento.

Ao fazer uma comparação dos dados de 2019 e 2021, Alentejano (2022) chama atenção para a queda no número de hectares nos assentamentos, de 89.502.605 hectares para 87.535.184 hectares, uma redução de quase 2 milhões de hectares; o número de famílias assentadas caiu de 1.349.689 para 966.115, ou seja, uma diminuição de 383.574 famílias. Vale salientar que a redução desse número é ministério não explicado na página do Incra.

Outro indicativo de paralisação da reforma agrária foi a resistência do Incra para tomar áreas griladas, como o caso em Mato Grosso, na fazenda Araúna, de 14,7 mil ha, localizada no norte do Mato Grosso, pertencente à União, e que foi grilada, porém, o Incra se recusou a tomar áreas griladas, devido à suspensão da reforma agrária no governo (Alentejano, 2022). Para esse autor:

A contrarreforma agrária não se limita aos parques assentamentos criados, à não abertura de processos de desapropriação e à recusa em cumprir ordens judiciais relacionadas à política de reforma agrária, envolve também a titulação privada de lotes nos assentamentos rurais criados em governos anteriores com o intuito de recolocar estas terras no mercado (Alentejano, 2022, p. 6).

Segundo o autor, a prioridade do governo atribuída à titulação de terra fez com que se criasse em 2020, um setor específico para tratar do tema – a Divisão de Titulação de Assentamentos – e em 2021, lançou o Titular Brasil, programa destinado a acelerar a titulação de lotes em assentamentos e a regularização fundiária em terras da União, com a colaboração

de prefeituras. Para facilitar esse processo o Incra passou a destinar suas atribuições às prefeituras, através de cooperação técnica entre ambos. Dentro das prefeituras seriam criados núcleos de regularização fundiária, responsáveis por emitir declarações e documentos relacionados ao processo de regularização e titulação, vistoria nos imóveis e georreferenciamento (Alentejano, 2022).

Passa-se então, a apresentar as principais ações tomadas pelo governo que tentaram firmar a base de terras para o mercado fundiário.

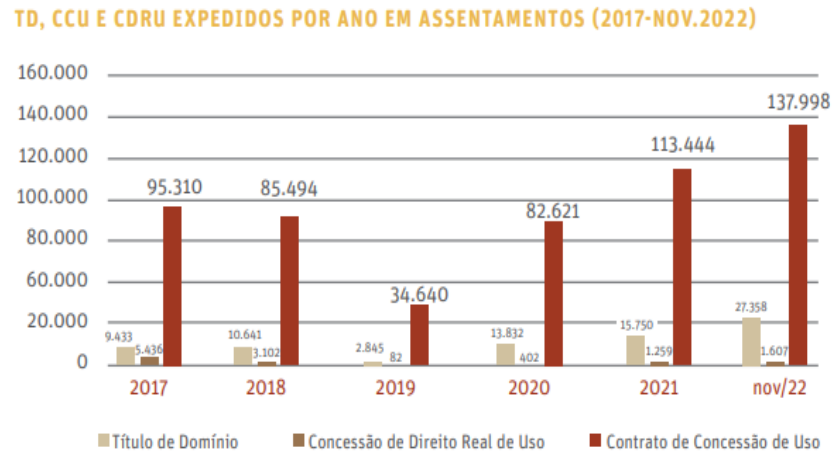
1.6 CONSEQUÊNCIAS DAS POLÍTICAS AGRÁRIAS E FIRMAÇÃO DE BASES PARA O MERCADO FUNDIÁRIO EM TERRAS DE ASSENTAMENTO

Durante o governo Bolsonaro, nos anos de 2019 a 2022, foram emitidos um total de 424.609 documentos de titulação, concessão e destinação de imóveis rurais a Projetos de Assentamentos, superando governos anteriores. O gráfico 1 mostra essa elevação drástica de 2019 para 2020, devido ao Decreto nº 10.166/2019, juntamente à Instrução Normativa nº 99/2019, os quais criaram em 2019, dentro do Incra, o setor para cuidar apenas da emissão de titulação.

Apesar do discurso do governo ressaltar a promissora titulação de terra, os dados do Incra (2022) revelam que houve apenas o Contrato de Concessão de Uso (CCU). No ano de 2021, foram concedidos 108.781 CCUs, e em 2022, esse número aumentou para 129.690. No entanto, o número de titulações permaneceu baixo. Em 2021, foram emitidos 12.051 títulos, e em 2022, esse número subiu para 20.202. Segundo o próprio relatório do Incra, a justificativa para essa disparidade se deve aos cortes orçamentários e aos repasses atrasados realizados pelo governo, que acabaram prejudicando a emissão de titulações.

Para a afirmação destacada, apresenta-se o Gráfico 1, formulado por Pinto (2023, p. 32):

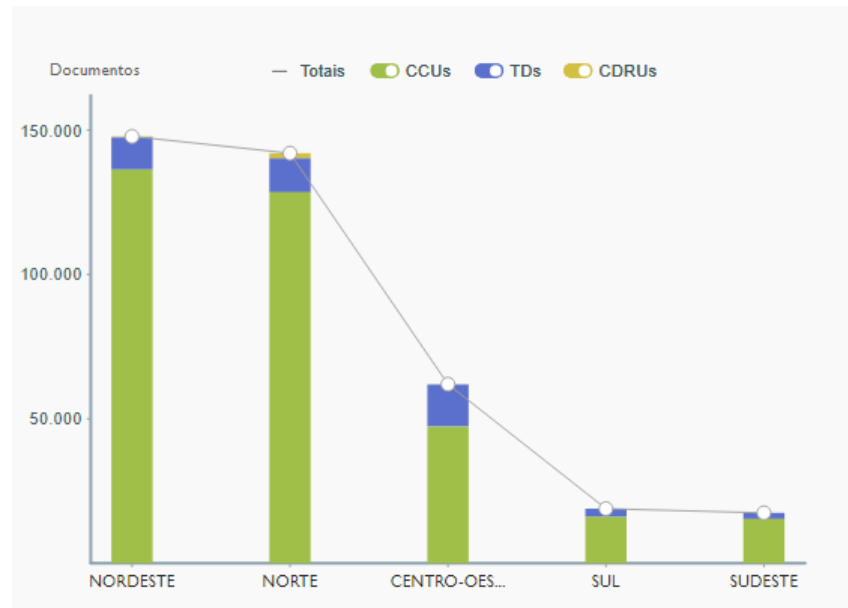
Gráfico 1 - TD, CCU E CDRU expedidos por ano em assentamentos federais no Brasil, período 2017-2022



Fonte: Pinto (2023, p. 33)

O gráfico 1 mostra o aumento significativo de Títulos de Domínios nos anos de 2020, 2021 e 2022, comparado aos anos anteriores. Apesar disso, ainda representa um número muito menor do que aquele que o ex-governo de Jair Bolsonaro gostaria de ter realizado. Segundo Pinto (2023), isso se deve aos requisitos legais mínimos para titulação dos assentamentos, que mesmo sendo flexibilizados com as leis nº 13.001/2014 e nº 13.465/2017, dificultaram sucessivas tentativas de liberar terras públicas ao mercado.

De acordo com o Observatório da Agropecuária (2024), relacionado aos assuntos fundiários, durante os anos de 2019 a 2022, foram emitidos 42.443 Títulos de Domínio, 2.261 de Concessão de Direito Real de Uso, 343.420 Contratos de Concessão de Uso. No Gráfico 2 é possível destacar quais regiões concentram mais CCU e TD. As regiões que concentraram o CCU foram Nordeste e Norte, enquanto os TD estão nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, localizados nos estados do Pará, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal, Tocantins e Rio Grande do Norte.

Gráfico 2 - Brasil: Títulos Definitivos e Provisórios por Região (2019-2022)

Fonte: Observatório Agropecuária, 2024.

Assim como Alentejano (2022), Pinto (2023) afirma que a prioridade dada à titulação dos assentamentos por meio de transferência de propriedade seria uma forma de devolvê-las ao mercado formal de terras. Dessa forma, estaria substituindo outras políticas de reforma agrária, como a criação de assentamentos ou ações que promovam a melhoria e a qualidade de vida nessas áreas. Essas ações desencadearam a disputa territorial, beneficiando o mercado de terras, pois muitas famílias fragilizadas poderiam ceder à pressão do agronegócio e do latifúndio, e venderiam seus lotes (Fernandes *et al.*, 2020).

Na região Norte, em especial no estado do Acre, a política de titulação foi fortemente enfatizada. Durante o governo do ex-presidente Bolsonaro, foram expedidos na região Norte, 141.997 documentos, destes, 89% correspondem a documentos de CCU, e 11% referente a TD. Os principais Estados em que se expediu mais documentos foram Pará, Rondônia e Tocantins, na região Norte. Conforme o Quadro 1, o estado do Acre teve um total de 6.502 documentos expedidos, correspondendo aproximadamente a 4% em relação ao número de documentos que foram emitidos durante esse período na região Norte, porém, foi o maior número de documentos emitidos se comparado aos governos anteriores.

Quadro 2 - Número de documentos expedidos entre 2019 e 2022 na região Norte

Estado	TD	CDRU	CCU	Total expedido
Pará	9.358	328	87.161	93.547
Rondônia	616	58	13.666	14.340
Tocantins	2.948	28	8.606	11.582
Amazonas	731	1.290	7.559	9.580
Acre	1.282	49	5.171	6.502
Amapá	154	52	3.563	3.769
Roraima	689	0	1.988	2.677
Total	15.778	1.805	127.714	141.997

Fonte: Observatório Agropecuária, 2024.

Em sua análise, Pinto (2023) destaca que a iniciativa de impulsionar entregas de títulos definitivos aos assentamentos da reforma agrária não estava articulada com as políticas de desenvolvimento dos assentamentos, como acesso ao crédito, extensão rural, ordenamento territorial, capazes de manter o propósito de redistribuição de acesso à terra. Segunda a autora, o esvaziamento das políticas públicas e da reforma agrária, com ênfase na titulação, evidencia claro processo de privatização das terras públicas, cuja consequência mais imediata é a perda de controle público do patrimônio fundiário.

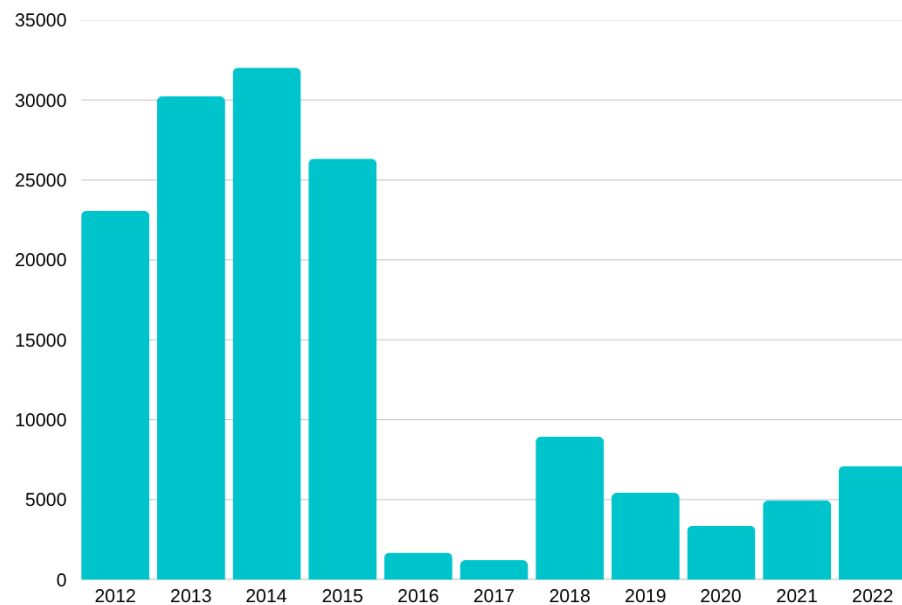
Entre 2019 e 2022, as ações voltadas à criação de assentamento e famílias assentadas foram significativamente reduzidas em relação aos períodos anteriores, refletindo isso na diminuição da atuação estatal nesse campo. O corte orçamentário realizado pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro na política de reforma agrária, prejudicou a atuação do Incra não somente quanto à criação de assentamentos e famílias assentadas, mas também na prestação de assistência técnica, na formação de agente da Ater, na educação de jovens e adultos no campo, na gestão de regularização ambiental e na reforma agrária, no orçamento para a obtenção de imóveis rurais, na fiscalização dos assentamentos e na destinação de recursos para políticas de infraestrutura (Incra, 2022).

No estado do Acre, o superintendente regional do Incra, Márcio Alécio, em uma entrevista concedida ao Jornal online AC 24 horas (2023), destacou os desafios enfrentados pelos assentados e pelo Incra na execução do seu trabalho, como a alta demanda por assistência técnica, regularização fundiária, crédito e acesso a infraestrutura. Segundo o superintendente, nos últimos anos (2019-2022), o Incra teve cortes drásticos no seu orçamento, afetando seu funcionamento, mantendo-se apenas no processo de titulação das áreas. A obtenção de terra foi cancelada e extinta, e o último assentamento criado no estado do Acre foi em 2015. Segundo o entrevistado, as políticas públicas importantes, que precisavam de tempo para obterem resultados, foram deixadas de lado, e a falta de recursos comprometeu a abertura de créditos às

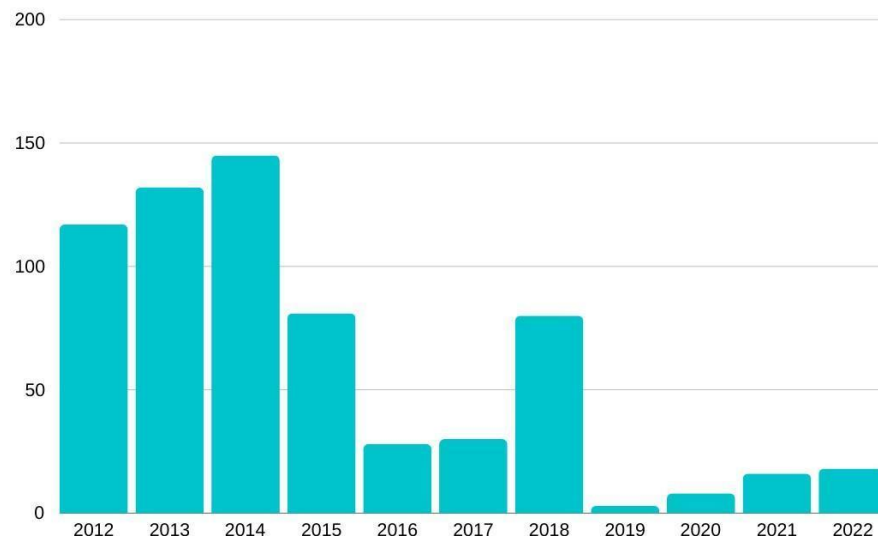
famílias que tiveram acesso à terra, comprometendo assim o avanço da política agrária no Estado.

Os assentamentos criados durante esse período de 2019 a 2022 em âmbito nacional, excetuando-se os que foram reconhecidos, os demais foram efetuados com terras desapropriadas dos governos passados, já que o governo do ex-presidente Bolsonaro não efetuou nenhum ato de desapropriação de terra para reforma agrária. Além disso, boa parte do número de famílias assentadas veio de assentamento já existente. É perceptível a queda do número das famílias assentadas, em comparação aos anos anteriores (Gráfico 3), assim como a queda da criação dos assentamentos, indicado no gráfico 4. No ano de 2019, de acordo com o Incra, foram criados 3 assentamentos, dos quais 2 dizem respeito ao reconhecimento de áreas localizadas no Paraná e Pará.

Gráfico 3 - Brasil: famílias assentadas durante os anos de 2012 a 2022



Fonte: Dados do Incra (2022); adaptado pela autora.

Gráfico 4 - Assentamentos criados no Brasil durante os anos de 2012 a 2022

Fonte: Dados do Incra (2022); adaptado pela autora.

Além da criação reduzida de assentamentos e número de famílias assentadas, outro ponto que impacta a agricultura camponesa tem sido a política da agricultura familiar. Segundo Campos (2023), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), responsável pela compra de alimentos dos agricultores familiares, no decorrer dos anos, sofreu redução em seus recursos; em 2012 chegou a contar com R\$ 1,2 bilhão, e em 2018, teve uma redução drástica para R\$ 300 milhões.

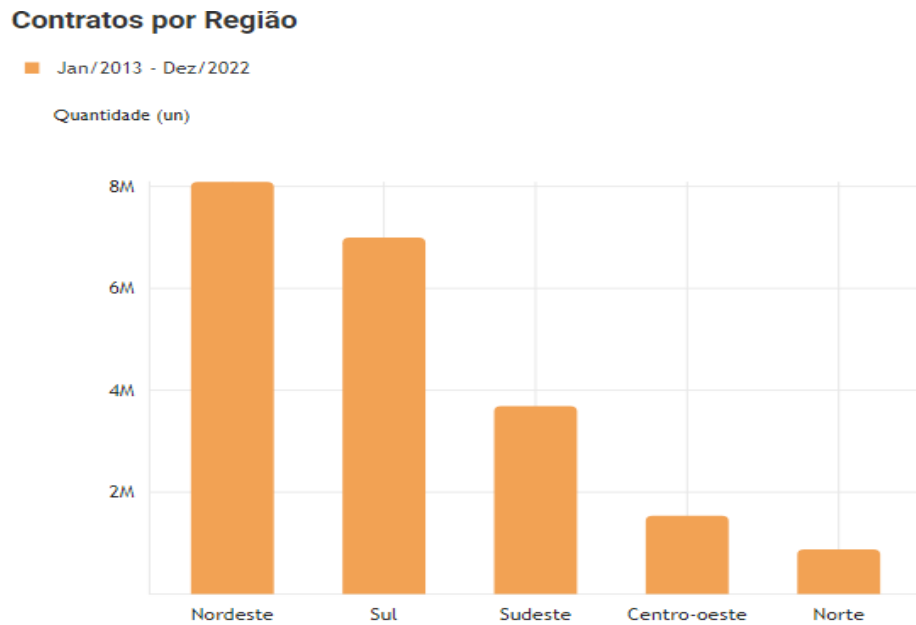
Segundo dados apresentados pelo periódico *O Joio e o Trigo* (2022), o PAA nos últimos 6 anos, teve seus recursos reduzidos em 77,3%, quadro agravado ainda mais com a pandemia. O ano de 2020, em relação ao ano de 2019 só não foi pior, devido ao incremento de R\$ 500 milhões, via Medida Provisória nº 957, editada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. O recurso estaria ligado ao período pandêmico e só foi conquistado após a pressão da Articulação Nacional da Agroecologia. O orçamento de 2021 foi de 135,2 milhões, aproximadamente, dos quais R\$ 58 milhões foram pagos aos agricultores por meio da política PAA, uma redução de 86,5%, se comparado a 2014 (*O Joio e o Trigo*, 2022). A redução do programa PAA já apresentava baixa derivada da crise fiscal nos governos Dilma (2011-2016), porém, nos governos Temer e Bolsonaro, sofrera grande desestruturação.

A queda do orçamento ocorreu em pelo menos seis programas alimentares: PAA, Ater, Distribuição de Alimentos de Grupos de População Tradicionais Específicas. Esses tiveram seus orçamentos reduzidos a 50% do valor. A Ater teve seus orçamentos reduzidos com

pelo menos 89,6% em seis anos, de 2014 a 2020 (O Joio e o Trigo, 2022). Muitas das famílias assistidas nos assentamentos pela Ater, no ano de 2019 e 2020, foram assim atendidas devido a contratos realizados em governos anteriores (Incra, 2019). Programas como Bolsa Verde, Apoio à Organização Econômica da Cidadania de Mulheres Rurais, Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Quilombolas, povos Indígenas e Comunidades Tradicionais foram extintos, no decorrer desses seis anos (O Joio e o Trigo, 2022).

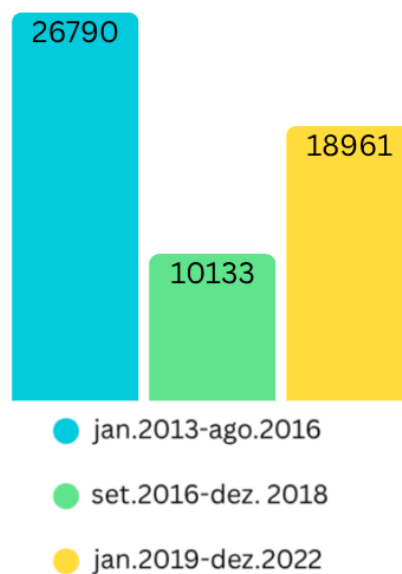
Já pelo Pronaf, segundo Campos (2023), o Plano Safra 2021/2022 teve aumento de 19% em comparação ao ano anterior, quando foi destinado R\$ 39,3 bilhões para agricultores familiares. Porém, o autor destaca que a renda bruta dos pequenos produtores para o enquadramento do Pronaf subiu para R\$ 500 mil, 20,5% a mais do que no ano anterior, tornando os recursos mais competitivos entre os pequenos produtores e os médios. Principalmente, devido ao aumento da taxa de juros do custeio, mediante o qual pequenos produtores saíram de 4% para 4,5%; dos médios, de 5 para 5,5%; e dos grandes, de 6% para 7,5%. Isso ocasionou segundo o autor, um encarecimento geral no acesso ao crédito agrícola para grandes produtores, fazendo com que aumentasse a competição pelos créditos destinados aos pequenos produtores.

Em relação aos créditos rurais destinados à agropecuária em âmbito geral, os dados do Observatório da Agropecuária, apresentados no gráfico 5, evidenciam as regiões de concentração dos contratos. Estes se localizam principalmente, na região Nordeste, Sul e Sudeste, estando com menor acesso a região Norte. Em suma, os contratos referentes às Unidades Federativas seguem o mesmo padrão. Os Estados onde se concentraram são: Rio Grande do Norte, Minas Gerais, Bahia, Paraná e Santa Catarina.

Gráfico 5 - Contratos de crédito rural acessados por região (2013-2022)

Fonte: Banco Central do Brasil, com base no Observatório da Agropecuária (2024).

A região Norte, durante esses 10 anos, teve os menores acessos ao crédito rural: obteve o equivalente a 879.445 contratos assinados. Desse valor o estado do Acre obteve acesso a 55.884 contratos, equivalente a 6,35% do valor total da região Norte durante o mesmo período, um valor de acesso quase insignificante. No gráfico 6, é possível ver o acesso por período no estado do Acre.

Gráfico 6 - Acesso ao crédito rural no estado do Acre durante os anos de 2013 a 2022

Fonte: Banco Central do Brasil, com base no Observatório da Agropecuária (2024).

Outra ação referente à agricultura camponesa no país que gerou impacto foi o fechamento de 27 unidades de armazenamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Desse modo, sem estoque regulador, os produtos no mercado tendem a subir (Brasil de Fato, 2020).

Nos últimos anos houve um aumento significativo no incentivo ao agronegócio, resultando em um aumento na disponibilização de hectares destinados às chamadas *commodities*, como soja, cana-de-açúcar e milho. Por outro lado, alimentos básicos da alimentação, como arroz, feijão e mandioca, sofreram uma redução na área cultivada ao longo dos anos, totalizando uma diminuição de 5,4 milhões de hectares. Em 2018, a área destinada à soja alcançou 34,83 milhões de hectares, enquanto o cultivo de arroz diminuiu de 4,16 para 1,87 milhões de hectares e o de feijão caiu de 5,3 para 2,95 milhões de hectares (Alentejano, 2020).

Para esse autor, o fortalecimento do agronegócio pode ser atribuído ao crescente poder da Bancada Ruralista, oficialmente denominada Frente Parlamentar da Agropecuária. Em 2019, essa bancada contava com um total de 225 deputados e 32 senadores, correspondendo a 43,9% da Câmara e 39,5% do Senado. Entre os anos de 2019 e 2021, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento transferiu R\$ 3,2 bilhões para a compra de tratores e equipamentos agrícolas, utilizando recursos do chamado “orçamento secreto”, uma prática que não estava prevista no orçamento, conforme evidenciado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (G1, 2023).

Em 2022, foi sancionada a Lei nº 14.350 pelo ex-chefe do executivo (Jair Bolsonaro). O objetivo dessa Lei era fornecer incentivo à agricultura de precisão, ampliar a articulação sobre as tecnologias agro 4.0 no Brasil. Isso seria, dentre as muitas ações destacadas no texto, uma forma de fortalecer o discurso de inclusão produtiva, na implementação de um modelo hegemônico de produção agropecuária (Fernandes *et al.*, 2020). Segundo Sauer, Leite e Tubino (2020, p. 300), há uma tentativa de “reforçar a hegemonia do modelo de produção de monocultivos em larga escala para exportação de *commodities*”. Ao fazer isso, tenta-se negar as desigualdades e as diferenças existentes no campo, no intuito de enfraquecer a noção da agricultura familiar e as diferentes identidades culturais. Um dos exemplos destacados pelos autores em relação a esse discurso, foi a citação da “existência de uma só agricultura”, explicitado pela Ministra Tereza Cristina, no lançamento do Plano Safra 2019/2020; e a ação de exclusão da agricultura familiar do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 (Sauer; Leite; Tubino, 2020). Ao citar Pompeia (2020), os autores enfatizam a tentativa da noção de agronegócio de

trazer a ideia de total indissociabilidade do meio rural brasileiro, simulando representatividade ampliada da concentração política.

O discurso do agronegócio, no que tange à agricultura familiar, utiliza a mesma concepção do fazendeiro e seu agregado: faz este último acreditar que ao defender o primeiro estará defendendo a si próprio, quando na verdade, dentro dessa lógica, ele já se encontra em profunda desvantagem. Nesse sentido, afirma Alentejano (2020, p. 365): “A representação política não é mais feita pelos ‘coronéis’, mas pela Bancada Ruralista. Novas justificativas para velhas práticas. Mudam os nomes, mas a realidade persiste no campo brasileiro: violência, exploração e devastação”.

A tese de Santana (2022), intitulada *O cativo do agronegócio no campo Brasileiro: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia*, demonstra as diferentes maneiras do capitalismo se expandir, por meio da exploração do trabalho no campo, de forma contemporânea, por meio do agro. A autora destaca ações realizadas no governo de Michel Temer, por meio da reforma trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que reduziram os direitos trabalhistas e flexibilizaram a jornada laboral, a remuneração, a contribuição sindical, as regras sobre as férias e a terceirização. A autora enfatiza a tentativa de barrar a publicação da Lista Suja do Trabalho Escravo, que traz nomes dos empregadores que escravizaram trabalhadores e que, por isso, ficariam impossibilitados de receberem financiamentos e créditos. Segundo Santana (2022), com intuito de ganhar voto da Bancada Ruralista, o governo cedeu à flexibilização das regras de combate ao trabalho análogo a escravidão, afrouxando as leis que incidem sobre o crime.

Com a chegada do governo Jair Bolsonaro, em 2019, segundo a autora, umas das primeiras ações foi a destruição do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de zerar os recursos entre 2020-2021 repassados a Municípios e Estados para a implementação de ações e estratégias do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Como já mencionado, em 2019 houve alteração na Reforma da Previdência, com aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para diversas categorias de trabalhadores. Santana (2022, p. 140) destaca a redução das verbas para a fiscalização do trabalho escravo em 2021 – cerca de 50%. Outras ações danosas à classe trabalhadora foram: o fim da obrigatoriedade do pagamento de multa do FGTS nos casos de demissão; as alterações na legislação sindical; e a criação da carteira verde e amarela, que incentivaria a efetivação de contratos mais baratos, com menos direitos trabalhistas. Para a autora essas políticas são formas de precarizar relações de trabalho, aumentando a margem de lucro dos patrões, favorecendo apenas a empresa e o mercado, deixando a classe trabalhadora cada vez mais desprotegida.

Ferraz (2022), ao discutir os dados do Censo Agropecuário de 2017, relacionados ao pessoal ocupado nos estabelecimentos, destaca que dos 15.105.125 de produtores rurais no total, 10,1 milhões estariam envolvidos na agricultura familiar. Isso sugere que a produção mecanizada em larga escala do agronegócio não emprega uma quantidade significativa de trabalhadores, sobrando apenas 5.105.124 do pessoal ocupado, apesar de controlar uma grande extensão de terras e historicamente concentrar a maior parte do crédito rural dos Planos Safra.

Segundo Alentejano (2022), com a expropriação dos camponeses, o capital gera ao mesmo tempo trabalhador livre para ser explorado e a terra para ser apropriada. Desse modo, áreas de preservação ambiental, terras indígenas, quilombolas, assentamentos rurais, são obstáculos a serem removidos, para facilitar o avanço do capital, por meio da apropriação desses territórios.

Essas ações de expropriação dos territórios não ocorrem com passividade. Segundo Porto-Gonçalves *et al.* (2018), o número de conflitos no campo têm se acentuado desde 2010. Dentre as principais categorias sociais envolvidas nesses conflitos estão as populações tradicionais, posseiros, camponeses, seringueiros, retireiros, vazanteiros, ribeirinhos, pescadores, mulheres quebradeiras de coco-babaçu, comunidades de fundo de pasto, comunidades de fecho de pasto, caiçaras, faxinalenses, e as populações indígenas.

Os conflitos ocorrem tanto em áreas de fronteira quanto em áreas antigas, já consolidadas pela agricultura capitalista. Segundo o autor, as áreas onde se localizam o maior número de conflitos são em áreas de atuação do agronegócio, juntamente com a exploração mineral e outros projetos de infraestrutura. Destaca-se áreas como Rondônia, com avanço do latifúndio da soja, assim como a região de Matopiba, que detém cerca de 10% do território brasileiro, constituída pelos estados de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, em uma área com 46 Unidades de Conservação ambiental, 36 Terras Indígenas, 781 assentamentos de reforma agrária e áreas quilombolas (Porto-Gonçalves *et al.*, 2018). Em regiões como Norte e Nordeste, onde se localizam os Estados do arco-desmatamento (desde o oeste-Maranhão ao Acre), durante o período de 2019 a 2022, houve crescimento de 26,7% no número de conflitos por terra, com um aumento de 53,6% no número de famílias envolvidas (CPT, 2022).

No estado do Acre, 2019, de acordo com a CPT, foi o ano em que mais ocorreram conflitos, com 88 conflitos por terra em pelo menos 50% dos municípios, com maiores ocorrências para os municípios de Acrelândia, Manuel Urbano, Sena Madureira e Xapuri, com envolvimento de 6.809 famílias. De 2019 a 2022 só na região do Vale do Acre, onde ocorre o avanço das atividades destinadas ao agronegócio, teve um total de 215 conflitos por terra (Santos; Alves, 2023).

Segundo Alantejano (2022) no ano de 2020, em plena pandemia de Covid-19, ao analisar dados da CPT, foram registrados os maiores índices de conflitos no campo, desde 1985, entre os agentes responsáveis por esses conflitos, estão fazendeiros, empresários internacionais e nacionais, e o próprio poder público.

A violência no campo tem se acentuado, levando a um aumento significativo no número de assassinatos ao longo dos anos. No período de 2000 a 2014, a média anual de assassinatos foi de 35,8%. No entanto, após a ruptura política, de 2015 a 2017, essa média anual aumentou para 60,6%. Esse aumento alarmante está relacionado ao registro de cinco massacres em 2017, todos ligados a conflitos por terra e território. Em Colniza (MT), Vilhena (RO), Lençóis (BA), Canutama (AM) e Pau D'Arco (PA) ocorreram 33 assassinatos contra comunidades que estavam lutando por uma parcela de terra. No caso específico de Colniza (MT), foram mortas 10 pessoas, incluindo crianças, adolescentes e idosos (Porto-Gonçalves, 2018, p. 721). Esses trágicos eventos evidenciam a extrema violência enfrentada pelas comunidades rurais em suas lutas por acesso à terra e território.

Em 2022, houve um aumento significativo nos casos de violência no campo, com cerca de 47 assassinatos registrados, representando um crescimento de 30,56% em comparação com o ano anterior (2021). Além disso, houve um aumento alarmante no número de tentativas de assassinato, com um aumento de 272,73%, passando de 33 para 123 casos. No mesmo ano, foram registrados 209 conflitos trabalhistas em atividades rurais, com 2.200 pessoas resgatadas e 2.618 denúncias (CPT, 2022). Os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2022 também destacam uma média anual elevada de conflitos por terra e água durante o período de 2019 a 2022. Em comparação, durante o período de 2013 a 2018, a média anual de conflitos por terra envolveu cerca de 111.760 famílias, com um total de 1.172 conflitos registrados. Já de 2019 a 2022, o número médio de famílias envolvidas em conflitos por terra aumentou para 171.686,3, com um total de 1.485,70 conflitos registrados. Da mesma forma, a média de conflitos por água aumentou de 175 (2013-2018) para 3.511,5 (2019-2022) (CPT, 2022).

Entre os anos 2013 e 2022, foram registradas cerca de 1.935 ocorrências de invasões de territórios por pessoas ou grupos estranhos às comunidades. Notavelmente, a maioria dessas ocorrências se deu nos últimos quatro anos, de 2019 a 2022, totalizando 1.185 casos, o que representa aproximadamente 61,25% do total de invasões registradas nesse período (CPT, 2022).

Os diversos conflitos emergentes no campo, acentuados por diferentes razões, causam inúmeros problemas socioambientais, tais como: desmatamento, perda de biodiversidade, contaminação das águas, insegurança hídrica e alimentar. Tudo isso ligado

intimamente a um modelo agrícola e de ocupação territorial ambientalmente predatório, que se reproduz por meio da grilagem, graças à histórica ausência de políticas de ordenamento fundiário, reforma agrária e reconhecimento de direitos territoriais (CPT, 2022, p. 28).

Como destacado por Martins (1993), as ações realizadas pelo capital no campo, não são direcionadas para a introdução de melhorias na vida dessas populações, mas para privá-las do que é vital para sua sobrevivência: a terra e o território, bem como os meios e condições para sua existência material e social, além de sua cultura e participação política. É como se essas populações não existissem, ou como se, mesmo existindo, não tivessem direitos.

O Estado atua como legitimador da apropriação de territórios pelo capital, e desempenha a violência manifestada de 4 formas:

Estado omissivo/negligente, que se mostra inerte, inoperante e incapaz, e paralisa os mecanismos de regularização fundiária e de reconhecimento dos direitos territoriais; o **Estado conivente**, que ciente das consequências da omissão, opta pela inação sistemática, favorecendo a espoliação; o **Estado normativo/regulador**, quando desempenha um papel proativo a serviço do capital nas escolhas políticas e econômicas; e o **Estado agressor**, quando coloca suas forças de segurança e seus mecanismos de fiscalização e investigação a serviço da violência institucionalizada contra as comunidades e povos do campo (CPT, 2022, p. 6, grifo nosso).

Conforme apontado por Conceição (2023), a intervenção do Estado opera como em um plano estratégico para a reprodução sociometabólica do capital, legitimando seu controle e permitindo que ele atue no sistema ideológico e político de dominação por meio da privatização e da desregulamentação do trabalho e do setor estatal. Isso ocorre através de novas formas de acumulação flexibilizada, que visam atender aos interesses lucrativos do capital, muitas vezes, às custas da intensificação do trabalho para a extração da mais-valia. A participação do Estado, segundo essa autora, desempenha um papel na redução da conflitividade social, criando a ilusão de um Estado que atende às demandas sociais, enquanto desarticula as lutas de classes, na manutenção e legitimação da ordem social estabelecida.

Portanto, a luta pela terra se faz necessária, pois representa resistência contra a monopolização do capital e assegura direitos que não serão concedidos gratuitamente. Essa luta não se restringe apenas à posse da terra, mas também à busca por condições dignas de vida nela. Apesar das dificuldades e das políticas públicas sociais em declínio, os movimentos sociais continuam a ressignificar suas estratégias de resistência. Ao longo dos anos, tem-se observado a extinção progressiva das políticas sociais, o desvirtuamento da função social da terra e o incentivo a um modelo agrícola de monocultura e exportação. Isso resulta na usurpação dos direitos dos trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos, com o objetivo de promover o fim dos assentamentos, da reforma agrária, promovendo a concentração de terras nas mãos de poucos.

A realidade enfrentada pelos agricultores camponeses, vai além de questões locais. Cada ato realizado para permanecer na terra representa uma forma de resistência diante das adversidades enfrentadas. Trabalhar, sobreviver e permanecer no território são desafios constantes, que exigem luta e determinação.

Conclui-se neste capítulo, que a reforma agrária não passou de uma política de colonização complexa, calcada em uma estrutura fundiária concentradora e excludente, focada em desmobilizar a ação dos movimentos sociais, a fim de tentar impedir que se tornassem uma luta política, para manter a estrutura então existente, firmada na exploração do trabalho e na concentração de terras. Dado o exposto, o agricultor camponês esteve alijado do direito à terra e às condições necessárias para viver nela.

Com a ascensão do neoliberalismo, o problema agrava-se ainda mais. Observa-se a crescente e preocupante perda de direitos pelos trabalhadores rurais, assim como o crescimento da exploração e precarização de suas condições de vida e de trabalho; além disso, tem-se o avanço sobre os territórios em busca de novas áreas para efetivação do capital por meio do agronegócio, através da regularização fundiária.

Ao longo dos anos dos governos federais, há uma tentativa de contrarreforma agrária, desestimulando as políticas agrárias e aquelas destinadas ao estímulo da agricultura camponesa, em favor do modelo que beneficia o agronegócio, ocasionando estrangulamento das famílias camponesas.

CAPÍTULO 2: AS LUTAS DOS MOVIMENTOS TERRITORIAIS NO ESTADO DO ACRE E A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM SENADOR GUIOMARD

Anteriormente, analisou-se os impasses da questão agrária, tanto em relação à criação dos assentamentos quanto à política destinada à agricultura familiar, que geram influências sobre o trabalho da agricultura camponesa e sua permanência no campo. Dando sequência à análise, neste capítulo o objetivo é abordar os movimentos socioterritoriais de lutas, que ocorreram no estado do Acre, a fim de evidenciar como ocorreu a base de sua formação no contexto de luta pela terra, além de compreender os aspectos norteadores que envolvem a criação do Assentamento Nova Baixa Verde, identificando as políticas de assentamento rural no município Senador Guiomard no Estado do Acre.

2.1 MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS NO ESTADO DO ACRE

Compreende-se os movimentos socioterritoriais a partir do entendimento de Fernandes (2001). Segundo esse autor, todos os movimentos que têm o território como trunfo são movimentos socioterritoriais, porém, há aqueles que lutam por dimensões, recursos ou estrutura de espaço geográfico, esses podem ser entendidos como movimento socioespaciais.

Ou seja, todo movimento que tem o território como condição de existência, de possibilidade e recriação, entende-se por movimento socioterritorial, quando o camponês se territorializa, criando conflitualidade e superando sua condição de excluído. Esse processo de recriação, segundo Fernandes (2004), pode ocorrer por meio de ocupação de terra, destruição do latifúndio, conquista de assentamento, compra de terra, migração, trabalho, produção, venda, consumo, estudo, reocupação, contribuição com desenvolvimento local. Segundo o autor, a sua organização ocorre pela consciência construída na realidade em que se vive.

Os principais movimentos socioterritoriais de luta pela terra no estado do Acre tiveram início com o avanço da fronteira agrícola sobre a região amazônica, em sua integração com restante do País, por meio da ação intervencionista do Estado. Segundo Paula (2004) o Estado usou a justificativa de resguardar as fronteiras nacionais para impor o projeto modernizante na Amazônia, que era caracterizada pela exclusão social de parcela significativa da população em benefício de grandes grupos empresariais. Através do Plano de Integração

Nacional (PIN), e posteriormente, via I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento Econômico e Social (PND).

No estado do Acre, a incorporação desse projeto modernizante assentava-se na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva de corte, a partir de 1970. Os governos federal e estadual, por meio de incentivos fiscais, buscavam atrair empresários de outras regiões para explorar e investir na localidade, gerando graves consequências no território, dentre elas a concentração fundiária.

Porém, anteriormente a isso, na fase áurea da borracha (1879-1912), quando se estabeleceram as condições para esse movimento, o território acreano foi integrado ao restante do país. A produção da borracha no Brasil tem como característica o monopólio natural da extração de látex, pois a Amazônia detinha a maior reserva natural do mundo, o que facilitou o seu potencial exportador de recursos para atender o mercado mundial. A ocupação das terras no espaço que viria a se tornar acreano ocorreu pela pressão da demanda internacional da borracha, exigindo um nível de produção cada vez maior (Silva, 1982). Como destaca Melo (2022), a função atribuída ao território do Acre na divisão internacional do trabalho, foi de simples exportador da borracha natural, a fim de atender o desenvolvimento da indústria automobilística dos países centrais.

O processo de ocupação do território acreano foi marcado por diversos conflitos e celebrações de acordos, devido à disputa territorial com os países Peru e Bolívia, além de conflitos com as populações indígenas, que já habitavam em todo território, em contraposição aos que definiam o território amazônico como espaço vazio (Porto-Gonçalves, 2012). Através de tratados como Ayacucho (1867) e Petrópolis (1903), os limites foram estabelecidos, e o território acreano passou a ser um Território Federal. Sua formação está associada às áreas que foram formadas a partir da implantação do extrativismo da borracha, denominado como o primeiro ciclo da borracha (1850-1912), realizado pela ação empresarial da época, em um padrão socioeconômico de ocupação em áreas de floresta, utilizando os recursos naturais para a sustentação da economia; usando mão de obra dos migrantes camponeses nordestinos, que vinham em busca de trabalho na extração do látex, principalmente influenciados pelas promessas das agências exploradoras de trabalho e riquezas acessíveis. Os migrantes vinham com expectativas de melhores oportunidades de vida, devido à escassez de sua região e a exclusão da estrutura agrária (Silva, 2011).

Entretanto, o que os migrantes encontraram foi um processo de escravidão por dívida. Como descrito por Porto-Gonçalves (2012), os trabalhadores agenciados chegavam ao seu local de destino com uma dívida de custo da própria viagem, pagando sua passagem e os

materiais necessários à extração do látex; uma dívida incessante, fonte de lucro para os patrões seringalistas. Segundo o autor, a contabilidade cumpria o papel de manter ativa e crescente a dívida do seringueiro, tudo girando em torno da sustentação desse sistema. Os seringalistas impunham a proibição aos seringueiros de praticarem agricultura, como uma forma de mantê-los totalmente presos à produção da borracha; aumentavam sua dívida com utensílios de subsistência fornecidos pelos barracões, por meio do sistema aviamento. Segundo Martins (2012), o aviamento não se caracterizava apenas como um regime de exploração de trabalho, mas como um sistema de dominação política e de poder social, já que regiam o modo de vida do seringueiro.

Segundo Cavalcanti (2015, p. 46), tal processo se constituía em “[...] uma cadeia de ligação entre capital industrial, casas exportadoras, casas aviadoras, seringalistas e seringueiros, possibilitando assim a produção de borracha necessária à indústria”. Para Porto-Gonçalves (2012), as produções regionais eram guiadas por suas elites dominantes, que tinham como foco atender às demandas externas, mantendo vínculo com o polo moderno, à custa de intensa exploração dos recursos e da população. A estrutura firmava-se em um “[...] sistema de dominação estruturado nas relações mercantis de produção ancorado na grande propriedade fundiária e na exploração do trabalho dos seringueiros” (Paula, 2005, p.52).

Para Silva (1982), no período de auge da borracha, não houve a preocupação em diversificar a produção, pois os altos preços da produção estimulavam que toda mão de obra disponível fosse destinada apenas para essa atividade. Segundo Cavalcanti (2015), em 1889, só o Acre contribuía com 60% da produção da borracha na Amazônia.

Muitos dos trabalhadores migrantes nordestinos detinham o conhecimento da agricultura, como descrito por Costa (2019), pois eles produziam agricultura em seu local de origem, e esperavam ao chegar reproduzirem no novo local, mas a exploração do trabalho, subjugado aos interesses das oligarquias locais, os impediam. Apesar disso, através da mão de obra das mulheres e de crianças, mesmo contra a vontade dos patrões, algumas famílias desenvolviam agricultura de autoconsumo, já que os seringueiros não podiam, devido à exclusividade obrigatória de sua atividade.

No final do século XIX, o monoextrativismo da borracha natural ingressou em uma crise irreversível. Suas causas econômicas resultam da expansão dos seringais de cultivo no Sudeste Asiático e seu elevado índice de produção, ocasionando uma grande concorrência com o Brasil (Paula, 2005).

A não obtenção de divisas com a exportação de borracha fez com que as casas aviadoras não pudessem importar os gêneros de primeira necessidade, como até então

faziam. Deste modo, todo o complexo seringalista, que se sustentava no sistema de aviação, entrou numa profunda crise (Porto-Gonçalves, 2012, p. 87).

Como consequência, no estado do Acre, houve o abandono dos seringais por seus proprietários e pelos seringueiros, ocasionando êxodo populacional. Muitos seringueiros que detinham uma maior condição, voltaram para o Nordeste, outros migraram para áreas periféricas das cidades, e outros permaneceram no campo (Silva, 1982).

Por meio dessas crises, as relações extrativistas que o seringueiro tinha com o seringalista foram se afrouxando, permitindo a prática da agricultura, como uma recriação camponesa perante a adversidade enfrentada: “As lutas, a partir de então, passaram a existir para criar novas condições de viver, sem os laços coercitivos dos seringais, produzir mercadorias extrativas para vender e produtos agrícolas de primeira necessidade para o autoconsumo” (Silva, 2013, p. 23). De acordo com Silva (2013), o seringueiro, homem da floresta, se recriou, na condição de produtor familiar, no convívio com a natureza.

De início, a conjuntura que se desenhava na região, com o sujeito trabalhador familiar na floresta, não estabeleceu ameaça para o proprietário fundiário, dessa forma, segundo o autor, a reconstrução do projeto social e identitário do camponês na floresta, sua territorialidade, vai emergir da colocação sobre o seringal (Silva, 2013).

Para Silva (2011) vai ser com as atividades agroextrativistas, voltadas para o sustento familiar, que os seringueiros firmarão suas vidas nas colocações, sem serem mais coagidos pelos barracões, quando irão redescobrir e recriar valores da vida familiar, aderindo a práticas sociais comunitárias, melhorando um pouco a qualidade de vidas dessas famílias.

Desse modo, em âmbito geral, entre o período de 1915 e 1945, a base da economia do Acre permaneceu estagnada, como evidenciado por Silva (1982):

Transcorreu um longo período em que o Acre esteve marcado pela inércia, pelo marasmo e pela incerteza. Sua principal atividade produtiva, o extrativismo da borracha, encontrava-se estagnada; seus seringais, desativados; e sua população, sem perspectiva. Entretanto, acontecimentos externos pareciam acenar novos rumos para a economia silvestre (Silva, 1982, p. 27).

Com o advento da II Guerra Mundial (1939-1945), após a interrupção da produção asiática, o Estado brasileiro passou a atuar para alavancar a produção da borracha, pressionando o governo norte-americano a ter a Amazônia como fornecedora de matéria-prima, com incentivos à migração para região (Paula, 2005). Os Estados Unidos firmaram um acordo com o Brasil, os chamados Acordos de Washington, para incrementar a produção gumífera na Amazônia, objetivando o fornecimento de borracha para atender às necessidades da indústria armamentista dos aliados (Cavalcanti, 2015).

Nesse período, grande levas de nordestinos formaram o exército dos soldados da borracha (França, 2009). Segundo Duarte (1987, p. 18 *apud* Melo, 2022, p. 90):

Em 1942, através do Decreto Lei 4.451, criou-se o Banco de Crédito da Borracha, com capital brasileiro e americano. Este Banco tinha as atribuições de estimular a produção e regularizar os preços e a comercialização da goma elástica. Esta regularização era conseguida através do monopólio estatal da borracha, eliminando-se assim os intermediários. Foi desenvolvido um plano de saneamento na Amazônia, com o auxílio da Fundação Rockffeler. Mais tarde, este serviço se transformou no SESP–Serviço Especial de Saúde Pública. Para o recrutamento de trabalhadores em outras regiões, a fim de suprir mão de obra os seringais desfalcados, foi criado o Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia–SEMTA, substituída pela Comissão de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia-CAETA.

Em âmbito nacional, o intervalo de 1945 a 1964 foi marcado pelo incentivo à expansão industrial, incentivado por um conjunto de políticas estatais, com intuito de substituir as importações. O Estado passa a atuar como regulador para assegurar a reprodução da economia regional, com base na produção da borracha (Paula, 2005). Posteriormente, o “[...] pós-guerra e a queda no preço da produção ocasionam o abandono dos seringais em 1950, com 114.755 habitantes no Território do Acre¹ e sem nenhuma medida federal que garanta o sustento dos seringueiros”, ocasionando miséria e êxodo rural para áreas urbanas (França, 2009, p. 31).

Segundo Porto-Gonçalves (2012), a partir de 1960 o governo federal mudou a destinação dos recursos para a produção na Amazônia, retirando as políticas que davam sustentação às elites oligárquicas regionais. Estas passaram a ser contextualizadas na nova divisão nacional e internacional do trabalho, pois então, surgiram novos protagonistas. A modernidade trazida com os ciclos da borracha tornou-se velha e atrasada, precisando ser novamente (des)envolvida sobre as velhas condições.

Dessa forma, segundo esse mesmo autor, os novos protagonistas serão os gestores territoriais civis e militares, o grande capital nacional e internacional. Esse conjunto atuará com o capital financeiro e com o Estado, que passava a financiar grandes obras de infraestrutura e rodoviárias, com a passagem de diversas áreas estaduais para a tutela federal, principalmente as localizadas em torno da faixa das estradas federais. Inicia-se nova organização do espaço amazônico, denominado por Porto Gonçalves (2012) como “espaço estrada terra firme e subsolo”.

Em 1962, a elevação do Território do Acre a Estado, com a Lei nº 4.070 de 15 junho, aconteceu em um período de extrema miséria, os seringais estavam falidos, e o país lidando com o golpe militar.

¹ O atual estado do Acre foi Território Federal entre 1904 e 1962, sendo elevado à categoria de Estado pela Lei nº 4.070, 15 junho de 1962.

A rápida expansão da frente pioneira em direção a Amazônia deu-se num contexto bem diverso das histórias costumeiras em países que servem de modelo ao debater o tema, como os Estados Unidos: em vez de se constituir numa abertura de território com base nos valores da democracia e liberdade, constituiu-se numa expansão apoiada num quadro fechado de ditadura militar, repressão e falta de liberdade política. Sobretudo num contexto anticomunismo em que, justamente, as classes trabalhadoras, na cidade e no campo, se tornam automaticamente suspeita de subversão da ordem política sempre que regiam as más condições de vida que lhe impusera (Martins, 2012, p. 76).

O plano político, segundo Paula (2006), era resguardar a fronteira nacional, impor um projeto modernizante na Amazônia e integrá-la às demais regiões, excluindo parcela da população (indígenas e camponeses), e privilegiando grandes grupos de empresários advindos do Centro-Sul, por meio de concessões de incentivos fiscais e financeiros. Abrindo mercado para mercantilização da natureza, através da espoliação, e inserindo-se marginalmente no processo de reprodução ampliada do capital (Martins, 2012). O Estado, com o monopólio da violência, aparece legitimando o novo modelo (Porto-Gonçalves, 2012).

As diretrizes do II PND incluíam a redistribuição de terras nas áreas que impedissem a modernização que, no Acre, ocorreu com a substituição do extrativismo pela agropecuária, baseada na grande propriedade de terra (Paula, 2006). No entendimento de Martins (2012), o objetivo da expansão territorial não era o avanço da pecuária, mas sim a produção de fazendas.

No estado do Acre, o governo de Francisco Wanderley Dantas (1971-1975) dava as condições necessárias para inserção do processo “modernizante”, utilizando o *slogan* “Produzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico”. O Governo de Dantas abriu o Estado para os empresários e os especuladores, ocasionando diversos conflitos.

Portanto, o Acre foi inserido na nova dinâmica da acumulação capitalista, por meio de transferência das terras acreanas a empresários, oriundos do Centro-sul do país. O deslocamento do capital ocorreu devido aos baixos preços da terra, à especulação fundiária, e ao crédito fácil, barato e abundante (Cavalcanti, 1994). Os investidores do Centro-Sul, conhecidos como paulistas, atraídos pelos incentivos estatais, passaram a ocupar as mesmas terras onde já viviam as populações tradicionais, promovendo um novo uso dos seus recursos. Enquanto o campesinato, o seringueiro e o colono utilizavam a terra como meio de produção e para sustentação familiar, levando o excedente para o mercado, o seringalista e os fazendeiros representavam o capital fundiário através da absorção de grandes extensões de terras para o setor produtivo e para especulação fundiária, “a visão da terra como capital” (Silva, 2011, p. 110).

Segundo Silva (2013), por meio da mercadorização da terra, firmou-se a ameaça da condição de territorialidade do seringueiro. Mas, a terra que era a condição de trabalho do seringueiro, passa a ser medida em hectares e não mais pelas estradas de seringa e quantidade de árvores, prevalecendo seu valor de troca, e não de uso. O novo modelo colocava uma nova forma de uso do solo e a regularização fundiária ameaçava a base territorial que ofereciam as condições de existência do seringueiro, a colocação (Paula; Silva, 2009).

O impacto na estrutura agrária acreana foi tão significativo, que em 1978, cerca de um terço das terras cadastradas no Incra encontravam-se sob domínio dos investidores paulistas, (Paula, 2006). Cavalcanti (2015, p. 59) corrobora essas informações, evidenciando o nível de concentração fundiária no Acre, em 1976, “[...] enquanto o índice de Gini da Amazônia era de 0,88 em 1976, o Acre, no mesmo período, apresentou um índice de 0,93! Ainda em relação à questão da terra”. Vale salientar que em períodos anteriores a esse, a concentração das terras acreanas e o descaso para com as populações locais não era nenhuma novidade, como apresentado por Paula (2006, p. 109), pois a estrutura já apresentava uma acentuada concentração, em que os dados apontam que cerca de “514 imóveis com áreas acima de 1.000 ha ocupavam 93,59% das terras cadastradas, 526 estavam na faixa 101 a 1.000 ha, equivalente a 4,63%, 2.807 na faixa 1,0 a 100 ha correspondia a 1,78% da área cadastrada”.

Com o avanço do novo padrão de organização e reprodução capitalista com a expansão agropecuária, baseada na bovinocultura e na agricultura de maior escala, houve confronto com o modo de produção do seringueiro, e do camponês. Estes compreendiam que aquele espaço lhes pertencia, e passaram a lutar por seu território (Silva, 2011). Um ato de territorializar o espaço que, no entendimento de Raffestin (1993), o território é formado a partir do espaço, nesse sentido ao se apropriar de um espaço de forma concreta ou abstratamente, ocorre o ato de territorializar.

Os conflitos que anteriormente se expressavam em torno das manifestações da resistência individual do seringueiro contra a apropriação do seu trabalho pelo seringalista, na extração do látex e na produção da borracha, passou a ganhar forma organizacional a partir de 1970 (Paula; Silva, 2009).

Em um ato de reivindicação, surgiram manifestações de resistências contra a expropriação, como a participação de movimentos e organizações importantes que ajudaram a fortalecer suas ações dos seringueiros, como por exemplo a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), através de sua Delegacia Regional em 1975. Posteriormente, o surgimento de sindicatos nos municípios do Acre, com o apoio das

Comunidade Eclesiais de Base (CEBs), e em seguida com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Paula, 2006).

Por meio da contribuição da Contag, foi criado e organizado os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais nos municípios, como: Sena Madureira, Brasiléia, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Tarauacá, Xapuri e Feijó (Paula; Silva, 2006). Sua atuação teve como prioridade as seguintes bandeiras de luta: 1) não pagamento da renda ao patrão seringueiro; 2) cumprimento da Lei, no sentido assegurar os direitos à posse da terra; 3) cumprimento da legislação trabalhista para os assalariados rurais (Paula; Silva, 2006). Cabia à Contag incentivar os trabalhadores ao cumprimento da Lei, por isso, seu principal foco era impedir que o seringueiro fosse enquadrado como arrendatário, e sim como posseiro, por isso o não pagamento da renda da terra era importante (Paula, 2005).

A luta pela terra e a resistência contra a ação dos fazendeiros no Acre vai assumir formas diferenciadas. Em determinadas áreas, os trabalhadores organizavam-se em mutirão para fazer pequenas derrubadas na floresta e nelas colocar seus roçados. [...] Em outras áreas, os trabalhadores procuravam impedir que os fazendeiros realizassem suas derrubadas, pois, ao colocar em risco as árvores de seringueiras e castanheiras, ameaçam as suas condições de sobrevivência no interior da floresta (Paula; Silva, 2006, p. 19).

Diante de um rápido processo de sindicalização rural, os trabalhadores desenvolveram ações organizadas e formas de lutas diversificadas, como o empate² (resistência contra derrubada da floresta e expulsão de famílias seringueiras), acampamentos, comissões em Brasília, pressões sobre os parlamentares, denúncias aos órgãos públicos, demandas judiciais (Paula; Silva, 2006). Os empates tinham respaldo jurídico no Código Florestal, pois proibiam o desmatamento de algumas espécies (como a castanheira e a seringueira), e resguardava o direito à defesa de posse, com armas, caso necessário (Paula, 2005).

O primeiro empate foi realizado em março de 1976, no Seringal Carmem, no município de Brasiléia, como uma iniciativa para empatar o desmatamento, e partiu dos seringueiros-possesores da área, com apoio do recém-criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) desse município (Paula; Silva, 2006).

Os demais conflitos que se sucederam, foram intensificados com o avanço da legalização da terra para o latifúndio, e pela exclusão dos posseiros e seringueiros de suas terras. Devido à gravidade dos conflitos, as políticas dos governos estaduais e federal foram alteradas.

² Empate foi um modo de resistência realizada por seringueiros e povos da floresta no Acre, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, quando se formavam barreiras humanas, organizadas para impedir o avanço de madeireiros e fazendeiros sobre áreas de floresta. Esse movimento, liderado por Chico Mendes e outros líderes sindicais rurais, tinha como objetivo a defesa do meio ambiente, da preservação da Amazônia e, principalmente, a manutenção do modo de vida das comunidades tradicionais (Paula; Silva, 2009).

Sobre a atuação do governo estadual de Geraldo Gurgel de Mesquita (1975-1979), este buscou um novo redirecionamento no curso da modernização, buscando mediar os conflitos e implantar a revalorização do extrativismo e da produção agrícola de base familiar (Paula, 2005).

Por meio disso, a questão fundiária no Acre teve um novo tratamento. O Incra passou a contestar a legalidade dos títulos dos fazendeiros, dificultando os incentivos e financiamentos dos projetos agropecuários junto aos órgãos públicos, e passou a legitimar a ação do movimento sindical. O governo estadual passou a reivindicar ao governo federal a necessidade de desapropriação de terras para fins de reforma agrária no estado do Acre (Paula, 2005).

Diversos acordos começaram a ser apresentados aos seringueiros a fim de apaziguar os conflitos. Após diversas reuniões entre seringueiros, direção do STR, Delegacia da Contag, fazendeiros e Incra, chegou-se a um acordo, no qual o seringueiro trocava suas colocações por lotes de 25 hectares. Apesar do agravamento dos conflitos sociais pela posse da terra e do crescimento da organização sindical, a política fundiária do governo permaneceu inalterada, privilegiando a transferência de demanda de terra para o Centro-Sul (Paula; Silva, 2009).

O sindicato de Xapuri, sob a liderança de Chico Mendes (1982), para não perder a força do seu movimento, começou a orientar os demais seringueiros a não fazerem acordos e a não abandonarem suas colocações. Isso, porque muitos dentre os seringueiros que trocaram suas colocações por um lote de terra acabaram tendo falta de condições mínimas para sua sobrevivência. Para atender a necessidade do seringueiro, foi proposto um novo modelo de reforma agrária. Nesse novo modelo, o seringueiro seria contemplado com a regularização de sua posse de 300 a 400 hectares, a manutenção da floresta e as condições para que continuasse seu trabalho como extrativista. Assim, foi criada a proposta de Reserva Extrativista (Resex)³, conhecida como reforma agrária dos seringueiros e, posteriormente, os Projetos de Assentamento Agroextrativista (PAE) (Paula, 2005).

Apesar da forte repressão dos fazendeiros contra os seringueiros, por meio dos assassinatos de Wilson Pinheiro, posteriormente de Chico Mendes, algumas das principais lideranças do sindicalismo rural acreano, isso não foi suficiente para conter a luta de resistência

³ Atualmente (2025), a Reserva Extrativista Chico Mendes enfrenta um intenso processo de descaracterização de sua função original. Após o início da operação Suçuarana, em 2025, pelo ICMBio, foi identificado o avanço do desmatamento e da pecuária ilegal de grande porte, se distanciando do Plano de Manejo daquela unidade, que visava ao uso sustentável da área, o que comprometeu sua função social. A criação de gado na Resex tem seu uso limitado e destinado ao uso familiar. Porém, com a presença de fazendeiros e pecuaristas, esses limites permitidos de uso foram ultrapassados, resultando em implantação de pastagens extensivas. O ICMBio realizou várias notificações para que fosse feita a retirada da atividade ilegal e para o encerramento do desmatamento, porém não houve retorno. Dessa forma, as atividades foram embargadas em junho de 2025, com a apreensão de centenas cabeças de gado na área (ICMBio, 2025).

contra a expropriação. Através das muitas lutas, os movimentos socioterritoriais que ocorreram no estado do Acre possibilitaram a recriação do campesinato, como um resultado da atuação dos Movimentos Sindicais dos Trabalhadores Rurais, através da luta pela terra, ocorrendo também o reordenamento da estrutura fundiária do território acreano.

2.2 A QUESTÃO FUNDIÁRIA E OS PROJETOS DE ASSENTAMENTO DO INCRA NO ESTADO DO ACRE

A questão fundiária do Acre não difere muito da realidade do restante do País, devido a não realização da reforma agrária, com a implantação de assentamentos que não mudaram a estrutura fundiária, mas que serviram para amenizar as tensões sociais e beneficiar os anseios da própria ação modernizante no território. Essa ação atraiu investidores de outras regiões e resultou na exclusão de um enorme contingente de população, que se deslocaram para as cidades, em áreas precarizadas.

Segundo Silva (1982), desde o início da ocupação das terras acreanas, a estrutura fundiária foi calcada na grande propriedade, sendo necessário grandes extensões de terra, devido à distribuição natural e aleatória da seringueira. Para o autor, a ocupação do espaço acreano desde suas origens, foi realizada de forma não planejada, apenas organizada exclusivamente para a extração da borracha, impulsionada pela demanda crescente no mercado mundial. Sendo “[...] determinado por circunstâncias exógenas, dentro dos tradicionais traços de subordinação e dependência características das economias coloniais, de acordo com os interesses das economias centrais” (Silva, 1982, p. 8). Ou seja, asseguravam imensas áreas de terra para o patrão seringalista, e excluía o seringueiro e o camponês do acesso à terra, para atender aos anseios internacionais.

Assim, a política de Estado, com relação ocupação da Amazônia, refletida no estado do Acre, assegurou a capitalização da região, mediante projetos de colonização. A missão do Incra não estava firmada no atendimento da necessidade da população acreana, mas para assegurar juridicamente o regime da propriedade da terra, instalando as condições necessárias para o processo modernizante do país (Paula, 2005). A fase inicial de implantação do Incra no estado do Acre ocorreu em 1972, logo após as tensões que ocorreram no campo. A fim de criar uma ação planejada, o Incra criou em 1974, a Coordenadoria Regional da Amazônia Ocidental-CR 14, com sede em Rio Branco (capital do Acre).

A partir de 1970, com o intuito incrementar os incentivos à agricultura, foi criado pelo Incra o Projeto Integrado de Colonização (PIC), porém, este não cumpriu com os objetivos

propostos, chegando a 1974 com apenas 11 famílias assentadas (Acre, 2000). Entre 1975 e 1979, foram instituídas políticas de incentivo aos assentados, como os Núcleos de Apoio Rural Integrado (Nari) pelo governo do Estado.

Em 1977, o Incra criou o primeiro Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) no Acre, o PAD Pedro Peixoto, com sede no município de Senador Guiomard. E em 1981, no município de Brasília, houve a implantação do PAD Quixadá, fruto das ações de resistências realizadas no campo. Posteriormente, em 1982, foram criados os Projetos de Assentamentos Rápido (PAR), destinados à regularização e ocupação de terras devolutas em faixas de fronteira (Acre, 2000).

Foram implantados vários Projetos de Assentamento e Colonização, em outras modalidades, em todos os municípios do Estado. Segundo Silva (2011, p. 126) “todos esses projetos partiam e partem de uma política voltada para o incentivo às atividades agropecuárias sob base familiar”. Para o autor esses projetos iriam acomodar os trabalhadores que estavam sendo expropriados dos seringais, que ocupavam áreas de fortes tensões sociais, bem como receber excedentes de trabalhadores expropriados de outras regiões. O acesso inicial dos camponeses à terra proporcionou a recriação do campesinato, no entanto, ao serem acomodados em assentamentos sem a infraestrutura necessária, instalou-se o mecanismo de expropriação, já que muitos, sem condições mínimas, passaram a abandonar seus lotes, promovendo a reconcentração de terra (Silva, 2011). Isso ocorreu (e ocorre) porque as medidas tomadas não visavam à fixação do homem na terra, mas sim para resolver problemas das fortes tensões sociais, seria uma forma de neutralizar os movimentos, resultando no processo de “amansamento” da terra, que consiste na derrubada da mata e no plantio do capim para a formação de pastagem para frente agropecuária (Silva, 2011).

Outro ponto abordado por Silva (2004) indica que além da falta de infraestrutura dos projetos de assentamentos, havia outros problemas, como “estradas precárias, falta de assistência na saúde, falta de escolas, falta de financiamentos e de assistência técnica, o baixo preço dos produtos, inadequação dos produtos ao mercado local etc.” (Silva, 2004, p. 45). Ainda outro fator que impactou a produção dos seringueiros nos assentamentos foi a lógica da organização estabelecida, que estabeleceu cortes limítrofes retilíneos, um modelo de uso da terra bem diferenciado daquele ao qual esses trabalhadores vinham praticando em sua produção extrativista. Por isso, como reivindicação vinculada ao seu modo de produção, posteriormente, foram criados os Projetos de Assentamentos Extrativistas (PAEs) e as Reservas Extrativistas (Resex). Os projetos, segundo Silva (2011), visavam regularizar a situação dos seringueiros que

resistiram à expropriação promovida pela frente agropecuária, e representavam, assim, uma conquista territorial, graças à resistência e à luta pela terra.

De modo geral, a formação dos assentamentos no Estado do Acre teve como resultado a mercantilização da terra, ou seja, inseriu-se no processo de territorialização do capital e do trabalho no espaço. Para Silva (2004), o que mudava era o processo de transferência da terra, que ocorreu de formas diferentes, e em momentos distintos. Primeiramente, com os incentivos fiscais e creditícios, cedidos aos grandes investidores, depois, com a ação colonizadora, por meio da ação privada, que instituiu o acesso às terras por preços baixíssimos, e por último, a colonização oficial, com facilitação do acesso à terra e a sua propriedade.

Como consequência, a estrutura fundiária, nesse processo, foi marcada pela reconcentração de terras e pela rotatividade de proprietários. À medida que a expropriação e a impossibilidade de produzir aumentavam, as trocas de donos tornaram-se recorrentes. A estrutura fundiária do estado do Acre foi e ainda permanece concentrada. Estudos mais recentes, como aquele apresentado por Magalhães *et al.* (2024), referente à análise da estrutura fundiária do estado do Acre, de 2012 a 2022, evidenciam uma alta na concentração fundiária, sendo classificada como forte a muito forte. Conforme dados apresentados, os autores afirmam que mesmo o crescimento dos imóveis cadastrados, durante esse período (em 2012, de 26.499, para 2022, com 32.141), não refletiu na desconcentração de terra devido ao aumento do índice de Gini, pois a proporcionalidade do crescimento de números de imóveis foi condizente com o aumento das áreas cadastradas pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), com maior participação das grandes propriedades.

Como demonstrado por Costa (2019), os assentamentos tradicionais causaram diversos problemas, desde sociais aos ambientais, por falta de políticas públicas voltadas para o aspecto socioeconômico dos assentamentos. Até 1990, tinham sido criados apenas 15 projetos de assentamentos, incluindo os PAEs, considerados poucos em relação à demanda por terra. Segundo esse autor, devido à fragilidade estrutural, novos projetos de assentamentos foram implantados, sob uma nova forma de gestão, incorporando valores da natureza e cultura camponesas.

Esses projetos até então, mesmo com os contrapontos, representavam uma conquista da territorialização camponesa; apesar dos diversos desafios, permaneciam recriando e contribuindo com o meio rural. No Acre, conforme destacado por Paula (2005), boa parte dos produtos, como feijão, milho e arroz, eram provenientes em sua totalidade, das áreas sob domínio do Incra, das antigas colônias e reservas extrativistas que, mesmo sem acesso a crédito, assistência técnica, infraestrutura social e apoio de políticas públicas, continuavam produzindo

e contribuindo para desenvolvimento do Estado. Cabe observar que a produção agrícola dos camponeses não atendia à totalidade da demanda do Estado, porém, é importante considerar que isso se deve também à falta de apoio, organização e implementação de políticas efetivas de longo prazo, tanto do governo federal quanto estadual, direcionados para os camponeses, observando-se as especificidades do Estado acreano.

Um relatório emitido pela Embrapa, em 1984, destacava condições precárias de produção de três municípios: Rio Branco, Senador Guiomard e Plácido de Castro. Os problemas incluíam, baixo poder aquisitivo dos agricultores, baixo valor comercial dos produtos, falta de mecanização, e um sistema de armazenamento precário, sendo a maioria dos produtos guardados em paióis ou sacos, suscetíveis a pragas, como traça, gorgulho (inseto que ataca diversas culturas de grãos) e ratos, que afetavam tanto a produção de arroz quanto a do milho. Além disso, tinha-se que enfrentar as péssimas condições de tráfego das estradas, que dificultavam o escoamento da produção, desestimulavam os agricultores, ocasionando grandes perdas de produção no Estado (Embrapa, 1984).

Segundo a III Fase do Zoneamento Econômico e Ecológico do Acre (ZEE, 2021), o Estado, em termos de infraestrutura, apresentou melhora significativa, pois boa parte dos estabelecimentos agropecuários possui energia elétrica, com alguns incentivos à produção agrícola, com implantação de silos graneleiros e armazéns, com capacidade estática de 29.279 toneladas, com a participação da Companhia de Armazéns Gerais e Entrepósitos do Acre (Cageac) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com respeito à mecanização, até o ano de 2006, apenas 415 das propriedades do Acre possuía 614 tratores agrícolas; em 11 anos, aumentou 248%, passando para 1.444, sendo que 48% são de propriedades familiares. No tocante ao atendimento do acesso técnico, entre 2006 e 2017, houve aumento de 48,5%, passando de 2.873 para 4.269 atendimentos. Entretanto, apesar do crescimento de 26,65% no número de estabelecimentos agropecuários, apenas 11,43% dos 37.343 produtores do Acre declararam ter recebido assistência técnica em 2017. Entre os anos de 2006 e 2018, houve a diminuição da área agrícola na ordem de 32,9%, passando de 126.681 ha, em 2006 para 85.185 ha, em 2018, diferentemente da pecuária, que cresceu durante todos esses anos. A perda da área agrícola tem como influência a crise econômica, e as reduções de recursos dos governos federais e estaduais para assistência técnica e para investimento de melhoria na infraestrutura (Acre, 2021).

Apesar de que com o tempo, terem ocorrido mudanças que proporcionaram algumas melhorias no âmbito rural em comparação ao que era antes, as condições de sobrevivência da agricultura camponesa permanecem ruins, principalmente nos assentamentos

rurais. Como apresentado no capítulo anterior, há uma tentativa constante de desarticular a agricultura camponesa, tanto na produção quanto no acesso à terra, por meio da desestimulação da política de reforma agrária e da falta de políticas destinadas à agricultura camponesa, fazendo com que problemas arcaicos persistam no decorrer dos anos.

No estado do Acre, referente à política de assentamentos, até o atual ano de 2024, de acordo com o Incra, existiam 32.786 famílias assentadas, em 155 assentamentos, com uma área de 5.481.132,9761 hectares, com capacidade de assentar 35.349 famílias. Isso incluindo a variedade nas modalidades de assentamento, que mudam o perfil do assentado, o tipo de documento da terra e sua destinação. As principais modalidades existentes no estado do Acre de acordo com Incra, seguem apresentadas no quadro 3.

Quadro 3 - Modalidades de assentamentos no estado do Acre de acordo com dados do Incra (2024)

Modalidade	Descrição	Quantidade
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido	Foi criado a partir da década de 1970, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar. Recebia famílias de agricultores do Acre e de migrantes de diversas regiões do país, que buscassem uma oportunidade de acesso à terra.	5 assentamentos
PAR - Projeto de Assentamento Rápido	Projeto criado para dar continuidade à Reforma Agrária no Acre, em 1982; visava à ocupação de áreas devolutas, que foram arrecadas em áreas de fronteira do Estado. Inicialmente, ocorria através de Autorização de Ocupação (AO) e, num processo rápido, as parcelas eram “demarcadas” e de imediato, recebiam o Título Definitivo Rural (TDR).	1 assentamento
PA - Projeto de Assentamento Federal	Conceituado pelo Plano Regional de Reforma Agrária. Destinado a agricultores familiares, com vistas a sua inserção no processo produtivo e sua integração à comunidade local e regional. Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) de responsabilidade da União.	83 assentamentos
PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista	Projeto criado em 1987, destinado às populações tradicionais, que visam à exploração das áreas para atividades extrativistas, firmado no desenvolvimento sustentável.	13 assentamentos
PCA - Projeto Casulo	Criado em 1997, por meio de convênio entre o Incra e as Prefeituras Municipais, é uma modalidade descentralizada de assentamento; destina-se à exploração agropecuária; é instalado em áreas de transição, no entorno de núcleos urbanos.	6 assentamentos
PAF - Projeto de Assentamento Agroflorestal	Destinado às áreas com potencialidade para produção familiar florestal; seu público alvo são trabalhadores rurais sem-terra e populações tradicionais.	3 assentamentos
PE - Projeto Estadual Polo Agroflorestal	Localizado em áreas conhecidas como cinturões verdes; o Superintendente Regional do Incra do Acre, através de portarias individualizadas, reconheceu a modalidade Projeto Estadual Polo Agroflorestal, como integrante do Programa de Reforma Agrária, entretanto, a esfera de responsabilidade continua sendo do Governo do Estado.	21 assentamentos
PDS - Projeto Desenvolvimento Sustentável	Criado em 1999, de interesse social e ecológico, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental; titulação coletiva.	11 assentamentos

Fonte: Dados Gerais do Incra, atualização de 14.08.2024. Elaboração da Autora.

Quanto ao Projeto de Assentamento Federal (PA), até o ano de 2006, existiam 71 projetos de assentamentos nessa modalidade (Acre, 2011); após 11 anos, aumentou apenas 6, atualmente em 2024, existem 83 assentamentos, devido principalmente às mudanças das demais

modalidades para o PA, já que os últimos assentamentos no estado do Acre foram criados em 2015.

Em 2023, houve uma retomada das ações referentes à reforma agrária no Acre, com a destinação de R\$ 10 milhões de crédito para o Incra, e no ano 2024, o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Paulo Teixeira, anunciou o lançamento de R\$ 30 milhões, além da arrecadação de seis áreas que juntas, somam 32 mil hectares para uso na reforma agrária, com a criação de dez novos assentamentos (MDA, 2023). Além disso, em 2024, foram abertos 9 editais para seleção de famílias, conforme apresentado no quadro 4. A estimativa é que 993 novas famílias sejam inseridas nos assentamentos.

Quadro 4 - Seleção de famílias para os assentamentos no estado do Acre em 2024

Nomes dos assentamentos	Município	Vagas para seleção de famílias
PDS Dona Isaura	Mâncio Lima	33
PDS Mississipe	Marechal Thaumaturgo	242
PA Nova Baixa Verde	Senador Guiomard	16
PA Hermano Filho	Rio Branco	153
PA Hermanegildo Jucá	Cruzeiro do Sul	217
PA Afluyente	Manoel Urbano	125
PA Arez	Manuel Urbano	164
PA Alto do Purus	Manoel Urbano	43

Fonte: Incra, atualizado em 30.11.2024; Organização da autora.

Passa-se então, à abordagem sobre o contexto de criação das novas modalidades de assentamento, a partir de 1990.

2.3 POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NO CAMPO ACREANO PÓS-90

Para compreender a dinâmica territorial do Assentamento em foco, é fundamental examinar a política de desenvolvimento sustentável, que se refletiu na criação dos assentamentos diferenciados no estado do Acre, tendo em vista que o Assentamento Nova Baixa Verde foi concebido como PDS e, posteriormente, transformado em PA.

A partir da década de 1990, o capitalismo entrou novamente em crise, exigindo uma reestruturação do seu modo de produção e do seu processo de acumulação, já esgotado desde a crise dos anos 1970. Nesse contexto, em meio à discussão internacional sobre meio ambiente, devido à destruição da biodiversidade, ocasionada pela expansão do capital, surgiu um “novo modelo de desenvolvimento”. Esse modelo foi resultado da junção de aspectos de duas visões sobre o desenvolvimento, as quais se confrontavam: o desenvolvimento encarado como

propulsor de crescimento econômico de grupos hegemônicos, no qual as necessidades de poucos prevalecem sobre as demais, e as exigências do capital sobrepõem-se às necessidades locais; e a outra visão, de resistência local por meio das lutas sociais, que evidenciam uma expressão diferente, uma alternativa de desenvolvimento que torne viável a manutenção da classe trabalhadora camponesa e a territorialização da população local com seu ambiente, assim, em uma tentativa de associar o desenvolvimento com a preservação ambiental, surge o desenvolvimento sustentável (Silva, 2011).

De acordo Pontes (2017, p. 104), a proposta de desenvolvimento sustentável apareceu em âmbito mundial a partir de diversas discussões oriundas das Conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente, que permitiram a construção desse conceito na década de 1980. A autora argumenta que o conceito de desenvolvimento sustentável estava ligado à elaboração da política neoliberal de livre mercado, em que o mercado iria reger as condições para se chegar ao equilíbrio ecológico; segundo autora, a proposta tinha como “[...]estratégia a apropriação da natureza enquanto produção de mercadoria para compor as engrenagens da lógica do capital, e para isso, as estratégias passam a ser ampliadas para a escala global”.

Partindo da mesma concepção, Silva (2011) enfatiza que foi apenas uma maneira encontrada para submeter o processo de trabalho e a produção camponesa ao modelo de reprodução capitalista, utilizando a mercantilização verde subordinada ao mercado. Serão as necessidades econômicas que guiarão os objetivos, porém, ocorrerá de maneira disfarçada, por meio da manutenção de padrões tradicionais, aliadas às novas perspectivas da sustentabilidade (Pontes, 2017).

Nessa conjuntura, a viabilização da reprodução capitalista com a racionalização dos recursos naturais e da própria natureza, enquanto capital de realização futura, já viria explícita com a proposta de desenvolvimento sustentável; daí sua condição tão paradoxal: se por um lado englobava a possibilidade de contemplar parcialmente as reivindicações dos movimentos ambientalistas e até de movimentos sociais localizados, por outro, não criava atritos aos interesses das empresas, ou melhor, abria um vasto campo para esta atuar em setores produtivos que estavam semi-alijados do âmbito do mercado (Silva, 2011, p. 225).

Segundo Paula (2013, p. 35) “O termo ‘sustentável’ figura na era do capitalismo verde como um ‘salvo conduto’. Com o carimbo da ‘autoridade científica’, o que antes era exploração predatória, agora passa a ser denominada exploração sustentável”. Isso ocorre porque o capital em si é incapaz de impor limites a sua taxa de exploração e degradação, não importa as consequências (Mészáros, 2011). Paula (2005) ao apresentar as concepções de Sachs (1997, p. 17-18), evidencia a distorção do conceito de desenvolvimento sustentável construído pelo Banco Mundial, conceituado sucintamente “aquilo que dura”, mudando o lócus da

sustentabilidade da natureza para o ‘desenvolvimento’. Dessa forma, nesse novo modelo não haveria desenvolvimento sem sustentabilidade, e não haveria sustentabilidade sem desenvolvimento. Nesse novo processo de acumulação capitalista “[...] o terreno da ciência e da tecnologia viável teria de estar rigorosamente subordinado às exigências absolutas da expansão e da acumulação do capital” (Mészáros, 2011, p. 254). Segundo Paula (2013), o esverdeamento do capitalismo foi fundamental para legitimar as políticas e estratégias imperiais voltadas para o controle do território dotado de bens naturais estratégicos.

Portando, a Amazônia passa a ser o foco nas pautas das organizações e movimentos ambientalistas, em meio à preocupação com a destruição de sua floresta. Segundo Paula (2013, p. 44):

[...] a apropriação do discurso ambientalista pelo capital diluiu, em torno da ‘defesa do patrimônio amazônico’, uma suposta convergência de interesses entre populações locais, governos, instituições internacionais, ambientalistas e empreendimentos privados. A diversidade desses interesses, como se sabe, está associada a disputas de capital pelo controle dessa nova fase de exploração econômica da região.

Os traços principais que diferenciam o processo modernizante da Amazônia, na fase da maior valorização via de mercado em relação ao Estado desenvolvimentista, apresentados por Paula (2005, p. 269), são:

Amazônia deixa de integrar uma estratégia de ‘desenvolvimento nacional’ e passa a subordinar-se mais diretamente aos interesses capitais privados transnacionais. Agências multilaterais, como Banco Mundial e Banco Interamericanos de Desenvolvimento, passam a exercer um papel de coordenação de investimentos setoriais na região, antes exercidas por instituições do governo federal, como era caso da SUDAM; A adoção de política de descentralização administrativa que preconiza um maior número de envolvimento dos governos estaduais, municipais e das diversas organizações representativas da sociedade cível na formulação e implementação de políticas setoriais.

Portanto, as políticas públicas de desenvolvimento sustentável adotadas no Acre, são fruto da construção realizada pelos órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), diante do contexto da crise estrutural do capital (Ponte, 2017). Os bancos financiadores – BID e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), passaram a ditar as regras, vindo a financiar apenas projetos que atuassem dentro dos moldes sustentáveis. Com menos intervenção do Estado, e na mão do mercado, o governo estadual do Acre veio a seguir os caminhos trilhados. Nessas conjecturas, os seringueiros, que antes estavam sendo expropriados de seus territórios pelo capital e pela frente agropecuária, agora ganham lugar de destaque.

Ao final da década 1990, surge no Estado do Acre o Governo da Floresta (liderado pelo Partido dos Trabalhadores), também conhecido pela coligação da Frente Popular, trazendo

um discurso de um novo Acre, firmado nos sentimentos de pertencimento à acreanidade, à florestania e à sustentabilidade, uma exaltação à natureza e utilizando como figura principal o legado do sindicalista Chico Mendes, por sua luta pelos direitos sociais e territoriais dos povos da floresta (as lutas de resistências que emergiram na década de 1970 e 1980).

Nesse contexto, houve a criação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE-AC), instituído por meio do Decreto nº 503 de 06 de abril de 1999. Trata-se de um instrumento de planejamento e de gestão territorial, com o objetivo de orientar as atividades e as decisões públicas, do setor privado e da sociedade em geral. A trajetória de construção desse levantamento consistiu em duas fases: a primeira se chamou ZEE-AC Fase I, que ocorreu nos anos de 1999 a 2000, período em que foi elaborado um diagnóstico do Estado do Acre; e a Fase II, elaborado no período de 2003 a 2006, que expressava a visão estratégica do governo e da sociedade para planejamento regional.

A primeira fase do ZEE resultou na elaboração de programas com projetos de desenvolvimentos sustentáveis, financiados pelos bancos BID, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com a gestão ambiental integrada e financiada pela cooperação alemã. Nesse bojo, houve a elaboração de programas de reforma agrária, com a criação do Instituto de Terras do Acre (Iteracre) para a regularização de terras indígenas, criação de leis florestais, Unidades de Conservação e Reservas Extrativistas. Na segunda fase, surgem diferentes modalidades de assentamentos, voltados à sustentabilidade como o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto Estadual Polo Agroflorestal (PE), criados pelo Incra e fomentado pelo governo estadual (Acre, 2010).

Dentre as ações relevantes desse período, Paula (2005) destaca a criação de novos assentamentos, mas com pouca infraestrutura, foi isso que nortearam a ação do Incra na década de 1990, como o Projeto Casulo e Lumiar, ambos com intuito de fornecer assistência aos assentamentos. Tais projetos são fruto dos movimentos sociais em âmbito nacional e local, pela reforma agrária para superação da desigualdade social, e defendidos pela sociedade civil e o movimento do MST. A partir da década 1990, houve aumento no número de famílias assentadas, saindo de 343 em 1991, para 2.780 em 1998. Em 2000, foram mais de 3.000 famílias assentadas, diminuindo esse número nos anos de 2001 a 2003, e aumentando no ano 2004, com marco de 4.191 famílias assentadas, e entre os anos 2004 e 2006 foram assentadas 12.275 famílias no estado do Acre (Costa, 2019).

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) foi criado através da Portaria/Incra/ nº 627, de 30.07.1987, cuja denominação era um pouco diferente. Mas, por

intermédio de outra Portaria/Incra, de nº 268 de 23 de outubro de 1996, sua denominação foi alterada para Projeto de Assentamento Agroextrativista. Essa ação também resulta de movimentos socioterritoriais dos seringueiros, e por isso é destinado às populações tradicionais; tem como intuito a exploração em áreas com potencialidades extrativistas e pratica a produção agrícola familiar. Referente à obtenção da terra, dá-se por meio de Concessão de Uso (Acre, 2011).

Já o Projeto de Assentamento Agroflorestal (PAF), criado através da Portaria/Incra nº. 1141 de 19 de dezembro de 2003, destina-se às áreas com aptidão para a produção florestal familiar comunitária e sustentável, que visam desenvolver o manejo florestal de uso múltiplo em base familiar. Suas atividades baseiam-se no extrativismo madeireiro, de óleos comestíveis e combustíveis, no cultivo de polpas de frutas e de ervas medicinais. No Acre, foram criados três projetos de Assentamento Florestal, com a titulação por meio Concessão de Uso (Acre, 2011). Já o Projeto Estadual Polo Agroflorestal (PE) é uma modalidade de assentamento alternativo de uso individual, localizado em áreas de cinturões verdes urbanos, objetivando o estabelecimento de famílias de origem rural, ex-seringueiros e ex-agricultores, que se encontram em condições precárias e instalados na periferia das cidades, fora do mercado de trabalho (Acre, 2011).

A modalidade de assentamento denominada de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) foi criada pelo Incra, pela Portaria nº 477, de 04 de novembro de 1999, sendo um projeto diferenciado, implementado sobretudo na região Norte do país, sendo de responsabilidade da União, através desse Instituto. De interesse social e ecológico, é destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. A destinação da área é efetuada mediante Concessão Real de Uso, em regime comunal, por meio de titulação coletiva, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias: associativistas, condominiais ou cooperativistas, sob a responsabilidade das Organizações Rurais de Moradores (ORM), com anuência do órgão ambiental e dos parceiros. Após implantado o PDS, é elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento (PDA), com a participação das famílias assentadas, documento que incluirá, por sua vez, um Plano de Utilização (Acre, 2011).

A modalidade de assentamento PDS foi destinada às populações tradicionais, porém, apesar de ser diferenciada, da mesma maneira que os outros projetos, não contribui de forma eficaz para a melhoria e qualidade de vida, devido a apresentar os problemas estruturais (Costa, 2019). No estado do Acre, de acordo com Incra, até o ano de 2012, foram criados 17 PDS, totalizando uma área de aproximadamente 192.649 ha, com capacidade para assentar

2.865 famílias (Costa, 2019). Com dados de 2017 do Incra, no Acre encontrava-se cerca de 21 assentamentos no estilo PDS, com área de 267.174,887 ha, com 3.044 famílias assentadas. No quadro 5 pode-se ver como se estabeleciam.

Quadro 5 - Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no estado do Acre

Projetos	Mudança de Modalidade	Município	Área (ha)	Famílias assentadas	Ano criação
PDS Porto Luiz I	PA Porto Luiz I	Acrelândia	9.506	334	2004
PDS Porto Carlos	PA Porto Carlos	Brasiléia	14.364	262	2009
PDS Nova Promissão		Capixaba	5.718	141	2012
PDS Campo Alegre		Capixaba	3.291	102	2012
PDS Jamil Jereissati	PA Jamil Jereissati	Cruzeiro do Sul	45.136	483	2004
PDS Francisco Pimentel		Cruzeiro do Sul/ Rodrigo Alves	54.393	169	2005
PDS Croa		Cruzeiro do Sul	11.753	42	2012
PDS São Salvador		Mâncio Lima	52.967	247	2001
PDS Tônico Sena		Mâncio Lima	4.702	105	2011
PDS Nova Esperança	PA Nova Esperança	Porto Acre	3.140	56	2005
PDS Minas		Porto Walter	2.895	82	2005
PDS Natal		Porto Walter	14.936	99	2012
PDS Ivo Neves	PA Ivo Neves	Sena Madureira/ Bujari	3.352	102	2006
PDS Wilson Lopes	PA Wilson Lopes	Sena Madureira	16.273	256	2006
PDS Geraldo Fernandes	PA Geraldo Fernandes	Sena Madureira	1.929	57	2006
PDS Lídia Craveiro	PA Lídia Craveiro	Sena Madureira	804	24	2006
PDS Bonal		Senador Guiomard	11.224	166	2005
PDS Polo Pirã-de-Rã	PA Pirã de Rã	Senador Guiomard	1.365	109	2006
PDS Sete Lagoas		Tarauacá	750	28	2006
PDS Polo Recanto do Equador	PA Recanto do Equador	Xapuri	2.000	58	2006
PDS Floresta	PA Floresta	Xapuri	6.360	122	2007
PDS Cachoeira do Oriente		Marecha Thaumaturgo	1.042	14	2015
Total até 2017			22 assentamentos PDS		
Após atualização na mudança de modalidade (2024)			11 assentamentos PDS		

Fonte: Incra/SR.14/AC, 2017. Dados gerais do Incra com atualização em 14.08.2024; Elaboração da autora.

A criação dos assentamentos PDS, em sua maioria, ocorreu durante os anos de 2005 a 2010, como parte do plano do ZEE no Acre. A política de criação de assentamentos voltados para o desenvolvimento sustentável significou de certo modo, a territorialização do espaço camponês e condições para seu modo de vida, apesar de apresentarem vários obstáculos a serem superados. Porém, na perspectiva de Silva (2011), as ações realizadas pelo Estado, em âmbito geral, também viabilizaram o uso do solo, da floresta e dos recursos naturais conforme o propósito capitalista, utilizando as propostas de criação de florestas nacionais e estaduais. As

medidas de manejo, como também a concessão de floresta para uso privado, para fins de mercado, cria diretrizes para sua exploração, prescrevendo como aquele território vai passar a ser utilizado, subordinando as populações locais a se enquadrarem nos novos moldes estabelecidos (Silva, 2011). No entendimento do autor, o desenvolvimento sustentável não foi firmado para promover uma busca por autonomia ou autossustentação das populações.

Isso, porque na lógica do capital, o que se busca é expandir seu domínio e controle, aumentando suas áreas de atuação, pois como Mézáros (2011) destaca, a expansão do capital é exigência absoluta, não importando as consequências. Assim, os bloqueios dos territórios sobre os quais o capital poderia atuar, seria mote para crise estrutural no sistema, assim, impõe-se a necessidade emergencial de se assegurar a administração sustentável de condições denominadas de sociometabólicas. Um controle limitado torna impossível as determinações fundamentais do próprio sistema do capital.

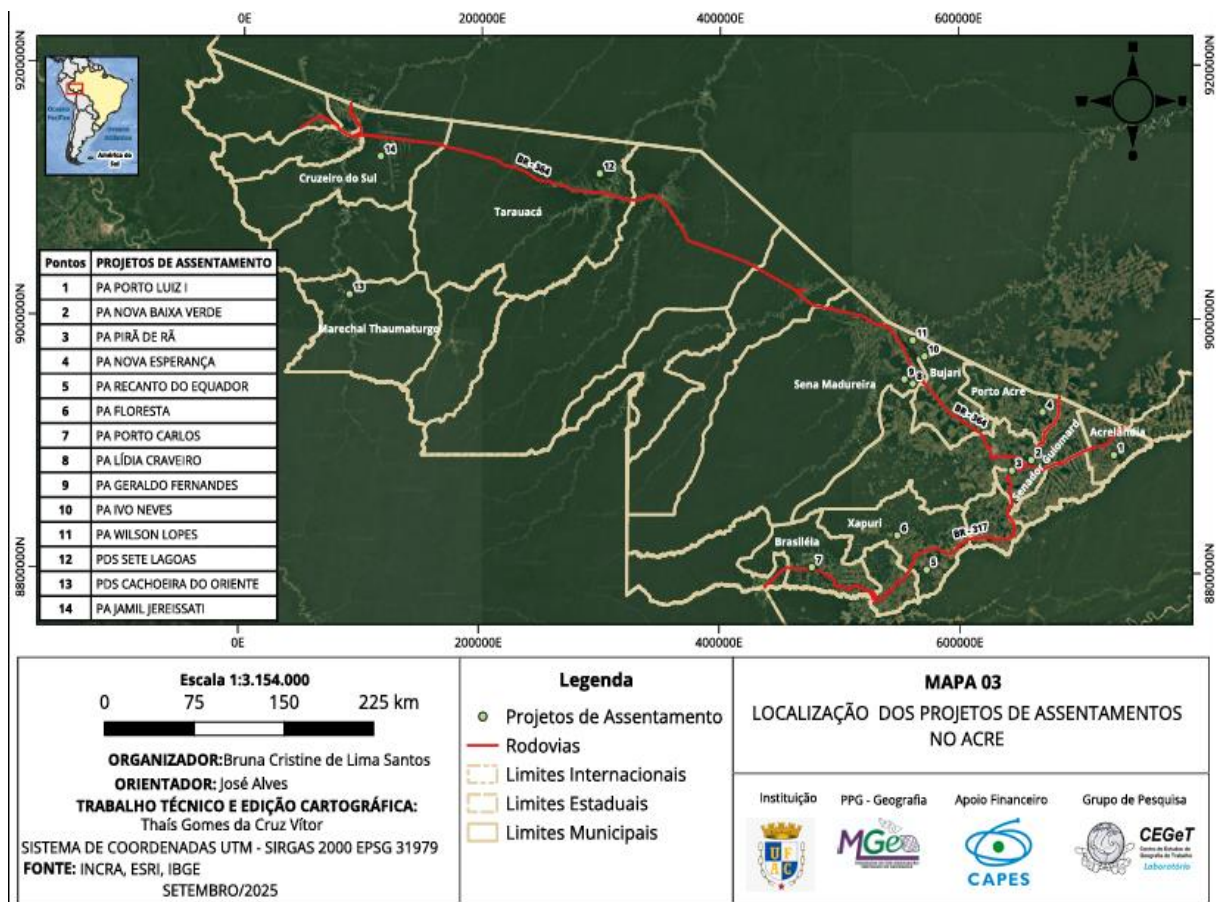
Ainda com base no exposto no quadro 5, observa-se a mudança de modalidade dos assentamentos, que deixaram de ser em formato PDS para se tornarem Projetos de Assentamento Federal (PA). Cerca de 11 assentamentos mudaram sua modalidade, com base na comparação dos documentos do Incra de 2017 e de 2024, embora o documento não faça destaque para essa mudança. A alteração da modalidade não foi justificada para os assentados, nem nos noticiários se evidenciava muita coisa. Na página de Notícias do Acre (2019), por exemplo, menciona que a mudança se refere à dificuldade do assentado em acessar financiamentos, pois o documento da terra era de uso coletivo, sendo usados por vários produtores, e os bancos passaram a não aceitar financiamentos na modalidade PDS, PAE e PAF.

Com a mudança da modalidade, a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), órgão do Ministério Público Federal (MPF), formalizou um pedido ao Incra para solicitar informações referentes à mudança de assentamento de Projeto de Desenvolvimento Sustentável para Projeto de Assentamento (PA) no Acre, constantes especificamente nas Portarias nº 806 a 810, de 2021. As informações pedidas pelo procurador federal Carlos Alberto Vilhena eram para análise de possíveis inviabilidades, condição praticada nas Áreas de Proteção Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL). Mas não surgiu no noticiário, nenhum ato irregular. Além disso, as mudanças da categoria dos assentamentos fazem parte da revisão e atualização da terceira fase do ZEE (2021) que, de acordo com as novas atribuições, teria “Reclassificação de Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), pois sua categoria é incompatível com perfil dos agricultores e com uso atual/potencial das áreas” (Acre, 2021, p.

97). É importante salientar, que o ZEE não esclarece o critério utilizado para classificar os agricultores e nem como isso seria feito.

O mapa 1 mostra a localização dos assentamentos que mudaram sua denominação de PDS para PA. Conforme este mapa, é possível identificar que a mudança de modalidade em sua maioria, se deu em áreas de assentamentos próximos às rodovias principais, a BR-317 e a BR-364. Isso sugere que a reclassificação dos assentamentos pode estar mais relacionada à infraestrutura e à pressão para que se proceda um uso econômico da terra, mais do que propriamente, pela proposta que foi estabelecida em sua conformação original.

Mapa 1 - Localização dos Projetos de Assentamento no Acre



Fonte: Incra; Esri, IBGE (set. 2025).

A terceira fase do ZEE-AC, além de representantes do governo federal, contou para sua revisão com representantes empresariais, os agricultores, sociedade civil, pesquisadores e especialistas na área para sua formulação (Acre, 2021). Dentre as ações realizadas, destaca-se a destinação de áreas desmatadas para serem inseridas na produção intensiva de grãos, onde a Zona 1 passa a ser o foco neste ramo produtivo. Trata-se de uma ação que atende à demanda política prioritária do atual governo de Gladson Cameli no estado do Acre (Acre, 2021). A Zona 1 é uma das áreas no mapa produzido pelo ZEE-AC que, em sua fase II, foi destinada à criação

de assentamentos PDS, Sistemas Agroflorestais e manejo florestal. Na fase III desse Zoneamento, a Zona 1 passou a ser área de consolidação do agronegócio de baixo carbono, vinculada ao Plano de Agricultura de Baixo Carbono do governo Federal. Denota-se que nesta última fase citada, o ZEE-AC deixa claro que áreas de potencial agrícola devem ser destinadas à produção de grãos: “[...] uma estratégia eficiente de ocupação e uso da terra é que as áreas com maior potencial produtivo sejam ocupadas com usos mais intensivos e produção de grãos” (Acre, 2021, p. 123). A concentração dessas áreas de uso intensivo localiza-se na regional do Baixo Acre, abrangendo 91,8% da atividade. Os municípios que apresentam maior desempenho para essas atividades são: Plácido de Castro, Acrelândia e Senador Guiomard, que seriam os municípios com maior potencial agrícola.

O ZEE-AC (2021) é uma das estratégias vinculadas ao Plano Plurianual 2020-2023, estando de acordo também com as políticas prioritárias do atual governo (Gladson Cameli), que traz em seu Plano (2019-2022) um foco maior sobre a expansão do agronegócio (2018, p. 14, grifo nosso). O documento enfatiza que a:

[...] criação e estímulo de um ambiente de negócio favorável, previsível e com marcos legais bem definidos; **transformação do agricultor familiar em empresário rural**; desenvolvimento de políticas de extensão rural que possibilitem maior nível de modernização técnica e econômica. [...] o agronegócio é tratado em uma dimensão factível e que exige baixo custo de investimento estatal, porém, grande alcance social e econômico. O governo do estado propiciará, aos agentes econômicos, o ambiente institucional favorável a novos investimentos no agronegócio **através da redução da burocracia estatal**, estímulo às atividades econômicas e assessoria para projetos de investimentos [...] (Acre, 2018, p. 14, grifo nosso).

No Plano de governo Gladson Cameli, intitulado Mudanças e Estratégias (2019-2022), os programas têm como alvo oferecer as condições necessárias para o novo mercado se estabelecer, com projetos destinados à produção de grãos, à criação de uma câmara setorial do agronegócio, que tem como atores principais os empresários, a fim de se propor políticas econômicas que contribuam para a cadeia produtiva do agronegócio, incluindo a assistência técnica ao produtor que os capacite a se tornarem pequenos empresários rurais. Traz como metas: a instalação de indústria processadora de grãos, uma política de armazenamento, e a mecanização agrícola (dentre outros itens relacionados).

Ainda segundo esse Plano de governo (2019-2021), ao abordar a questão da exploração sustentável, enfatiza a floresta vista como recurso, e cita o setor de manejo florestal que ao seu ver, devido à rigidez das leis ambientais, não dava a devida importância ao mercado. Com isso, destaca-se a necessidade de uma reestruturação sustentável, firmada a partir da iniciativa privada e pública, para que se torne um plano de exploração sustentável das áreas públicas de conservação, efetuando também leilões de lotes para uso da iniciativa privada, além

da criação de projeto Mais Floresta, com o intuito de melhorar o setor. Dentre as ações firmadas, destaca-se: a desburocratização do processo de produção; a criação de um selo verde acreano; redução de impostos; apoio a documentos técnicos para viabilizar a exploração de madeira; infraestrutura para escoamento dos produtos. Para a segurança jurídica do acesso à terra, foi acionado o Incra e o Itacre, viabilizando a regularização dos imóveis rurais e urbanos. Destaca ainda como meta “realizar a concessão de mais de 238 mil hectares para o setor privado para extração de madeira” (Acre, 2021, p. 146).

A mudança de modalidade PDS para PA se insere na proposta de uso potencial das áreas na atividade de produção agrícola. No entanto, mais do que isso, esses espaços podem ser inseridos no mercado de terras, pois a nova modalidade traz a possibilidade da titulação fundiária. Desse modo, a terra perde sua função social e torna-se um bem privado, facilitando sua mercantilização. O camponês assentado dentro desse contexto, sem as condições necessárias, estaria por meio do seu trabalho, fazendo “amansamento” da terra, para posteriormente, o capital usufruir dela novamente (Silva, 2011).

Portanto, entende-se que a mudança de modalidade não é apenas um fato isolado, mas a projeção futura para o avanço do capital sobre o território.

2.4 NOVA BAIXA VERDE: MODALIDADE DE ASSENTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O município de Senador Guiomard está localizado na Mesorregião do Vale do Acre, possui cerca de 21.454 habitantes, com área territorial de 2.320km² (IBGE, 2022). Sua criação remete aos anos de 1930, com a colocação Quinarizinho, no auge da economia da extração do látex. Sua população aumentou a partir de migrantes nordestinos, japoneses e famílias provenientes do Sudeste brasileiro, atraídos pelo incentivo à pecuária no estado do Acre, por volta 1970. O acesso desde esse município à capital acreana, Rio Branco, compreende uma distância de 25 km, e se dá via BR-364 e BR-317, em um entroncamento conhecido como Quatro Bocas. O município de Senador Guiomard possui cinco projetos de assentamentos, de acordo com dados do Incra, englobando cerca de 760 famílias assentadas, em uma área de 21.146 hectares, como demonstrado no quadro 6.

Quadro 6 - Assentamentos rurais no município de Senador Guiomard (AC)

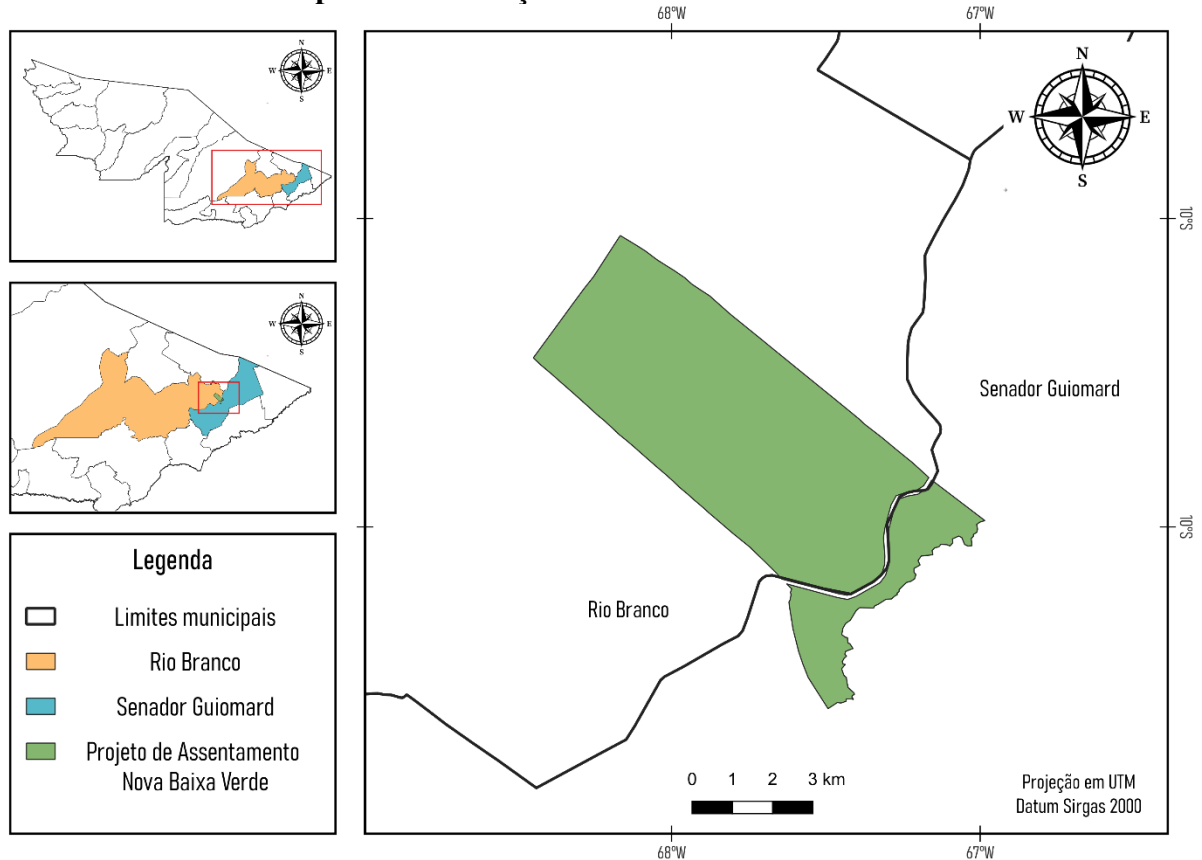
Projetos de assentamentos	Famílias assentadas	Área (ha)	Ano de criação
PA Limeira	175	1.749	11/09/1998
PA Petrolina	70	3.222	02/06/2005

PDS Bonal	177	11.224	05/07/2005
PA Pirã de Rã (atualizada)	109	1.365	31/07/2006
PA Nova Baixa Verde (atualizada)	229	4.950	16/12/2008

Fonte: Incra, atualização de 2024; Organizado pela autora.

O Assentamento Nova Baixa Verde, hoje caracterizado como Projeto de Assentamento Federal, foi criado em 2008, por meio da política de desenvolvimento sustentável, para ser inicialmente, um PDS. Ele foi obtido por um processo de desapropriação da fazenda de gado Baixa Verde, em 2006. Foram ali assentadas cerca de 228 famílias. De acordo com o Incra, o PDS tem como objetivo o desenvolvimento de atividades ambientais diferenciadas, sendo dirigido por populações tradicionais. A obtenção da terra dos projetos pelos beneficiários é de responsabilidade da União através do Incra; quanto aos recursos como crédito de apoio de instalação e crédito para produção são de responsabilidade do Governo Federal, a infraestrutura básica tem como responsável a União, não cabendo nessas modalidades creditícias a individualização de parcelas. No mapa 2 é possível localizar o Assentamento Nova Baixa Verde, entre os municípios de Rio Branco e Senador Guiomard.

Mapa 2 - Localização do Assentamento Nova Baixa Verde



Fonte: Incra, 2024; IBGE, 2024; Produção de Daniel Amarilha.

O Assentamento Nova Baixa Verde foi criado conforme a publicação da Portaria do Incra, no Diário Oficial da União, nº 34, de dezembro de 2008, com código SIPRA AC0147000, estando localizado no município de Senador Guiomar e Rio Branco. No entanto, até o ano 2017, nos relatórios de gestão do Incra, o Assentamento PDS Nova Baixa Verde estava vinculado ao município de Rio Branco. A partir de 2017 ocorreu uma alteração, publicada no Diário Oficial da União, mediante Portaria nº 162, em 23 de agosto de 2017, que alterou nome do assentamento: de PDS Nova Baixa Verde, para PA Nova Baixa Verde; alterando também sua área: de 5.007 para 4.950 há. Tais dados constam dos documentos oficiais do Incra, seção de Senador Guiomard. Dessa forma, é possível perceber algumas mudanças administrativas, conforme se apresenta nos registros citados, referentes ao município, área e denominação.

De acordo com Soares (2017), a portaria do Incra nº 477/1999 definiu a modalidade PDS como:

Art. 1º - Criar a modalidade de Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, de interesse social e ecológico, destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental; Art. 2º - Destinar as áreas para tais projetos mediante concessão de uso, em regime comunal, segundo a forma decidida pelas comunidades concessionárias – associativista, condominial ou cooperativista.

Segundo o autor, após os problemas com os assentamentos convencionais, em relação ao desmatamento, após 1990 e o início dos anos 2000, o Incra criou as modalidades de PDS e os PAF mediante as Portarias Incra nº 477/1999 e 215/2006, como uma nova forma de Reforma Agrária na Amazônia que, supostamente, atenderia às especificidades locais. Na tentativa de combater problemas referentes ao desmatamento, no ato de criação do assentamento, também foi instituída, através da Portaria nº 88/199, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Pesca e Aquicultura (MEPF), a proibição, desapropriação, aquisição e qualquer outra forma de obtenção de terra na região amazônica que não fosse para implantação de projetos agroextrativistas. Portanto, foi proibida a criação de assentamentos para trabalhadores rurais em áreas que necessitassem de corte raso de florestas primárias, destinando aquelas áreas à criação de assentamentos em espaços já antropizados. Assim, a destinação de créditos aos agricultores eram condicionados ao atendimento dessas exigências legais, pertinentes ao meio ambiente (Soares, 2017).

Como apresentado por Soares (2017), ao citar Alencar *et al.* (2016), os assentamentos convencionais representavam 52% das áreas destinadas à reforma agrária, principalmente aquelas localizadas do leste do estado do Acre até o sudeste do estado do Pará,

contribuindo com 82% das áreas destruídas pelo desmatamento. Porém, como destaca o mesmo autor, a derrubada da floresta, apesar de estar sempre associada aos assentados, ocorreu sobretudo em grandes blocos, com o processo de reconcentração dos lotes e de atividades extensivas, incompatíveis com agricultura familiar, sendo a área destinada à extração de madeira ilegal e à pecuária extensiva.

No estado do Acre, mediante a política de desenvolvimento sustentável, não foi diferente. O próprio Relatório do Programa de Desenvolvimento Sustentável no Acre (2012) – PDSA-II, destaca que nos lugares em que se instalou o projeto havia alto índice de desmatamento, principalmente na Zona 1, onde foi criado o Assentamento PDS Nova Baixa Verde.

Zona 1, composta pelas áreas de influência das rodovias federais e de fronteira, correspondente às terras de ocupação mais antigas, de novas frentes de expansão e de remoção da vegetação natural pelas atividades agropecuárias; nessa zona, as diretrizes do ZEE indicam como apropriadas, entre outras, as atividades de fomento aos programas de reflorestamento, as novas experiências de produção familiar em projetos agroflorestais, a produção agrícola sustentável e ecológica e o manejo em áreas de reserva legal e remanescentes florestais (Acre, 2012, p. 14).

Os dados referentes ao desmatamento acumulado no estado do Acre, até 2010, era de 20.749 km² (12,64%), a maioria localizado na área de fronteira agrícola, no Baixo e no Alto Acre. Segundo o relatório citado, a maior parte dos municípios do leste acreano, localizados na área de influência direta do PDSA II, apresentaram os maiores percentuais de área desmatada por unidade territorial do Estado, a saber: Plácido de Castro (72,68%), Senador Guiomard (71,91%), Acrelândia (60,41%), Epitaciolândia (48,21%), Capixaba (51%), Porto Acre (49,69%), Bujari (41,57%), Brasiléia (32,49%), Rio Branco (30,92%) e Xapuri (26,54%) (Acre, 2012). A área localizada nos municípios do leste acreano detinha cerca de 87% dos planos de manejo, resultado da proximidade do polo madeireiro de Rio Branco e facilidade de acesso pelas rodovias da região.

A política de desenvolvimento sustentável atuou de maneira presente durante os governos da Frente Popular no Acre (1999-2018) que, de acordo com Souza (2018), foi marcado por interesses específicos de setores das oligarquias locais, já que a dimensão ideológica de desenvolvimento sustentável difundia uma falsa relação harmoniosa entre desenvolvimento econômico, a proteção ambiental e a valorização da identidade. Para o autor, o desenvolvimento sustentável é um experimento econômico-social de caráter colonialista, voltado para a mercadorização, gestão e exploração dos bens naturais, firmando domínio territorial por onde se estabelece.

Os problemas antigos dos assentamentos convencionais, como falta de assistência técnica, de escoamento de produção, de recursos não desaparecem nos assentamentos ambientalmente diferenciados, ainda estão presentes, o que torna o desafio ainda maior para o trabalho do camponês, pois por vezes, esses têm que lidar com isso sozinhos, sem a atuação dos entes governamentais. O desempenho desses assentamentos vai depender não somente dos assentados, como também da contribuição efetiva dos agentes políticos para a concretização da proposta. A forma como foi criado, a que público foi destinado, o planejamento a ser realizado, e a presença do poder público no cumprimento do seu papel são variantes importantes que influenciam na consolidação ou não do assentamento.

Há o exemplo da afirmação do parágrafo anterior, sobre a influência que o ato de criação de assentamento pode ter. Menciona-se aqui a tese de José Adriano Marini (2014) sobre a diversidade e estilos da agricultura a partir de um estudo de dois assentamentos, um induzido e outro na forma tradicional no estado do Amapá. Observou-se que assentamentos tradicionais, aqueles reconhecidos oficialmente por agrupamentos rurais pré-existent, formados por antigos migrantes de outros locais, tinham maior envolvimento entre si, com estrutura social mais consolidada e participativa, o que com tempo, levou ao aprimoramento de diversas atividades agrícolas e a um saber local do seu ambiente, bem como a uma menor perda dos assentados para cidade. O oposto ocorre com os assentamentos induzidos, criados pelo Incra, que acabam tendo baixa aptidão agrícola e maior dificuldade em trabalhar de forma coletiva. Devido terem trabalhado na zona urbana, muitos assentados acabam voltando para sua área de origem, ou optam por complementar sua renda com atividades não agrícolas. Isso, porque também, boa parte dos assentamentos induzidos são criados em áreas distantes daquelas de comercialização e com difícil acesso de trafegabilidade. A falta de conhecimento local do ambiente e da produção, de acordo com o autor, dificulta a adaptação do assentado.

Outro fator importante, que influencia na consolidação de um assentamento, evidenciado por Martins (2010), é a importância das redes de sociabilidade para enfrentamento de adversidades, e para fortificação da luta por seus direitos. As famílias assentadas que tomam iniciativas de solidariedade e sociabilidade entre si, como trocas de favores e informações, possuem uma rede de apoio para enfrentamentos das adversidades cotidianas, porque há uma maior comunicação entre os assentados na busca por seus direitos, ou seja, isso demonstra que a relação entre os assentados pode influenciar na sua permanência no assentamento.

Destaca-se os desafios que o camponês assentado tem que enfrentar para permanecer na terra, e as condições a que é submetido, para se entender como reage a essas condições, dentro da realidade de cada um. A forma como o assentamento é criado e o público

que vai abrigar são exemplos de variáveis que podem influenciar no seu desempenho. Porém, os desafios vão para além disso, por isso, aqui se busca compreender a partir da perspectiva do assentado, de como faz enfrentamento da realidade concreta, na reprodução de sua vida e do seu trabalho, verificando qual capacidade tem de se adaptar e recriar novas feições para conseguir permanecer em sua terra. Com a utilização de entrevistas de antigos moradores do Assentamento Nova Baixa Verde, na modalidade PDS, busca-se entender a trajetória dos assentados, e assim compreender quais motivos levaram à mudança da modalidade nesse Assentamento.

2.5 TERRITORIALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO NOVA BAIXA VERDE

A criação do Assentamento Nova Baixa Verde se interliga com a história de criação do Assentamento Baixa Verde, localizado no município de Rio Branco. O Baixa Verde, antes de virar assentamento, por volta de 1995 e 1997, era um seringal que levava o mesmo nome. Parte desse seringal, com o tempo, virou fazenda de gado; e a outra parte foi ocupada pelas famílias que trabalhavam no seringal. De acordo com uma das entrevistadas, quando chegou no Seringal Baixa Verde, em 1997, já estava em processo de regularização da área pelo Incra, transformando-a em Assentamento Baixa Verde. Com passar do tempo, o número de famílias do PA Baixa Verde cresceu, com seus integrantes organizados como agregados nos lotes de seus familiares. Assim, a área de terra tornou-se pequena; mediante isso, as famílias agregadas do Assentamento Baixa Verde reivindicaram ao Incra que a parte que tinha virado fazenda de gado deveria tornar-se um novo Assentamento, vindo essa área a chamar-se Nova Baixa Verde. Esse movimento iniciou com cerca de 25 famílias agregadas do Assentamento Baixa Verde a fim buscar transformar o resto da Fazenda Baixa Verde em assentamento. As famílias agregadas entraram com uma ação judicial no Ministério Público do Acre, por volta de 2000 e 2001, contra o fazendeiro conhecido como Alemão.

[...] entramos com processo, alegando que éramos pessoas agregadas que morava dentro de assentamento do Incra, onde éramos agregados de umas pessoas, a terra era pequena, e não dava para todo mundo viver em um só lote. Aí pedíamos para que eles assentassem os agregados da Baixa Verde, no assentamento novo que seria a Nova Baixa Verde (Entrevistada 11, concedida em 25 ago. 2024 – ver quadro 1).

Em contrapartida, o fazendeiro alegou que o restante da Fazenda não poderia ser usada como assentamento, por se tratar de área de reserva. Porém, as famílias entraram com provas, alegando que a reserva tinha 21 posseiros, os quais trabalhavam para o fazendeiro, e moravam dentro da reserva. Após o levantamento do Ministério Público Federal, descobriu-se

que naquela área era feito manejo florestal, criação de gado, além de estar com uma dívida ambiental.

Segundo a entrevistada, o fazendeiro usava os posseiros como vigia da fazenda dele, pois ele morava em Rio Branco, e não queria participar das reuniões. Foi então, que passou a terra para frente, vendeu para um fazendeiro e madeireiro, que tinha interesse em fazer manejo.

Assim foram marcadas reuniões com o novo proprietário, a fim de propor negociações.

[...] ele fez uma proposta de que ele daria a terra para nós, mas ele teria que tirar toda a madeira; fazia o manejo, e a gente concordando com manejo, tirando ação judicial que a gente tinha, no Ministério Público contra a fazenda; a gente retirava a queixa, ele faria manejo, ele daria essa terra, que seria todo o lado esquerdo, até o encontro da velha Baixa Verde, sem nenhum custo, mas a gente teria que assinar esse termo, e retirar a queixa contra o manejo (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Em média, cada assentado ficaria com 25 hectares, porém, as famílias não concordaram. A entrevistada relata que o fazendeiro chamou sua mulher, que morava no município de Altamira, para mediar as negociações, mas ela propôs o mesmo que o fazendeiro, então não chegaram a acordo novamente.

[...] ela saiu daqui falando muito mal da gente, desejando muito mal para gente, e aí em viagem de volta, o avião caiu e ela morreu, aí ele voltou a negociar com a gente, e fez o acordo. No acordo, o Incra dava uma parcela do valor pedido por ele, e aí em seguida, alguns tempos depois, o Incra iria sanar a dívida. O Incra fez o assentamento em cima dessa primeira negociação que fez com eles (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Em 2005 e 2006, o Assentamento foi regularizado e reconhecido pelo Incra, dado como causa garantida pelo Ministério Público Federal. Essa luta pela terra era conhecida como Movimento da Nova Baixa Verde, que se deu à custa de muitos anos de resistência; no decorrer do processo (antes da regularização do Assentamento), foram feitos vários acampamentos e negociações, cerca de um a dois anos acampando e dois anos em negociações.

[...] acampamos por mais de anos; mudou acampamento daqui Baixa Verde, acampamos na estrada de Porto Acre, na terra da Iolanda Fraguime; ficamos acampado na praça da prefeitura; junto com o movimento, foi feito o assentamento Polo Wilson Pinheiro, Polo Dom Joaquim, Polo Dom Moacir, foram pessoas que se juntaram ao nosso movimento, movimento da Nova Baixa Verde. [...] Então a gente passou muito tempo, aí criavam polo, e aí diziam: “acabou o movimento da Nova Baixa Verde”, e aí a gente dizia: não!, não acabou o movimento, esse polo aqui não é do Baixa Verde, esse aqui da Transacreana, do Polo Wilson Pinheiro e Dom Joaquim; aí criaram Polo Dom Moacir no Bujari, e aí diziam: “acabou o movimento da Nova Baixa Verde, porque todo mundo da Baixa Verde vai ser assentado aqui no Polo Dom Moacir, no município de Bujari”. Aí eu [falei]: não! nós não vamos ficar aqui, nós vamos voltar para Baixa Verde, nosso assentamento é a Nova Baixa Verde, na Fazenda Baixa Verde, que começa das Quatro Bocas e termina no velho assentamento, na entrada do Ramal Baixa Verde. E aí nós voltávamos para movimento de novo; aí

eles viram que não tinha jeito, aí resolveram mesmo meter a cara com o fazendeiro, aceitar a proposta e dar a primeira entrada, que era pedido do fazendeiro, para poder começar o Nova Baixa Verde (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Após o acordo ser realizado com o Incra, e se iniciar o processo de regularização, com abertura do edital para assentar mais famílias, surgiu outro movimento de pessoas que não possuíam terra, que se encontravam em processo de ocupação e que estavam em discordância com o movimento já existente de criação do Assentamento Nova Baixa Verde. Apesar desse conflito, ambos os movimentos passaram a receber terras do Incra.

O entrevistado 12 (21 maio 2025) participou do outro movimento que ocorreu no PA Nova Baixa Verde, depois que a área passou a pertencer ao Incra. Ele relata como ficou sabendo sobre o Assentamento, de quando trabalhava na Alcobrás (em Rio Branco) e durante o serviço, ao ouvir uma conversa, que estava tendo o processo de ocupação nas Quatro Bocas (Rotatória). O entrevistado não tinha conhecimento se já tinha gente morando na área, pois o movimento não se estendeu por todo o Assentamento, mas apenas em localidade situada em uma parte dele. Segundo esse entrevistado, no dia seguinte, ele desembarcou de ônibus nas Quatro Bocas. Descreve que assim que chegou lá, viu que várias outras pessoas vinham também, de diferentes municípios, mas principalmente de Senador Guiomard, Plácido de Castro, Campinas, Bujari, e Rio Branco, isso nos anos de 2011 e 2012. Havia uma pequena moradia na entrada das Quatro Bocas que serviu como ponto de apoio para darem início ao processo de reivindicação, para que o Incra dividisse os lotes para as pessoas que estavam ali se manifestando: “Aí, fomos chamando gente para iniciar o processo de ocupação, porque pouca gente não dava certo. Nos acampamos na beirada da rua por cerca de 3 meses, a polícia federal foi 4 vezes retirar a gente; na quarta vez, reunimos cerca de 200 pessoas e fomos no Incra pressioná-lo” (Entrevistado 12, 21 maio 2025).

O entrevistado descreve que receberam ajuda de um homem (apelido Mané da CUT), que tinha entendimento sobre a questão agrária. “Ele auxiliou em dizer o que você tinha que fazer, que nós tínhamos que lutar por aquilo, que aquilo era nosso, pois se era do Incra, da União, nos pertencia. Ele correu atrás da documentação” (Entrevistado 12, 21 maio 2025). Segundo o entrevistado, eles receberam um conselho: se quisesse mesmo ganhar, era para invadir o órgão do Sistema Nacional de Trânsito (Detran-AC), no sentido de adentrarem o setor do Detran, “porque se nós ficarmos lá na frente fazendo tumulto, não podia, tinha que ser lá dentro”. O entrevistado afirmou que eles foram instruídos a não levarem armas, nem quebrarem nada, apenas iriam conversar e acampar... e assim fizeram. A negociação com Incra transcorreu por cerca de 5 a 6 meses. Mas depois, deu tudo certo e, quando foi para receber o lote, o

entrevistado destacou que sua mãe queria muito morar lá, então, ele sempre dava os documentos dela, para ela ficar com o lote em seu lugar, e assim ela recebeu 5 hectares de terra. Ali, sua mãe morou até últimos dias de sua vida; no final de 2017 ela morreu de câncer, quando o entrevistado 12 e seus irmãos dividiram a área, construíram casas e foram morar no Assentamento.

O Movimento da Nova Baixa Verde passou a requerer do Incra além da garantia da terra, a moradia, e pediram que ao entregarem os lotes, as casas já estivessem prontas. Seriam 211 lotes, na contagem do Incra. De início, houve recusa por parte desse órgão.

[...] fizemos questão que as 211 parcelas possuíssem casas, pois não tem nenhum modelo de assentamento que deu dinheiro para assentado e ele conseguiu fazer uma casa, e a gente queria aqui padrão, que todos conseguisse uma casa, de modelo padrão. Ganhamos com a participação de algumas pessoas, e até divergindo com umas pessoas do Incra, que era contra, mas muitas pessoas do Incra, principalmente setor administrativo e financeiro, era a favor que fizesse as casas. Só entregava os lotes com as situações da casa, já com algumas prioridades, com banheiro, tubulação, fossa. Foi feita as casas e a gente passou a viver nas casas; aqui no Acre, foi assentamento modelo que fez isso, porque não tinha nenhum projeto assim (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

A parte do grupo de pessoas que chegou depois, no decorrer das negociações referente à casa, queria optar por receber o dinheiro correspondente ao valor da casa, mas o grupo já estabelecido do Movimento da Nova Baixa Verde não reconheceu sua opinião. Em suas palavras a entrevistada afirmou:

[...] Não conheço vocês, não sei onde vocês moram; nós temos endereço, onde nós moramos já há nove anos no projeto Seringal Baixa Verde. [...] nós éramos 26 pioneiros que moravam no assentamento velho, e que defendia o que a gente queria aqui, que era ter nosso pedaço de terra. Então nós dizemos onde e quem ia ficar (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Então o Incra abriu o processo de licitação para contratar a empresa que iria construir as casas, mediante uma tomada de preços, a fim de optarem pela empresa que apresentasse melhor valor. A casa saiu no valor de 15 mil reais à época, segundo alguns assentados.

Referente ao tamanho da terra, foi decidido que seria 14 hectares em campo aberto, na parte onde era fazenda de gado, e 5 hectares na parte da reserva, que foi conquistado também em audiência pública. Segundo a entrevistada, uma vez já morando no local, reconheceu que não era uma terra produtiva, pois era fazenda de gado e o fazendeiro usava muito veneno. Com estudo do solo, evidenciou-se que para produzir teria que ter correção do solo, e o preço da produção saia muito alto. Então com a parte da reserva garantiria uma terra melhor para produzir, por isso o nome seria Baixa Verde, que seria verde da reserva.

Segundo relatos dos entrevistados, foi apresentada uma maquete mostrando onde seriam as escolas, o posto policial, o centro comercial, como seriam as ruas, além do plano de utilização do Assentamento, porém essas benfeitorias não foram executadas pelo Incra.

A entrevistada 1 (27 jun. 2024) relata que logo quando chegou ao Assentamento, em torno de 2010, já tinha casinhas feitas, porém, não tinha água, nem energia; passaram-se uns 6 meses até a luz chegar; utilizava água de uma vertente para lavar roupa e para as plantações, e muitos assentados iam utilizar sua água até fazerem seus poços, que depois, o Incra promoveu o que tinha prometido.

As primeiras mudanças descritas pela assentada se deram em virtude da instalação da energia elétrica, depois a água, e outras melhorias, porque foram conseguindo se manter do que produziam na terra. Iniciaram produzindo hortaliças e, com o passar do tempo, aderiram a um projeto sobre produção de leite, quando passaram a criar gado com esse intuito, o que garantiu o sustento da família. Ainda de acordo com a entrevistada 1, a priori, a ideia que foi apresentada a eles foi para produzir amendoim, porém não foi adiante. Ela não afirmou não recordar bem, mas destaca que os projetos que eram para efetivar não ocorreram, sendo direcionados para outras coisas, como a agricultura, produção de macaxeira, verdura, entre outros.

O entrevistado 2 (20 ago. 2024) tornou-se assentado em 2010, sendo de São Paulo chegou no Assentamento quando ainda era fazenda do madeireiro. Eis como relata sua chegada no Assentamento:

Saí para plantar amendoim aqui no Assentamento, influenciado pelo governo no PT; fui um dos primeiros a chegar no assentamento, quando não era nem assentamento, era uma fazenda. Aí lotearam aqui, era para fazer assentamento de amendoim, para plantar amendoim. Plantei 8 hectares, 4 mil sacas. Não vendeu, porque tinha que beneficiar, e não tinha a máquina porque não compraram, fizeram projeto, plantou, mas não chegou a comprar nada para beneficiar. A compra do amendoim tinha, mas em São Paulo; a procura aqui era pouquinha, 0,5%; o resto era para mandar para fora. Tinha que beneficiar para levar; em casca não compensava. Tinha que limpar, tirar a palha e mandar só grão, mas não tinha máquina para fazer isso, não tinha e não tem porque não compraram. Na época que cheguei só tinha quiçaça [terra seca e estéril]. Eu entrei aqui em 2010, e só tinha uma casa malfeita, ainda sem rebocar, sem piso, sem pintura, sem nada. Aí, nós entramos aqui e fizemos tudo. As portas e janelas eram de latas, que vento batesse levava junto; as fossas eram na janela do quarto, tiramos a fossa do lugar. [...] cada um fez o seu, porque o Incra mesmo, não melhorou em nada, do jeito que ele fez malfeito, deixou aí para todo mundo. [...] ainda tem casa aí, do jeito que Incra deixou [...] não tem nada.

O entrevistado 2 não participou da ação coletiva para a criação do Assentamento, ele veio de outro Estado (São Paulo) para produzir amendoim, pois já plantava em seu local de origem, e pretendia continuar plantando no Acre, quando chegou, em meados de 2008. Ele plantava amendoim tanto para ele, quanto para o governo da época, em lugares como Limeira,

na antiga Baixa Verde, no Km 75, porém, uma parte da produção não foi nem colhida, porque choveu. No relato da entrevistada 11, sobre a questão da produção do amendoim, ela diz: “[...] amendoim não deu certo, plantaram mais não deu, terra do amendoim, para não perder tudo plantaram foi melancia”. Quando questionada como surgiu a história da plantação de amendoim, enfatizou:

Rapaz, apareceu técnico aqui, no começo, um jovem de fora, e disse que essa terra era muito apropriada para amendoim e café; alguém dali do último ramal plantou café... foi ninho de cobra. Ali na frente plantaram amendoim, na sede, o amendoim não deu bom; para aproveitar plantaram melancia e a melancia deu muito boa, quase não acaba mais a melancia, nem ladrão, nem atravessador, nem nada deram conta, quase não acaba mais; aqui ainda hoje, veem que aqui dá produção muito grande de melancia. Aquilo ali foi demonstração, da natureza dizendo o que dá aqui, e não o homem (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Ainda sobre o relato do entrevistado 2, ao chegar no Assentamento, quando questionado sobre o que ele sabia sobre a modalidade do assentamento PDS, e sobre plano de utilização do Assentamento, ele relatou:

Sabia, era só para plantio, não podia vender, não podia negociar, arrendar, tinha que produzir, antes tinha placas bem grandonas, dizendo, [...] caso quisesse mexer com gado podia, mas tinha que ir ao Idaf, legalizar para poder fazer criação de gado; até hoje, tem gente que cria gado. Foi apresentado, mas não foi cumprido, eles prometeram que ia vim um trator, máquina, plantadeira, adubo, óleo diesel, e um técnico, mas estamos esperando até hoje, e não veio (Entrevistado 2, 20 ago. 2024).

A entrevistada 11 (25 ago. 2024) destaca que a modalidade de assentamento PDS se tratava de uma produção coletiva, que existia no início da formação do Assentamento:

PDS era porque a gente tratava de produção coletiva; é que tem projeto ali que tinha 200 e poucas hectares, que cada um tinha uma hectare, um projeto coletivo, para estar tentando fazer uma produção coletiva. No começo ainda foi feito essa produção coletiva com milho, onde tinha a contrapartida do governo, e todo mundo pegava sua porcentagem em produção. A secretaria da agricultura fazia avaliação da produção de gasto que a secretaria teve, tirava o gasto da secretaria, e o resultado era dividido entre os assentados que era dono da terra. Isso era feito com processo de financiamento entre a secretaria e o banco, e quem pegou sua cota de financiamento, o seu resultado, e saldou a sua dívida com a secretaria e automaticamente com banco, ficou habilitado a fazer novamente, novos financiamentos; quem pegou esse resultado e não devolveu, e não cumpriu o dever de casa, que é pagar a conta, essas pessoas criaram pendências, que não pode fazer nenhum financiamento. Por esse erro que houve, de muitas pessoas não saldar a dívida, foi que PDS acabou, então, o projeto coletivo de agricultura familiar faliu, e o projeto voltou de ser PDS a ser PA, projeto individual.

Quando questionada sobre o que teria levado à mudança de modalidade no Assentamento, a entrevistada 11 (25 ago. 2024) destacou sua perspectiva:

A mudança ocorreu primeiro pela dificuldade de produção; o produtor não consegue fazer sozinho um resultado satisfatório. Não tem um bom resultado, porque se eu for plantar aqui uma hectares de melancia, eu tenho que fazer orçamento, desde a correção do solo até a produção da fruta. Então tem muita coisa, é muita praga, muita necessidade de correção de solo; tem que ter irrigação, porque a variedade climática

hoje, não nos favorece. Então a gente tem que ter toda uma despesa, que às vezes, o resultado da produção não cobre... Então, aqui no assentamento, dentro dessa terra aqui, é muito difícil produzir; então, quando o produtor trabalha sozinho, individual, não tem muito resultado por conta disso, e a coletividade geralmente, ela falha aqui, porque existe muito pensamento, cada cabeça é uma sentença, então, a gente não tem forma de trabalhar aqui no coletivo.

Os demais entrevistados não expuseram suas opiniões sobre o porquê da mudança, aliás, nem sabiam desse fato. Perguntados se isso teria causado impacto no seu trabalho, a resposta foi não: “[...] não tenho nada, nem melhorou, nem piorou” (Entrevistado 2, 20 ago. 2024). A entrevistada 1 (2024) destaca que não teve influência no seu trabalho, que optaram por trabalhar com aquilo que se tornava possível, assim como afirmou a entrevistada 11.

Esses entrevistados, com relação à caracterização do Assentamento no ato de sua criação (até o momento), informaram que já eram agricultores antes de virem morar no lote, ou seja, moravam na zona rural, e que conseguiram a terra por meio do Incra. Eles relatam que houve participação no Incra, bem no início, promovendo reuniões e cursos, tais como piscicultura, avicultura, para produzir sabão, amaciante, detergente, na produção de leite. Nesta última atividade a entrevistada 1 participou e passou a trabalhar. Com as reuniões promovidas, a sociabilidade entre os assentados foi um pouco facilitada.

Os entrevistados 1 e 2 tiveram acesso aos primeiros programas, nos primeiros tempos em que o Assentamento foi instalado, em destaque o Pronaf A, vale alimentação de parcela única no valor de 1.500 reais, crédito-instalação. Mas destacam que a participação do Incra foi somente no início, assim como a assistência técnica.

Sobre a questão da evasão dos assentados, as opiniões são diferentes. O entrevistado 2, juntamente com sua esposa, acham que está relacionada ao fato de muitos não conhecerem a agricultura, e também menciona a falta da continuidade da participação do Incra.

Um pouco, foi Incra mesmo que abandonou tudo, não deram assistência; eles não sabiam trabalhar, não conhece agricultura. [...] precisava de ajuda do técnico: cadê técnico? Não apareceu. Cadê o adubo? O trator? Não teve! Aí fizeram isso, vendeu e foram embora, senão, morria de fome aqui. [...] as dificuldades vão apertando, não tem uma escola para pôr as crianças, às vezes, a mãe quer trabalhar, mas não tem uma creche. Tem projeto de creche, de posto de saúde, de posto policial, mas eles nunca fizeram nada; estava na maquete na época que foi distribuída as casas, na época que eram para entregar as casas, diziam que iam sair o das outras localidades, posto, escola, igreja, tudo tinha (fala da esposa) (Entrevistado 2, 20 ago. 2024).

Já entrevistada 6 acredita que a venda dos lotes foi mais relacionada à ocupação do outro grupo que não possuía terra, que chegaram depois; havia pouca sociabilidade entre esses e os demais assentados. Acabaram negociando com outras pessoas que tinham desejo de ter um pedaço de terra, seja trocando ou vendendo. Porém, isso acarretava alguns problemas, pois as

áreas dos lotes iam ficando cada mais fragmentadas, e raramente, o assentado possuía as partes de terra que compunha seu lote no mesmo local, sendo obrigado a ficar se deslocando para áreas mais distantes.

[...] quem fez esse movimento, não estão mais aqui, venderam a terra, e passaram para terceiros; inclusive, quando vocês estavam chegando, saiu um senhor aqui, que comprou um lote de uma dessas pessoas, e está com problema sério de regularizar seu lote; e está pedindo para eu ir ao Incra ajudá-lo a resolver, pois eles venderam tudo o que tinha na cidade compraram isso aqui, em busca de lugar tranquilo, casal de idosos, trazendo seus filhos para morar aqui. Aí a pessoa vai vender, e não esclarece, que a pessoa tem pedaço aqui, outro ali, aqui come um tanto... aí, quando a pessoa vai atrás do restante da terra, ele já vendeu para outra pessoa, ele desfarelou o lote (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Ainda segundo a entrevistada 11, apesar de isso ocorrer, não houve evasão dos assentados; na verdade, ocorreu ao contrário, pois se multiplicou o número de pessoas que moravam no Assentamento. As pessoas que venderam a terra, na concepção da entrevistada, venderam e negociaram para quem desejava estar e trabalhar nela; essas novas pessoas passaram a produzir e ajudar o Assentamento; na sua perspectiva, “foi uma troca boa”, pois os novos integrantes somavam e contribuía. Nos lotes, segundo a entrevistada, tem uma, duas ou três casas, pois os assentados sempre buscam trazer a família, dando-lhe um pedaço de terra e colocando-a ali do lado.

Portanto, a criação do Assentamento Nova Baixa Verde foi iniciada com o movimento de luta pela terra, de famílias que desejavam continuar ali, em uma luta que tinha propósito, objetivo, que com muita resistência, transformou aquele espaço em seu território, um movimento que não só transformou o lugar, mas também vidas. Antes, o que era uma fazenda de gado virou o lar da dona Joana (nome fictício), lar do seu Renato (nome fictício). A luta, logicamente para o camponês, não acaba quando consegue a terra, ela perpassa e segue durante toda sua trajetória.

Com o movimento iniciado das famílias agregadas na busca da Nova Baixa Verde, foram beneficiadas, através do edital, diversas outras famílias que habitavam também em zona urbana, em locais com problemas de alagação que, assim, tiveram oportunidade de terem seu lote. Aqueles que não conseguiram, mas que estão na cidade e sonham com pedaço de terra, estes passaram a negociar por razões diversas, porque não puderam se manter na zona urbana, fortalecendo a recriação camponesa.

Como defendido por Leite *et al.* (2004), a conquista de um assentamento não deve ser entendida apenas como ponto de chegada, de acesso à terra, mas também como ponto de partida para uma nova condição de vida, com a criação de novas organizações, infraestruturas coletivas e serviços necessários para viabilizar as estruturas econômicas e sociais no

assentamento. Assim como Ploeg (2009), entende-se que a resistência ocorre com a apropriação de áreas naturais pelos camponeses, mas também com a criação de novas unidades de produção e consumo, em áreas que em outras circunstâncias, permaneceriam improdutivas, ou destinadas à produção de cultivos em larga escala.

CAPÍTULO 3: A DINÂMICA TERRITORIAL NO ASSENTAMENTO NOVA BAIXA VERDE FRENTE AOS DESAFIOS PARA O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA CAMPONESA

Este capítulo tem como objetivo investigar as estratégias utilizadas pelos assentados na produção e na comercialização agropecuária, na organização política para sua permanência na terra, além de identificar as dificuldades enfrentadas e as formas de lutas dos assentados para o fortalecimento da agricultura camponesa na localidade.

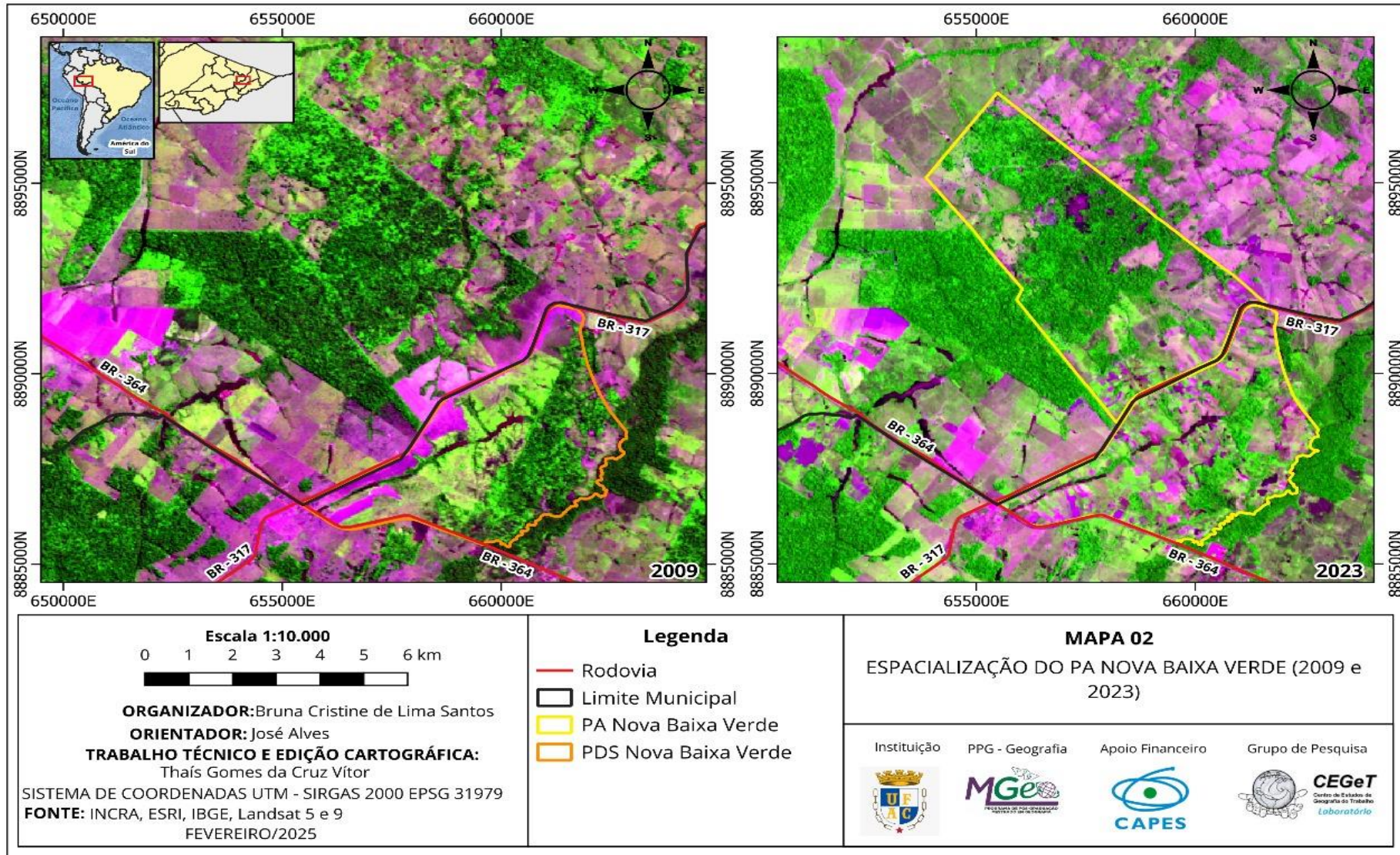
Nesta seção do trabalho se busca destacar a infraestrutura do Assentamento, assim como os aspectos ligados à forma de sua organização política e estratégias usadas pelos assentados para sua permanência na terra, tendo como base 11 entrevistas que realizou entre os assentados. Os resultados são expostos de forma descritiva e analítica, com apoio de gráficos e imagens para melhor entendimento.

Por meio dos elementos discutidos neste capítulo, o objetivo é responder a questões como: quais os impasses enfrentados pelo agricultor camponês, desde o plantio até a comercialização? As famílias de agricultores são amparadas pelos entes governamentais? E quais estratégias são utilizadas pelos assentados para conseguirem se manter na terra?

3.1 INFRAESTRUTURA NO ASSENTAMENTO

O Assentamento Nova Baixa Verde, localizado no município de Senador Guimard, como já mencionado, foi adquirido em 2006, e criado em 2008. O mapa 2 remete ao Assentamento já implementado, no ano 2009, com desenvolvimento da área e a inserção dos assentados em seus lotes, o que se deu quando a modalidade ainda era PDS, apenas com a área pertencente ao lado direito da BR 317, sentido ao município de Boca do Acre. Já na segunda imagem deste mapa, com a área redefinida em 2023, sua área engloba o Assentamento por inteiro, em sua totalidade atual. Após 17 anos, desde a data de sua criação, com base na temporalidade apresentada no mapa, é possível ver o crescimento da área em pequenos lotes. Ao redor da área delimitada no mapa correspondente ao Assentamento, encontra-se fazendas de gado.

Mapa 3 - Espacialização do PA Nova Baixa Verde (2009-2023)



Quanto à acessibilidade do Assentamento, sua localização é no cruzamento das BR 364 e 317. A rodovia principal (BR 317) corta o Assentamento ao meio, além disso, o Nova Baixa Verde também possui ramais que permitam acesso aos demais lotes. Nas fotografias 1 e 2 é possível visualizar a BR 317 e um dos ramais do Assentamento.

Fotografia 1 - Acesso ao Assentamento pela BR 317 (sentido a Boca do Acre)



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto de 2024.

Fotografia 2 - Estrada de terra no Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto de 2024.

Referente à acessibilidade do Assentamento, todos os entrevistados o consideraram um lugar de fácil acesso. E 90,90% acreditam que isso seja uma importante característica que mantém a permanência dos assentados em suas áreas, devido à proximidade com os demais municípios, pois facilita o escoamento da produção. Portanto, “[...] está no centro né, tem saída para Plácido, Capixaba, Brasiléia, Rio Branco, Senador Guimard. Facilita na comercialização

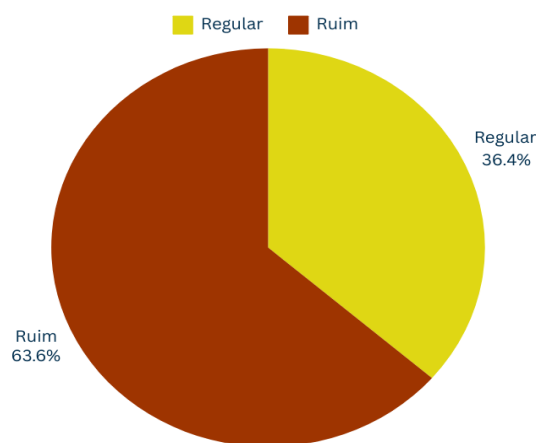
(escoamento do produto); amanhã levarei melancia para Brasília e levei antes de ontem em Vista Alegre (distrito localizado em Porto Velho-RO)” (Entrevistado 2, 25 ago. 2024).

Relativo aos ramais que interligam o PA e que dão acesso aos lotes, estes não são asfaltados e apresentam baixa manutenção; os caminhos criados para passagem de pessoas têm sido limpos pelos próprios moradores, sob pena de perderem seus acessos. Em casos de ramais mais longos, o problema se agrava, tornando impossível o acesso. O entrevistado 6 evidencia a falta manutenção prometida pelo projeto, quando foi apresentado, no período de instalação dos assentados:

O projeto que foi criado em 2008, que foi apresentado para nós, como que ia ser ali se o INCRA fizesse pelo menos 10%, que 10% já incluía, já entrava a melhoria dos ramais. Em inverno [período de chuvas na Amazônia] aqui, meu irmão, [...] ele tirava os meninos dele, dá um quilômetro pro asfalto, ele tirava os meninos na carroça de boi. Nem moto, nada, nada passava lá no ramalzinho, entendeu? Aí, no verão, deram uma melhoradazinha agora! Mas foi feito protesto, tá entendendo? Foi feito vídeos, mandamos pra prefeita de Senador Guimard, foi aquela coisa toda pra poder dar uma melhoradazinha, e foi só aquela, como é que se dá o nome? Só o... a pincelada mesmo (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

As avaliações feitas pelos assentados quanto à manutenção desses ramais, a caracterizam como ruim e regular, em que apenas a rodovia principal (BR 317) recebe uma boa manutenção, na avaliação dos entrevistados (gráfico 7).

Gráfico 7 - Avaliação da manutenção dos ramais utilizados no Assentamento Nova Baixa Verde



Fonte: Elaboração e Acervo da Pesquisa, 2024.

Além da acessibilidade ao Assentamento, foi avaliado o acesso à escola e educação. O Assentamento Nova Baixa Verde não possui escolas, apenas em áreas próximas, estando apenas em construção atualmente, uma creche (fotografia 3).

Fotografia 3 - Creche em construção no PA Nova Baixa Verde em 2024



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Dentre as escolas próximas do Assentamento, frequentadas pelos assentados, algumas ficam na cidade de Senador Guiomard e em Rio Branco. Há também as escolas localizadas na BR 364, km 32, que ofertam Ensino Médio; e no km 39 tem as escolas de Ensino Fundamental. Entre as mais conhecidas estão: a Escola Dr. Zaquel Machado e a Escola Estadual Capitão Edgar Cerqueira (BR 317, km 35, município de Senador Guiomard); Escola São Francisco, localizada no Ramal Iquiri no Baixa Verde (município de Rio Branco); e ainda a Escola Cívico Militar Quinze de Junho em Senador Guiomard. Atualmente (2025), os alunos são assistidos com transporte por ônibus escolar, para aqueles que moram próximo à principal BR 317, já para quem mora em ramais longínquos, usa-se outros tipos de carros para pegarem os alunos, demonstrado na fotografia 4.

Fotografia 4 - Transporte escolar em ramais no Assentamento

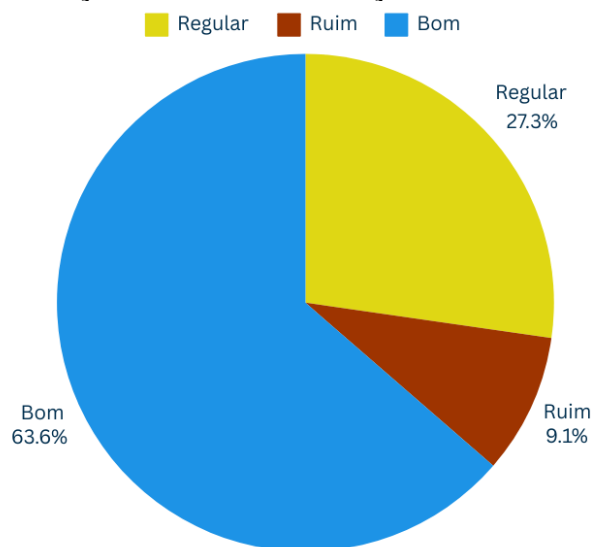


Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto de 2024.

Legenda: Veículo adaptado, utilizado como transporte escolar em área rural, saindo de estrada de terra batida. A imagem evidencia a criatividade das comunidades frente à ausência de transporte escolar convencional.

Em avaliação realizada pelos assentados, referente à educação, apesar de não se ter escolas no Assentamento, foi classificada como boa (Gráfico 8), pois a facilidade do acesso a escolas próximas é uma vantagem, principalmente por poderem usar o transporte escolar.

Gráfico 8 - Avaliação do acesso à educação no Assentamento



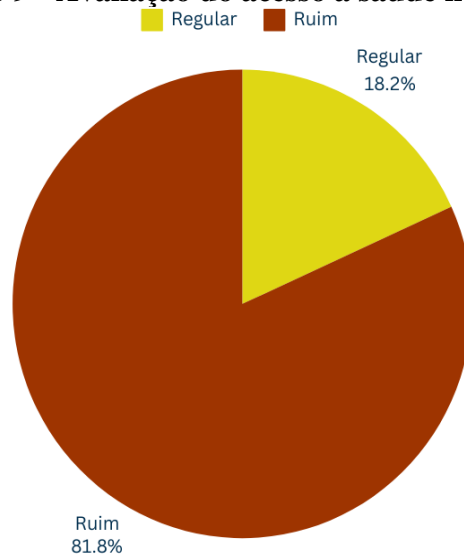
Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Os que avaliaram o acesso à educação como regular, destacaram a necessidade de terem escola no Assentamento: “Regular porque ainda não tem a escola dentro do

Assentamento; as crianças têm que sair do Assentamento para ir em comunidades vizinhas; tem alunos daqui que estudam no Nova Aldeia, tem alunos que estudam no 17, no Liberdade, tem alunos que estudam lá no Vila Pia” (Entrevista 11, 25 ago. 2024).

Referente à saúde, o Assentamento não possui Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e nem postos de saúde. O acesso dos assentados à saúde também é realizado indo a cidades próximas, como Senador Guiomard e Rio Branco. Além disso, os assentados destacam que não é realizada ação pública de serviços prestados, referentes a dentista, oftalmologista, clínico geral ou algo semelhante no Assentamento. Devido à distância percorrida pelas famílias para terem acesso à saúde, nenhum entrevistado caracterizou esse aspecto como bom. Além disso, demonstraram a necessidade e importância de um posto de saúde na comunidade. Use o gráfico 9 para ilustrar que a maioria dos assentados caracterizara o acesso à saúde como ruim e regular.

Gráfico 9 - Avaliação do acesso à saúde no Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Além da avaliação da saúde, acessibilidade e educação no Assentamento, também vale destacar as obras recentes que ali foram instaladas, como o posto de gasolina e a e silo graneleiro, localizado nas Quatro Bocas (Rotatória, conhecida por ter os 4 sentidos, rumo a Boca do Acre, Senador Guiomar, Rio Branco, e Acrelândia), mostrando também algumas transformações no território. Nas fotografias 5 e 6 é possível visualizar o posto de gasolina, na rotatória, localizado na entrada do Assentamento, assim como o silo graneleiro.

Fotografia 5 - Posto de combustível localizado nas proximidades do Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, realizado agosto de 2024.

Fotografia 6 - Silo graneleiro localizado na rotatória de acesso ao Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, realizado agosto de 2024.

Legenda: Estrutura de armazenamento de grãos, simbolizando o avanço do agronegócio na região e sua proximidade com áreas de produção familiar.

A construção de galpão de beneficiamento de tratamento de amendoim foi iniciada em abril de 2023, com data de término prevista para maio de 2024, estando ainda em construção na data da visita de campo, em agosto. A instalação desse galpão ainda não faz sentido para alguns assentados, já que a produção de amendoim não é realizada, e porque não foi item de suas reivindicações. A produção de amendoim no estado do Acre, segundo o IBGE (2023), foi de 94 toneladas, com valor de produção de 416 mil reais, sendo o município de Santa Rosa do Purus o seu maior produtor. Há algumas produções em menor escala em Capixaba, Senador Guiomar, Plácido de Castro e Porto Acre. Na fotografia 7 está presente a identificação da Secretária de Estado de Agricultura como agente participante da instalação do galpão.

Fotografia 7 - Identificação da construção do galpão de beneficiamento e tratamento de amendoim (2024)



Fonte: Trabalho de campo, realizado agosto de 2024.

Legenda: Placa de obra referente à construção de um galpão para beneficiamento e tratamento de amendoim na Comunidade Baixa Verde, em Senador Guiomard (AC). A ação é financiada com recursos federais, no valor de R\$ 716.329,99, com execução pela Secretaria de Estado de Agricultura.

Fotografia 8 - Situação da construção do galpão em 2024



Fonte: Trabalho de campo, realizado agosto de 2024.

Legenda: A imagem evidencia o estágio físico da obra, com estruturas parciais erguidas e a infraestrutura ainda em processo de montagem. Trata-se de um investimento público voltado à valorização da cadeia produtiva local, mas que não foi finalizado, estando com a data de término já vencida.

O Assentamento também possui vários pontos comerciais, usados pelos assentados para comercialização de seus produtos com vistas à complementação do seu sustento familiar. Às margens da rodovia principal, por exemplo, é comum encontrar diversos pontos de venda (fotografias 9 e 10), onde os assentados ofertam produtos como melancia, banana; tem também as tabernas que vendem milho cozido, pamonha, canjica, caldo de cana, dentre outros produtos; há pequenos pontos de comércio e açougues utilizados pela comunidade nessa área, e igrejas como a Católica, Evangélica (Assembleia de Deus), Cristã, entre outras (fotografia 11).

Fotografia 9 - Ponto Comercial 1 no PA Nova Baixa Verde



Fonte: Trabalho de campo, realizado agosto de 2024.

Legenda: Comércio rural localizado à beira de estrada de terra, voltado à venda direta de produtos agrícolas, como a melancia. A imagem ilustra formas de geração de renda complementar em assentamentos rurais, com estrutura simples e autogerida.

Fotografia 10 - Ponto Comercial 2

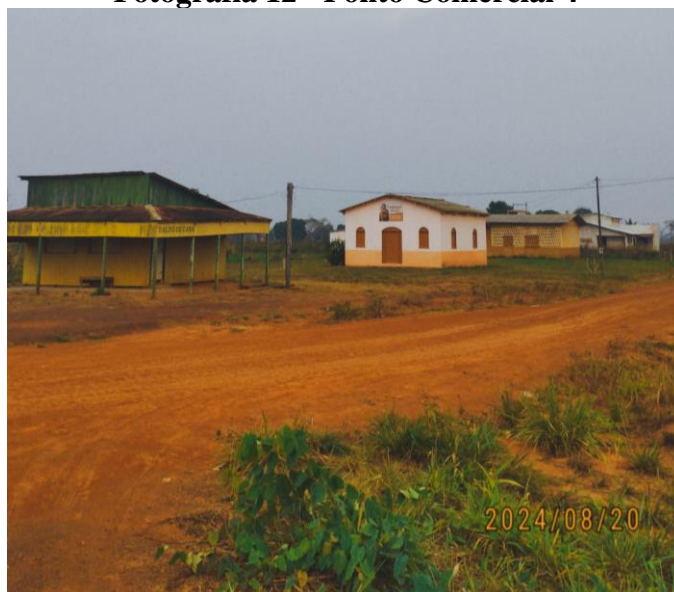
Fonte: Trabalho de campo, realizado agosto de 2024.

Legenda: Ponto comercial para venda de milho e seus derivados, como canjica e pamonha, constituindo uma estratégia dos assentados para a geração de renda.

Fotografia 11 - Ponto Comercial 3

Fonte: Trabalho de campo, realizado agosto de 2024.

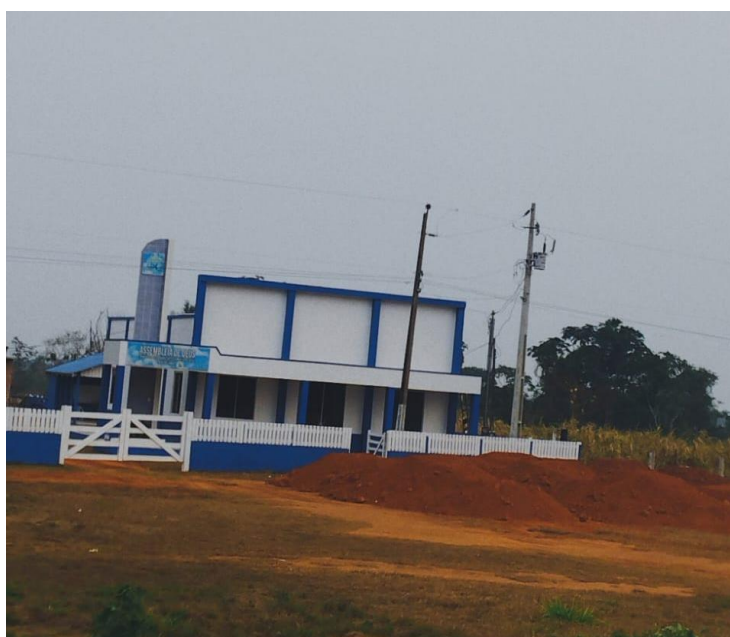
Fotografia 12 - Ponto Comercial 4



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto de 2024.

Legenda: Nesta imagem, o primeiro estabelecimento é uma taberna que vende caldo de cana; o segundo é uma igreja católica; e a última edificação é a creche, ainda em construção na entrada de estrada de terra.

Fotografia 13 - Igreja evangélica no Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto de 2024.

Legenda: Igreja localizada próximo às áreas comerciais, desempenhando um papel relevante como espaço de convívio comunitário entre os assentados.

De modo geral, a infraestrutura do Assentamento tem diversos pontos que devem ser melhorados, mas que, devido a sua localização, garantem uma vantagem, reconhecida pelos

assentados, por serem próximos às cidades. Quando questionados se consideram o Assentamento um bom lugar para viver, todos afirmaram que “sim”, e muitos destacaram a proximidade com demais municípios, a tranquilidade e importância de ter a terra para garantir a sua sobrevivência e dignidade. Quanto a isso, eles comentaram:

Pra mim é, por que eu gosto, gosto por que é calmo, hoje mais ainda, porque tem ônibus que passa na porta, quando não tem coletivo, tem o da boca do Acre que passa de frente, tudo isso foi melhoria pra gente (Entrevistada 1, 27 jun. 2024).

Sem sombra de dúvida, eu acho aqui perto de Rio Branco, apesar de não ter hospital, mas fica perto de Rio Branco, fica perto de Quinari [Senador Guionard], ruim ou não, tendo o transporte ou não, dá de se localizar, não é local isolado (Entrevistado 3, 25 ago. 2024).

Porque é um lugar tranquilo, todo mundo conhece todo mundo, não é lugar que ninguém mexe com ninguém, vizinhança boa, [...] eu achei ótimo sair do lugar onde morava, eu era doida para sair da cidade, queria vim para cá mesmo (Entrevistado 4, 25 ago. 2024).

Bom lugar para viver, você não vai morrer de fome, um lugar tranquilo, longe da poluição (Entrevistado 5, 25 ago. 2024).

Eu considero pra mim, muito bom de viver, considero tranquilo. Assim, não... Eu nunca fui atingido aqui com questão de roubo ou coisas parecidas. E tudo que a gente planta aqui no Baixa Verde, como é uma área acessível, como tu me perguntou, e próximo da cidade, tudo que se produz se vende. Então, para mim é um lugar maravilhoso para viver (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

Aqui não tem esse negócio de violência, não tem assalto, roubo; as pessoas não mexem no que é do outro. Aqui é bom, tranquilo (Entrevistado 7, 25 ago. 2024).

Primeiro que é o meu cantinho né, e eu gosto daqui. Não tenho nada que falar daqui não, eu acho bom, eu não saio daqui. Eu costumo dizer que aqui é minha última morada. Para a cidade eu não quero ir (Entrevista 8, 25 ago. 2024).

Nós já moramos dentro da Velha Baixa Verde. Nós era o último asseiro da fazenda, no fundo, 12 km, onde a gente descia do ônibus (que não tinha asfalto na época) e a gente andava os 12 km para chegar em casa, ou de carroça ou de cavalo para chegar em casa. Se fosse no tempo da chuva, dificilmente conseguiria chegar em casa no mesmo dia, com a alimentação necessária que a gente precisava levar; geralmente, dormíamos em meio à viagem, na casa de conhecidos para continuar a viagem. Hoje, a gente gasta 30 minutos para chegar da rodovia principal, ao fundo da fazenda que eu morava, onde antigamente, eu gastava um dia e meio para chegar. Em todos ramais tem ponte; antigamente, nós não tínhamos ponte, muito bom, com acesso bom, mesmo que chova... se água escorrer pouco consegue sair, e chegar. Então aqui, considero comunidade de fácil acesso. Boa moradia, não é uma comunidade violenta, então assim, apesar de não ter policiamento, é uma comunidade tranquila, então é um lugar muito bom para se morar, onde tem boa água; temos uma água mineral da primeira qualidade considero aqui lugar muito bom para morar (Entrevista 11, 25 ago. 2024).

Conclui-se que o Assentamento possui fácil acessibilidade, com uma dinâmica comercial bem definida ao longo da BR 317, mas que há condições a serem melhoradas, como a criação de escolas no Assentamento, um posto de saúde, que seriam obras relevantes para a comunidade que ali vive.

3.2 PRINCIPAIS ATIVIDADES PRODUTIVAS E PROCESSOS DE PRODUÇÃO REALIZADOS NA PA NOVA BAIXA VERDE

Neste tópico busca-se saber se os camponeses assentados têm conseguido produzir em seus lotes, o quê, e como produzem.

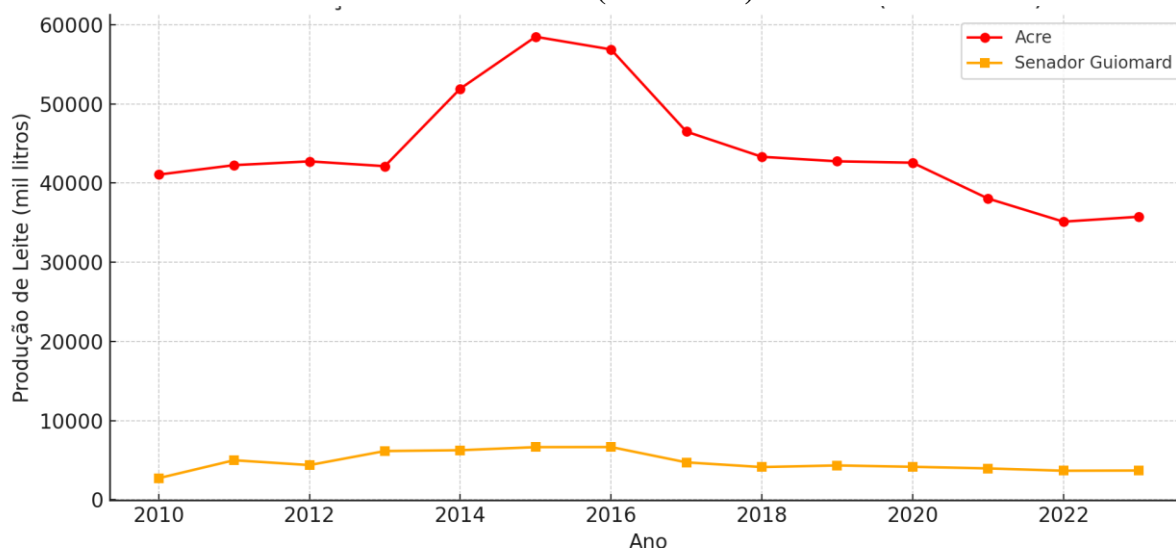
Com base nas entrevistas, 9% dos assentados não produzem em seu lote, 9% produzem apenas para consumo, e 81,8% produzem para comercialização e também para seu consumo. Entre os produtos comercializados, destaca-se: milho, melancia, mandioca, banana, além de hortaliças. Esses produtos foram os mais citados pelos assentados, mas a diversidade de produtos elaborados por eles é bem maior, pois cultivam laranja, maracujá, acerola, mamão, manga, limão, graviola, pimenta cheirosa, jerimum, pepino, maxixe, abóbora, abacate, dentre outros. A coleta das frutas no Assentamento varia conforme sua sazonalidade. Frutas como laranja, abacate, graviola, limão e manga, são comercializadas como forma de complementar a renda familiar, pois sua disponibilidade é limitada a determinada época do ano. Com relação às culturas de mandioca, milho e melancia são produzidas ao longo do ano, tendo maior impacto na renda dos agricultores. Todas as produções agrícolas citadas são também usadas para consumo.

Com referência à criação de animais, 90% afirmaram realizá-la apenas para consumo, como suínos, galinhas, pato; já os outros 10% utilizam a criação de gado leiteiro para consumo e venda. A criação de gado é praticada no Assentamento, mas não em grande escala, e normalmente, é utilizada por aqueles que possuem pedaço de terra com áreas contínuas. Alguns entrevistados que citaram a criação de gado, informaram que seu objetivo é apenas para consumo, para produção de leite e carne, e geralmente, possuem de 3 a 5 vacas; e outro cria como fonte de renda principal, na produção de leite.

Apesar de não se ter dado específico da produção de leite no Projeto de Assentamento Nova Baixa Verde (PA-NBV), suas terras localizam-se em área de atuação do projeto Bacia Leiteira no Baixo Acre. As primeiras iniciativas para o fortalecimento da produção de leite na área, foi com o Programa de Desenvolvimento Sustentável, quando se investiu recursos de melhoramento de pastagem e na assistência técnica. Em 2014, o governo estadual investiu cerca de 6 milhões nessa cadeia produtiva (Notícias do Acre, 2014). Essa atividade teve uma atuação significativa no Estado. Conforme o gráfico 10, é possível observar

o pico de crescimento entre 2014-2015 na produção de leite; posteriormente, a sua queda de produção a partir de 2017.

Gráfico 10 - Produção de leite (mil litros) no Acre, como um todo, e em Senador Guiomard (2010-2023)



Fonte: Sidra/IBGE-Pesquisa Pecuária Municipal, 2025.

De acordo com Bayma, Siviero e Pinho de Sá (2019), a pecuária de leite é uma das atividades principais da agricultura camponesa no Acre, porém, há diversos desafios a serem superados, como: a precariedade de infraestrutura; a desarticulação entre a indústria e o setor produtivo; a carência técnica constante; e a degradação do solo, que piora a qualidade das pastagens; a falta de adoção de tecnologia; e o acesso à linha de crédito.

A entrevistada 11 chegou a citar sua tentativa de participação no projeto Bacia Leiteira, mas, devido à degradação do solo, o custo de recuperação para sua produção não compensava suficientemente.

Como a gente tinha projeto da Bacia Leiteira, a gente criava gado de leite; a gente queria ver porque o gado não desenvolvia, mesmo a gente tratando, e aí, eles disseram que teríamos que pagar técnico particular para poder fazer exame de solo; depois de um ano, trouxeram o exame, aí buscamos a política calcário para aplicar no solo para ver se a pastagem melhorava, e se a gente conseguia melhor resultado com animais... a produção de leite... aí a gente não teve muito resultado (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Apesar disso, no Assentamento tem famílias que conseguiram criar gado leiteiro, que têm sua renda baseada nisso, porém, os resultados apontados por eles como mais satisfatórios vêm da agricultura. As fotografias enumeradas de 14 a 22 trazem algumas imagens que demonstram a produção no Assentamento.

Fotografia 14 - Cultivo de melancia no PA-NBV



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Fotografia 15 - Cultivo de pepino no PA-NBV



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Legenda: Cultivo de pepino, com utilização de ripas de bambu.

Fotografia 16 - Cultivo de laranja no PA-NBV



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Fotografia 17 - Cultivo de hortaliças no PA-NBV



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

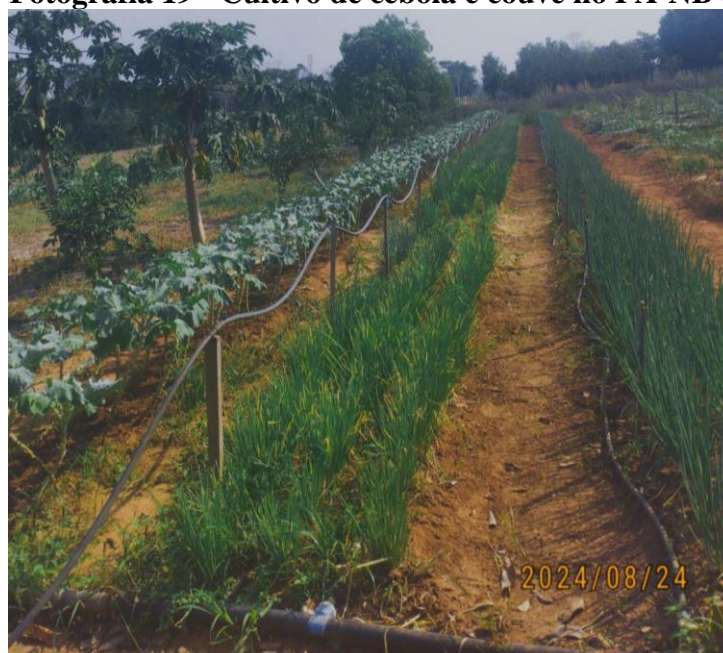
Legenda: Cultivo de hortaliças, coentro, cebola e couve (ao fundo).

Fotografia 18 - Cultivo de pimenta cheirosa no PA-NBV



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Fotografia 19 - Cultivo de cebola e couve no PA-NBV



Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Legenda: Cultivo de cebola, couve e mamão (intercalado com limão).

Fotografia 20 - Registro de abóboras cultivadas no PA-NBV

Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Fotografia 21 - Cultivo de mamão no PA-NBV

Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

Legenda: Cultivo de mamão (intercalado com limão), com utilização de irrigação.

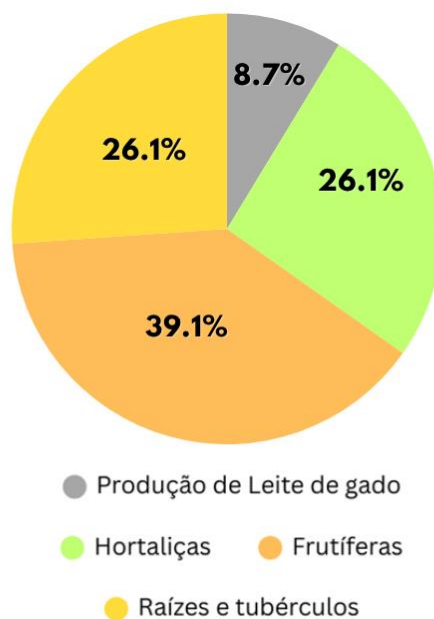
Fotografia 22 - Mamoeiro em fase de frutificação no PA-NBV

Fonte: Trabalho de campo, realizado em agosto, 2024.

As fotografias (14 a 22) retratam a diversidade de cultivos no Assentamento. Observa-se que grande parte da produção é realizada de forma manual, utilizando apenas o arado para preparar a terra, e a irrigação. A produção conduzida pelas famílias assentadas vem sendo destinada tanto para a subsistência quanto para a comercialização. As imagens revelam um potencial produtivo e a riqueza dos saberes locais, evidenciando a importância da agricultura camponesa como fonte de renda e de alimento. As fotos revelam o uso eficiente do espaço pelos assentados, com a presença de múltiplas culturas, um saber prático dos camponeses que lhes permite produzir de forma racional, utilizando os recursos disponíveis, permitindo uma produção contínua e variada ao longo do ano.

O Gráfico 11 é outro modo de demonstrar que a diversidade de produtos cultivados reflete a pluralidade da produção agrícola local.

Gráfico 11 - Levantamento da produção realizada no PA Nova Baixa Verde



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Legenda: O gráfico 11 apresenta o levantamento das produções realizadas no Assentamento, com base nas citações dos produtos cultivados pelos assentados entrevistados.

Os produtos citados no gráfico 11 são vendidos em municípios próximos, como Rio Branco, Senador Guiomard, Brasiléia, e em distritos do município de Porto Velho-RO, como Vista Alegre, Extrema, Califórnia, e no próprio Assentamento. Neste, é comum venderem para atravessadores, ou por unidade, nos pontos de venda no interior da localidade, entregando também para alguns mercados localizados nesses municípios. Em uma conversa com o entrevistado 2 (20 ago. 2024), ele mencionou ter cultivado uma das maiores produções de maracujá, a qual comercializou na Cageacre, porém, eles pagavam 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) pelo kg do seu maracujá, enquanto compravam de Porto Velho por R\$ 6,50. Quando esse entrevistado questionou porquê do preço do seu maracujá ser mais barato, sendo que o produto era melhor, eles deram desculpa, do custo do imposto, e que só poderiam pagar este preço. Isso acabou desmotivando, e o entrevistado preferiu arrancar toda sua plantação, a vender por esse preço. Hoje o produto que tem maior relevância na renda do entrevistado 2 é a produção do milho, mas esta não possui destinatário de venda garantida.

O entrevistado 6 também descreve alguns dos seus processos de comercialização:

Vendíamos para atravessadores; como é que se chama a forma trabalhar? Fornecedor de produtos para o Araújo, tipo assim; entregar tanto fornecedor como atravessador, são as mesmas pessoas. [...] cheguei a vender também por unidade... vender em banca assim, nós mesmos, dá bem mais resultado. Só que, tipo, o agricultor ou ele produz,

ou ele vai ser atravessador. Não tem como consorciar, tá entendendo? Assim não dá certo. Porque você tem que estar abastecendo lá o ponto e tem que estar mexendo com gente, tem que estar levando, e aquela coisa. ‘A gente era produtor, vendedor, administrador, era tudo’ [Trecho pronunciado pela esposa] [...] O Estado também já chegou a comprar através de programas como o Conab, Fome Zero, PNAE. Foi muito bom, é algo garantido né, apesar de demorar para receber. **Se o governo deixasse de pegar o produto lá fora, e acreditasse no potencial do Estado** (Entrevistado 6, 25 ago. 2024, grifo nosso).

A venda dos produtos em sua maioria, não possui destinação. Ao plantar, dos 45,5% que responderam que possuem comprador certo, levaram em consideração a existência de compradores no Assentamento e nos mercados locais (tipo Araújo); e alguns devido terem conseguido acesso a política pública, então, têm a garantia de entrega do alimento. Os outros 54,5% responderam que não possuem nenhuma garantia, e para poderem vender precisam ir à “praça”, correr atrás da venda dos produtos. O nível dos preços também é algo que não possui garantia, já que vai depender de como está a oferta daquele item no mercado, se está escasso ou com oferta abundante; e depende também do comprador, por isso, 63,6% dos assentados responderam que negociam o valor do seu produto na hora da venda, principalmente para não perder; 27,2% afirmam não negociar preço. Referente ao pagamento pelos seus produtos, 45,4% dos assentados vendem somente à vista, e outros 27,2% vendem a prazo e à vista; 18,1% trabalham com pagamento somente a prazo. Acerca dos assentados possuírem transporte para realização de suas comercializações, 90,9% respondeu que tem, 9,09% que não possui; dentre os transportes, 45,45% possuem carro, 9,9% possuem moto, e 27,27% possuem os dois.

A média dos valores pela venda dos seus produtos é algo que muitos preferiram não considerar, e outros sentiram dificuldade de apresentar um valor. De acordo com a resposta a esse quesito por alguns assentados, os valores médios citados variavam entre meio salário mínimo (R\$ 706,00) e 15 mil reais.

É muito oscilado; a gente não pode caracterizar, ou fazer uma média exata. Porque tem dia que a gente tem uma venda, tem dia que a gente não tem. Programa de governo, quando está na ativa, a gente tem um valor; a gente entrega 7 mil reais, a gente tem um projeto nesse valor para entregar durante 6 meses, aí dentro dos 6 meses tenho valor de 7 mil, mas dentro desses 7 mil reais, chega para mim, 5.500 ou 5.400 por que quando eu vou tirar a nota fiscal, já fica os impostos; quando dinheiro passa por dentro do banco, já tem valor retido pelo banco, quando chega na cooperativa, aí tem valor da porcentagem da cooperativa, então ele vem sendo tirado de lá pra cá. Então 7.000 que eu trabalho na verdade chega para mim, uns 5.000 mil e pouco (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Para o camponês, a falta de estabilidade no mercado tem um impacto muito grande, pois a variação nos preços do produto pode impactar negativamente sua renda, conforme demonstrado pelo entrevistado 6.

É assim, é igual eu falei para ti, o último plantio que eu fiz de milho para grão, eu plantei 85 hectares. Na hora que eu botei a semente no chão, a saca de milho saiu a 60 reais, na hora que eu botei lá no chão, o custeio estava a 60 reais a saca, para mim tirar lucro e retorno eu tinha que vender de 85 a 90, ou a 100 reais a saca, quando eu fui fazer... que fiz a colheita, estavam querendo pagar 40 reais a saca, eu tive um prejuízo de 175 mil reais, quer dizer assim, então é uma coisa assim não muito certa (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

O custo da produção também é destacado pela entrevistada 5, quando menciona o quanto recebe por sua produção, “dependendo da plantação 16 mil, mas quando paga o que deve, sobra 500” (entrevistada 5, 25 ago. 2024). Apesar dos valores estabelecidos, eles não remetem apenas à renda que o camponês recebe, mas também envolvem o custo de produção, que por vezes, pode chegar a ser maior do que o dinheiro que conseguem com a venda dos seus produtos.

Quanto ao acesso aos equipamentos para a produção agrícola, 63,6% dos entrevistados trabalham manualmente, e usam equipamentos mecanizados. Quanto à utilização de implemento agrícola, tais como: colheitadeira, semeadura, sistema de irrigação, 45,4% usam, outros 63.6% não usam, ou seja, a maioria. Dos que usam esses equipamentos agrícolas, apenas 27.2% responderam que são próprios, enquanto os demais usam de forma alugada ou quando são disponibilizados pelo poder público. O custo do maquinário alugado em média, é 300 reais a hora. Já o público varia, dependendo do município que tenha esse acesso, pode ser de graça ou pagando o óleo, mas de ambas as formas, os assentados têm que inserir seu nome em uma lista de espera para usufruir do equipamento. Os entrevistados 6 e 9 destacam sua experiência em relação ao uso dos maquinários.

Durante um período, foram particulares, em outro período, foi público, entre aspas, porque a gente tinha que entrar também com recursos. Depois, foi com recursos próprios. [...] eu gastava muito. Tanto o do aluguel como do público não tenho nem como te falar, mas, tipo, hoje, uma hora mínima de uma máquina particular está R\$ 250, R\$ 280. E isso é uma máquina que é do povo. A máquina que está hoje de R\$ 250 é uma máquina que veio para a comunidade e que se tornou particular, a mais barata hoje custa 250 reais. E é uma máquina que veio extraída do governo para ajudar a comunidade, que se, tá entendendo? Alguém se apropriou e está assim. Já um particular, outras já aí está 350, 380. Do governo, na época, quando eu alugava, eu pagava 25 reais a hora. 25 reais. Eu trazia a máquina eles marcavam uma horinha, se eu usasse 100 horas, eu ia pagar 100 vezes R\$ 25,00. Tudo por minha conta, óleo, tudo, tudo (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

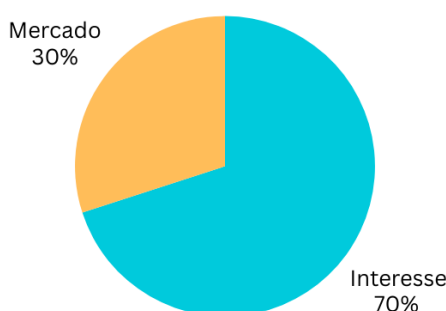
No caso do alugado, pagamos por hectare, uma média de 1.500 reais para deixar pronto. O público varia de prefeitura para prefeitura, na do Quinari eles cobravam óleo, na de Rio Branco é tudo de graça. No momento está sendo de fácil acesso, por conta do termo de cooperação com o Estado. Mas só esse ano (Entrevistado 9, 25 ago. 2024).

Questionados sobre o uso de insumo agrícola, 45,4% utiliza, e 27,2% não utiliza; dentre aqueles que usam, 45,4% usa insumos químicos, e têm gastos segundo os valores citados, na ordem de 16 a 30 mil reais mensais. Esse valor é uma média do que é despendido pelos camponeses, pois eles não têm um valor exato. De acordo com os assentados, eles costumam negociar com a loja para pagar valores de 8 em 8 meses, como citado pelo entrevistado 2, ou a cada 3 meses, como citado pelo entrevistado 6. Esse período seria o tempo estabelecido para plantação, produção e venda do produto, pois eles não teriam condições de pagar esse valor mensalmente.

Cerca de 30, 40 mil mensais de insumo. Quando eu falo, não tô dizendo isso só do químico, não. Tô falando de insumo, entre adubo, [...] Tô botando mensal porque, assim, a gente compra na loja pra 90 dias. Direto, tá entendendo? Ou 120 dias. A loja chegou a vender pra mim até 150 dias. Aí, se fosse botar essa quantidade, dividir ela... dividir essas dívidas por mês saia em termos disso. Tipo uma produção dessa de milho aí, dessa última que eu falei, que tive um prejuízo de 175 mil. Foi um prejuízo tão grande que eu tive que vender trator. Eu vendi trator e vendi algumas outras coisas pra mim quitar a dívida. Inclusive o trator eu dei para quitar dívidas (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

As escolhas dos itens que foram produzidos pelos assentados, de acordo com gráfico 18, 70% dos camponeses afirmaram que o interesse por realizar as atividades se dava conforme o resultado que elas traziam, de modo que sobre aqueles itens com melhores retornos eles concentravam esforços neles. Somente depois foram observando a demanda pelo mercado.

Gráfico 12 - A escolha das produções: necessidade própria ou por demanda de mercado?



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Conforme demonstrado pelas entrevistas, o camponês não inicia sua produção sendo escravo do mercado. Ele parte de suas necessidades, do que consegue produzir naquele

momento. Como descrito pela entrevistada 11, a escolha por determinada produção inicia-se a partir “da necessidade e do conhecimento que a gente tem da produção”.

“Olhar para o mercado” seria ver os produtos que têm saída, com um preço com maior valor agregado, porém, os agricultores camponeses preferem não pautar sua produção somente nisso. Eles intercalam diversos produtos, levando variedades aos mercados locais. Mediante a citação do entrevistado 6, parece algo como uma aposta: por ser algo incerto, a preocupação não é somente de conseguir plantar, ou somente vender, mas por qual preço irá vender. Para o camponês essas flutuações de mercado têm um peso muito grande, pois para eles uma pequena mudança de preço pode ter impacto muito grande na sua vida, e a falta de apoio acaba desmotivando.

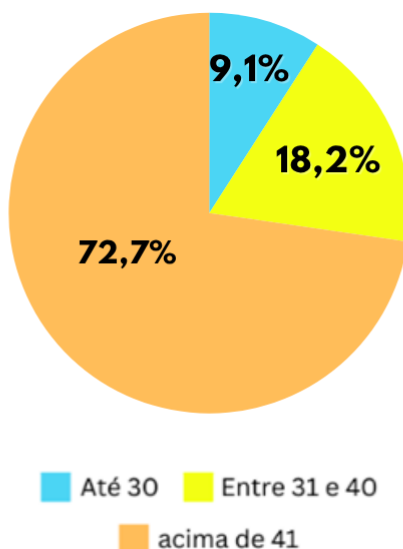
[...] eu fui plantando uma coisa, outra, eu fui plantando... Depois, eu fui começando a ver a necessidade do mercado [...] o que estava em alta no mercado para a gente poder plantar. É a pimenta, tinha época que a pimenta estava em alta; o milho verde, sempre aqui houve a falta, então eu apostava. A melancia tem época que ela tem que vir da Bahia, tem que vir de Goiás. Compram daqui, em época de safra. E assim, tipo, lá da Bahia, quando a melancia chegava aqui, tipo a 2,80, ela chegava aqui para eles, chega ou chegava, não sei quanto que tá hoje, quando vem comprar da gente, eles compravam de 80 centavos, 1,20. Tu tá entendendo a diferença de valores, de valorização daqui do Estado? O próprio Estado, ele diz assim: não! É muito, a comparação é muita diferença (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

Conclui-se que a produção no Assentamento possui uma diversidade de produtos destinados ao consumo e comercialização, voltados principalmente ao cultivo de frutíferas, raízes, tubérculos e hortaliças, que são vendidos por conta própria, nos municípios próximos. Tais produtos são cultivados sem o auxílio necessário para a sua produção e comercialização, conforme evidenciado pelas falas dos camponeses.

3.3 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS ASSENTADOS

Busca-se aqui apresentar as características sociais e econômicas dos assentados.

A idade entre os assentados entrevistados varia, porém, 72,7% possuem idade acima 41 anos, como demonstrado no gráfico 13.

Gráfico 13 - Faixa etária dos assentados

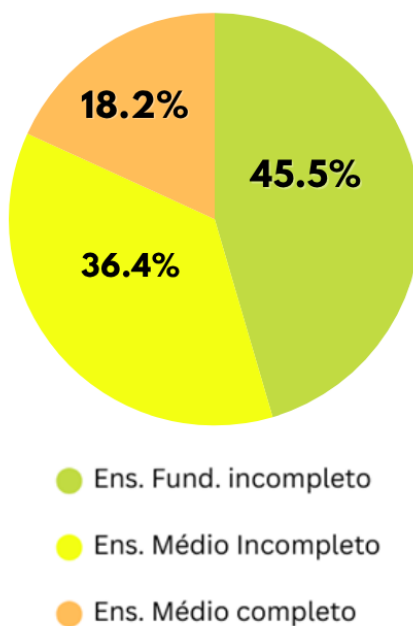
Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Além disso, 63,6% dos assentados entrevistados eram mulheres, enquanto os outros 36,3% compunha-se de homens. A elevada porcentagem de mulheres participantes da pesquisa relaciona-se com o fato de que durante as visitas, elas se encontravam mais frequentemente nas residências, desempenhando atividades domésticas e produtivas no lote, enquanto que muitos homens estavam ausentes, devido ao seu envolvimento em atividades externas, em busca de outras fontes de renda fora do Assentamento. Assim a disponibilidade de presença das mulheres contribuiu para sua maior participação nas entrevistas.

Dentre os entrevistados, 63,6% eram casados, e 36,3%, solteiros. Aqueles que são casados possuem de 3 a 4 filhos. Sobre a quantidade de pessoas que moram em cada lote, varia entre 3 e 5 pessoas por residência.

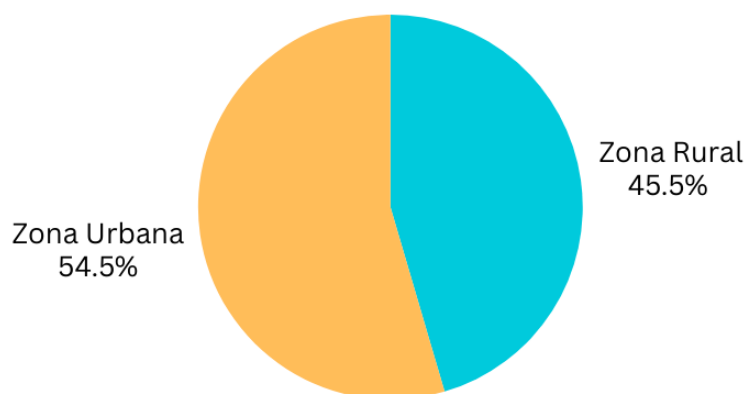
De acordo com a denominação utilizada pelos assentados, referente a sua profissão, 72,7% dos entrevistados se consideram agricultores(as) e outros 37,5% englobam pessoas aposentadas, servidores públicos e trabalhadoras domésticas.

O nível de escolaridade dos entrevistados, em sua maioria, é o Ensino Fundamental incompleto (45,5%), e apenas 18,2% concluíram o nível básico de seus estudos.

Gráfico 14 - Nível de escolaridade dos camponeses no Assentamento

Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Os assentados, antes de morarem em seus lotes no Assentamento, vieram de localidades diferentes, como demonstrado no gráfico 15. Quando perguntados sobre qual local moravam antes de irem para o Assentamento, o resultado se dividiu entre aquelas pessoas que já moravam na zona rural como agregadas em outras localidades (45,5%) e as que vieram da zona urbana (54,5%), da capital acreana, Rio Branco.

Gráfico 15 – Locais em que moravam os assentados antes de se mudarem para o Assentamento

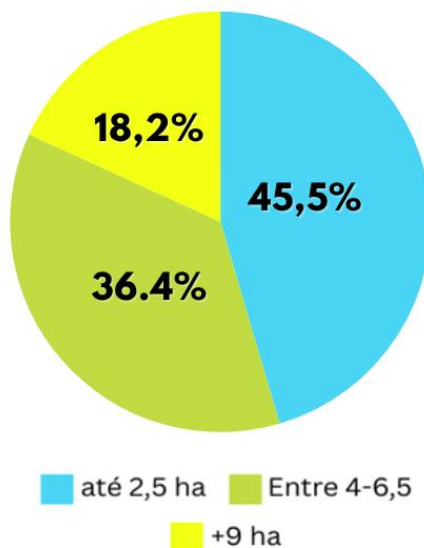
Fonte: Trabalho de campo, 2024.

De acordo com os assentados, muitos dos que vieram da zona urbana estavam em áreas alagadiças em Rio Branco, como a Baixada do Habitasa, Bairro 6 de Agosto e Santa Inês; veio famílias também do bairro Floresta. Já os que procedem da área rural vieram dos municípios de Plácido de Castro, Sena Madureira, e do antigo Baixa Verde, no Ramal da Lua, onde muitos dos assentados moravam como agregados. Nessas localidades, 36,3% dos entrevistados afirmou ter trabalhado como caseiro, agricultores em terras de outras pessoas, em lanches, empresa de ônibus, domésticos e autônomos.

Dentre os assentados entrevistados, 90,9% afirmaram terem sido beneficiados pelo processo de seleção do edital do Incra, ou seja, passaram pelo processo oficial de distribuição de terras disponíveis, sendo medidos por critérios de avaliação, como o perfil socioeconômico e experiência em atividades rurais etc., enquanto 9,1% adquiriram seus lotes a partir da compra de áreas dos assentados anteriores. Um mecanismo que, embora seja comum entre os assentados, acaba revelando uma flexibilização das regras pelo Incra. Esse dado informa a existência do acesso formal e informal à terra no Assentamento. Apesar disso, observações em campo concluem que não há uma concentração de terras, mas uma multiplicação pela forma fragmentada em que os lotes eram repassados.

Referente às dimensões dos lotes no Assentamento, a maioria dos assentados possui em média, de 2,5 a 6 hectares. O tamanho padrão das propriedades era de 14 hectares, segundo alguns entrevistados, porém, durante o processo de repartição dos lotes, muitos ficaram quebrados (fragmentados), por não estarem dispostos de forma contínua na terra delimitada para um mesmo assentado, assim, fica um pedaço com 2 hectares em um ponto, e o resto da terra localizado em outro ponto. Essa condição prejudica, porque além de estarem fragmentadas, muitas áreas ficam bem distantes uma da outra. Apesar das queixas de perda de área com a delimitação do Incra, referente ao tamanho de suas propriedades, os entrevistados não possuem um padrão em suas repostas. Conforme o gráfico 10, 45,5% dos entrevistados possui até 2,5 ha, e 36,4% tem de 4 a 6,5 ha.

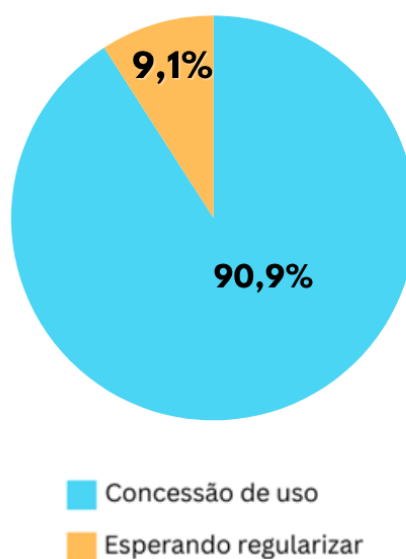
Gráfico 16 - Delimitação do tamanho das propriedades dos camponeses no Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Em sua maioria (90%), os assentados entrevistados possuem lotes regularizados mediante o documento de Concessão de Uso da terra (gráfico 17).

Gráfico 17 - Situação da documentação das propriedades dos assentados entrevistados no PA Nova Baixa Verde



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Muitas propriedades não possuem uma área contínua em um determinado local, e pela distância de uma para outra ser grande, com base nas informações prestadas ao trabalho de campo, isso pode ter condicionado a fragmentação dos lotes dos assentados.

Na temática da composição da renda dos assentados, há uma variedade nas atividades, além de receberem benefícios do governo como Bolsa Família (54,5% recebem), e o benefício da aposentadoria (63,6% dos entrevistados ou alguém do seu grupo familiar recebe). Segundo os assentados a renda do Bolsa Família e aposentadoria são importantes e válidas, e fazem parte do direito dos camponeses. A exemplo, cita-se o caso do entrevistado 6, que conseguiu se aposentar recentemente (2024), depois de anos trabalhando na agricultura, e devido ao trabalho árduo, sua saúde foi comprometida; mesmo não podendo trabalhar ativamente na agricultura, tenta passar para os demais assentados o conhecimento que adquiriu no decorrer de sua trajetória.

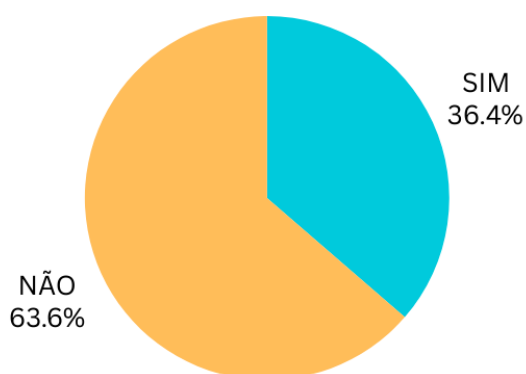
[...] atualmente, para falar a verdade, eu estou parado na agricultura porque estou cuidando do tratamento de saúde; estou sendo beneficiário do INSS, no caso. Mas continuo na área rural, no meio da agricultura; não estou plantando, não estou produzindo, mas continuo, tipo, eu virei uma espécie de agrônomo. Não estou plantando, mas estou ensinando as pessoas, por telefone. As pessoas vêm aqui, gente de fora também, vem gente de longe, de Sena, Transacreana, Acrelândia, Capixaba, e com isso, eu continuo interagindo na agricultura. Antes de parar, eu plantava melancia, plantava milho, para vender milho verde, plantava milho para vender em grão, macaxeira, banana, jerimum, pepino, maxixe, limão né, ainda cultivo um pouco de limão ainda. [...] trabalhava com consorciando [...] consorciar é, vamos supor, eu faço um plantio de banana, enquanto ele não começa a produzir, dentro do meio dele eu cultivo várias espécies de plantio perene, que é rápido, né? Seja o milho, seja a melancia, seja o pepino, o jerimum, tá entendendo? Se chama consorciar. Aí quando ela começa a produzir que já vai abafar, fica só a banana. Então, no caso, até ela chegar a época de eu produzir, de ela me dar retorno, eu estou ali cultivando outros tipos de lavoura. Isso era de onde eu tirava a minha renda principal (Entrevista 6, 25 ago. 2024).

A composição da renda dos camponeses, oriunda das atividades realizadas nos lotes, varia, e tem diversas finalidades. 45,4% dos entrevistados realizam atividade em seus lotes, e em outros lotes arrendam a terra. Os demais, 54,5% dos camponeses, informaram utilizar a remuneração pelo trabalho em seu lote e pelo trabalho urbano para compor a renda, além das outras atividades mencionadas. Muitos assentados arrendam as terras dos demais para conseguir produzir mais, devido ao tamanho dos seus lotes, trabalhando também por empreitadas ou diárias para ajudar a colher ou plantar nos demais lotes.

Muitos dentre os assentados, mesmo com as dificuldades, no decorrer do ano conseguem empregar, através de trabalhos temporários, outros assentados, com pagamentos por meio de diárias. Dentre os entrevistados, 54,5% afirmaram que empregam trabalhadores

temporários no decorrer do ano, enquanto os 45,4% não possuem trabalhadores temporários, apenas afirmam utilizar o trabalho próprio e dos membros familiares, como cônjuge e filhos nas atividades de lavouras. Para a complementação da renda, apenas 36,4% dos assentados responderam que, além do membro familiar responsável, outros familiares trabalham fora, ajudando a compor a renda (Gráfico 18).

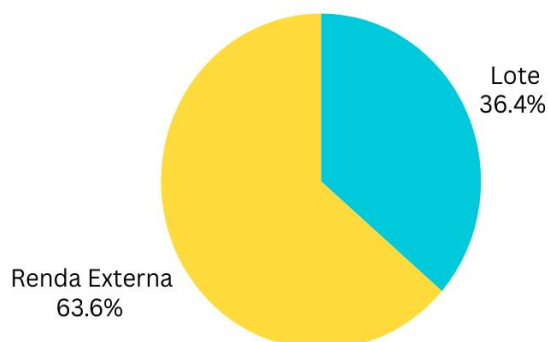
Gráfico 18 - Há membros familiares que trabalham fora do Assentamento?



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Dos 36,4% que responderam possuir membros familiares trabalhando fora do lote, informaram que se trata de atividades como pedreiro, trabalhadores domésticos, vendedores autônomos, em áreas próximas como no Caquetá, em Rio Branco e no Quinari (Senador Guiomard).

Já quando questionados se o sustento familiar vem de atividades dos lotes e/ou de renda externa, 63,6% afirmaram que sua renda provém de renda externa, principalmente da aposentadoria, arrendamento e o trabalho urbano (gráfico 19).

Gráfico 19 - Renda familiar: produção no lote *versus* renda externa

Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Quanto à renda familiar, foi ponto delicado a ser abordado por muitos assentados, pois alguns não possuem renda fixa. Conforme a pesquisa, 18,1% ganha até um salário mínimo, 54,5% ganha de 2 a 3 salários mínimos, 9% recebem de 3 a 6 salários mínimos, e 18,1% recebem mais de 10 salários. A resistência em pontuar uma renda, decorre principalmente, do que foi descrito, pelo entrevistado 6 (25 ago. 2024):

Pergunta difícil de responder, porque a agricultura tem seus altos e baixos, tipo assim, se você acertou na agricultura. [...] Igual tem um homem acolá que ele quer vir aqui pra fazer um orçamento pra fazer um plantio de melancia. Um outro rapaz disse a ele que também mexe com melancia, [...] gradeou a terra dele e disse: “ah, tua terra aqui é muito boa para melancia” – falou para o dono da propriedade. Aí disse: “ah, aqui o senhor vai investir uns 20 mil, 25 mil, e o senhor vai ter um retorno de uns 80 mil” – falou para o homem. Aí eu falei: poxa, se fosse fácil assim eu estava rico; todo mundo estava plantando melancia, se a coisa fosse tão fácil né, mas não é assim. Eu estava explicando para ele, que o agro, a agricultura [...] se acertei numa produção, num plantio, me leva lá em cima. Se eu errar no outro plantio lá embaixo, me leva lá para baixo. Então, não tem uma garantia segura da minha renda mensal, assim, esse mês eu tiro 10 salários mínimos, no outro mês eu posso tirar zero, por causa da oscilação, mas apesar disso, a agricultura pra mim é positiva.

Quando questionados sobre se caracterizam suas rendas como suficiente para ter uma boa qualidade de vida, apenas 27,2% respondeu que sim, outros 72,7% afirma que não caracterizam como uma boa renda.

É isso aí que eu estava falando. Por que melhorou? Mesmo sendo difícil, a mão de obra sendo difícil, trabalhar com pessoas, na agricultura... mas, tipo assim, eu não me conformei com isso que eu acabei de falar, com pequenas rendas do governo, pequenas rendas que são a Bolsa Família. É... o auxílio doença, tu tá entendendo? Eu não me conformei com isso, e com essas pequenas rendas fui investindo na agricultura, passo a passo comecei com dois sacos de adubo, comecei plantando mil pés de melancia, depois cheguei a plantar por ano, em torno de 60 a 80 mil pés de melancia, entre 2020-2021. Em dois anos consecutivos, batemos recordes de produção de melancia no estado do Acre [não sozinho]. Então, com isso, foi aonde chegou hoje, d’eu dizer que a nossa situação econômica se estabilizou um pouco, em termos disso,

né, que fomos evoluindo aos pouquinhos na agricultura. É tudo, graças a Deus, na agricultura, a gente hoje (entrevistado 6, 25 ago. 2024).

Segundo a avaliação econômica dos camponeses nos últimos anos, de acordo com 36,3% dos assentados houve uma melhora econômica, enquanto 27,2% não soube dizer; 27,2% afirmou permanecer igual, e 9% declarou que ocorreu uma piora. Quando questionados sobre as causas dessa avaliação, aos que justificaram, mencionaram a mudança de governo: “Com o Bolsonaro as coisas giravam melhor, ai Lula entrou parece que parou” (Entrevistado 2, 25 ago. 2024).

[...] foi uma mudança de governo, tipo assim, eu plantei, quando eu fiz a plantação, o preço da saca de milho estava lá em cima para eu comprar a semente. O adubo estava quase R\$ 400. [...] Cheguei a comprar adubo a R\$ 400. Os herbicidas, os fungicidas, inseticidas, tudo estava alto. Aí quando mudou de governo, foi uma coisa tão louca assim que... A primeira coisa que o governo fez foi quebrar o agro. O governo, o primeiro ano dele, pegou o agro assim, quebrou mesmo assim que ficou, muita gente até parou de plantar, pelo menos eu mesmo não plantei mais, não plantei mais (Entrevista 6, 25 ago. 2024).

Já outros mencionaram que a melhora veio do trabalho realizado fora do lote, que a partir disso conseguiu melhorar a renda, “atualmente meu esposo presta serviço no Quinari, mas de forma esporádica, não é emprego fixo, meu filho mais velho trabalha colhendo melancia, plantando, regando em outros lotes” (Entrevista 3, 25 ago. 2024), e outros destacam a melhora do programa do governo:

Porque programas do governo hoje são mais ativos; até os preços dos produtos são muito bons. Eles garantem a qualidade de nossas vidas, na compra do produto; é uma compra boa; é diferente de eu produzir, ir lá para o mercado e passar o dia todinho atrás de vender meu produto; eu trabalho e já vou produzir sabendo o que eu estou vendendo, 10 toneladas para o programa; [...] eu planto minhas abóboras, milho, banana sabendo que vou vender para o governo. Então melhorou muito, é uma garantia, é programa muito bom, tanto PNAE como PAA, do município, do Estado e da Conab, eles dão essa garantia de vida. Por isso que a gente tem sempre o discurso, para secretarias, superintende, autoridades, com as quais a gente tem oportunidade de falar, que esses programas têm que ser implementado, porque ele dá qualidade de vida ao homem do campo, agricultura familiar, o sustento e a permanência da vida na zona rural; ele dá estímulo, que o produtor possa permanecer e criar sua família toda alí ao seu redor, e consequentemente, os filhos também tendem querer estar lá, pela boa vida que gente tem, com a garantia da produção e comercialização (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

E há aqueles que pontuam a estabilidade do mercado: “o mercado está meio parado, o preço da lavoura varia muito, tem época que sobe, tem época que abaixa. Um dia desses a macaxeira estava acima de 100, agora está 65 reais a saca, a tabela varia muito” (entrevistado 9, 25 ago. 2024).

Conclui-se a partir dos dados obtidos com os assentados, que existe uma certa dependência de renda externa, indicando que apenas a renda proveniente das atividades produtivas nos lotes não é suficiente para o sustento familiar, evidenciando assim uma fragilidade econômica. Isso corrobora com a acepção de que o Projeto de Assentamento vem se distanciando do cumprimento do seu papel de garantir reprodução social às famílias assentadas, o que está, por sua vez, associado a uma incipiente atuação das políticas públicas, à qualidade da terra e à ausência de assistência técnica, como será demonstrado no decorrer do texto. A respeito do tamanho da propriedade, Oliveira (2007) acrescenta que a produção da pequena propriedade obtém em média, uma renda pequena, diferentemente das propriedades maiores. Ele destaca a necessidade de maior redistribuição da terra, pois o acesso esse bem significaria a possibilidade de obtenção de melhor renda geral.

No que tange ao fato da renda ser majoritariamente externa, e o trabalho realizado tomar diferentes formas de ocupação, conforme destacado por Ploeg (2009), apesar das adversidades, os camponeses não desativam suas unidades de produção, pois costumam resistir de modos distintos, embora mutuamente interrelacionados: eles tentam, quando possível, aumentar sua produção; procuram reduzir custo monetários enraizando-se no processo de produção no capital ecológico disponível; tentam e se engajam, onde for possível, em lutas, arranjos institucionais e na construção de redes que lhes proporcionem melhores preços, maior segurança e melhor acesso aos recursos escassos; e procuram sempre que necessário, um cinto de segurança que lhes permita continuar produzindo, mesmo sob condições de extrema dificuldade. Desse modo, as diferentes fontes de renda seriam representadas pela pluriatividade. A pluriatividade refere-se ao fenômeno que pressupõe uma ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Ela surge, segundo Schneider (2005), a partir de uma estratégia social e produtiva adotada pelo seio familiar e seus membros, ou seja, como estratégia de reprodução. As diferentes buscas por ocupações representariam uma tentativa de resistência para conseguir condições de permanecer na terra, reagindo às agruras da realidade vivenciada.

3.4 APOIO À PRODUÇÃO

Nesta parte do trabalho, busca-se evidenciar se os camponeses tiveram apoio na sua produção e, se tiveram, como foi esse apoio. Isso é relevante porque evidencia se os entes governamentais estão dando o apoio necessário para o fortalecimento da produção camponesa. E se as políticas públicas têm chegado a quem deve chegar.

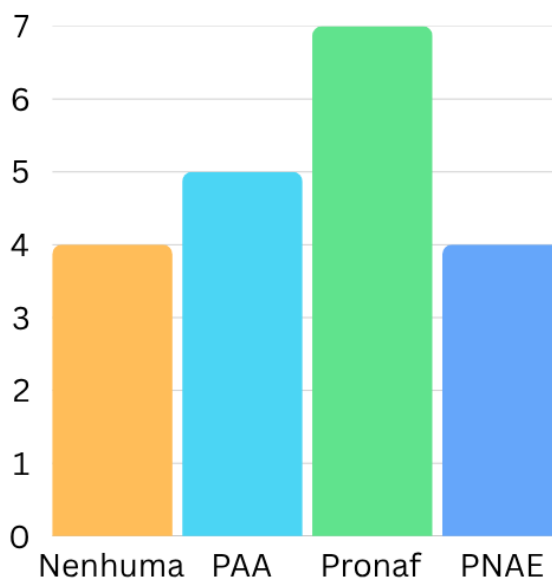
O gráfico 21 foi formulado a partir do quantitativo de vezes que a política pública foi mencionada, já o gráfico 20 é baseado no questionamento se os assentados já tiveram acesso a essas políticas, pois atualmente, apenas 3 dos entrevistados têm acesso à política pública do Programa de Aquisição de Alimentos, os demais não têm mais acesso.

Gráfico 20 - Acesso pelos assentados às políticas públicas



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Gráfico 21 - Frequência das citações das políticas que foram mais acessadas pelos entrevistados



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

No gráfico 20 destaca-se quem obteve ou não acesso às políticas públicas, sendo que 36,4% dos entrevistados não teve acesso, e os 63,6% tiveram acesso às políticas públicas, inclusive a mais de uma dessas políticas, no decorrer dos anos, ou seja, tiveram acesso ao Pronaf, e depois de um de tempo ao PAA etc. Ao avaliarem o acesso a essas políticas, os camponeses deixaram claro que é difícil o acesso, mas que são políticas muito boas.

O gráfico 21 apresenta o número de assentados entrevistados que relataram acesso a diferentes políticas públicas. Dos 11 entrevistados, 4 afirmaram não ter acessado nenhuma política. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi citado por 5 assentados, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por 4 entrevistados. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi o mais citado, com 7 entrevistados relatando acesso.

Dentre as linhas de crédito do Pronaf, foi citada a linha A, destinada aos agricultores assentados na reforma agrária, com taxa de juros baixa (0,05% ao ano), com prazo longo de pagamento (até 10 anos), e desconto como bônus por adimplência. Os valores acessados do Pronaf pelos assentados variam de 19 a 29 mil reais. São valores determinados pelo tamanho do lote e o projeto apresentado. Esses projetos podem envolver atividades agrícolas específicas,

como o cultivo de mandioca ou milho, investimentos em infraestrutura, como a construção de cercas, ou ainda a criação de animais, como gado bovino. Essa linha foi utilizada por eles apenas uma vez, logo quando foram assentados, e os valores não são considerados bons. “O Pronaf foi o primeiro que deram e único, depois não teve mais nada, para pegar dinheiro no banco precisa garantia, e aqui não tem, terra não tem documento não tem nada, [...] deu nem para comprar uma égua” (Entrevistado 2, 27 jun. 2024). A entrevistada 8 considerou de maneira diferente: “[...] A quantia retirada não foi boa” (Entrevistada 8, 25 ago. 2024).

Quando questionados se tiveram acesso a algum financiamento ou custeio recentemente, no ano 2022/ 2023, 90,90% dos assentados responderam que não. E declararam ser “difícil o acesso pela quantidade de terra pequena” (Entrevistada 4, 25 ago. 2024), e “o valor muito baixo, não dá para fazer muita coisa” (Entrevistado 7, 25 ago. 2024).

A política do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também foi acessada pelos camponeses. Ela foi criada em 2003 pelo governo federal, como parte do Programa Fome Zero, a partir de amplas reivindicações de movimentos sociais de luta pela terra, que exigiam do Estado maior apoio à agricultura camponesa e ações efetivas contra a falta de alimentação de parte da população. Com essa política se poderia comprar de forma direta da agricultura camponesa sem a necessidade de licitações, apenas através de convênios firmados via editais públicos entre o Estado e agricultores, podendo estes serem apresentados individualmente ou por meio de cooperativas e associações (Lopes; Almeida, 2012).

No estado do Acre, de acordo com os dados da Conab, constantes do Observatório da Agropecuária, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), durante anos, no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022, realizou a entrega de 11.112 alimentos, com o volume de 1.018.890 kg. Desse volume, os camponeses assentados do Estado foram responsáveis pela entrega de 435.470 kg, ou seja 42,74% do total. Porém, no período de janeiro de 2023 a fevereiro de 2025 ocorreu uma queda nos valores entregues via política pública, perfazendo um total de apenas 2.582 alimentos, com volume de 323.303 kg; desse valor, os camponeses assentados entregaram 44.051 kg, o que equivale a 13,63% do valor total entregue. O dado destaca a queda na participação dos assentados na política do PAA, com o passar dos anos. Entre as causas para isso pode-se citar a dificuldade de acesso.

No Assentamento, os camponeses evidenciaram suas opiniões quanto a esta política. Destacaram sua importância, de como é bom trabalhar com ela, mas também salientaram o seu difícil acesso. Dentre os entrevistados, apenas 18,1% estão ativos na entrega; eles participam da cooperativa criada no Assentamento. Assim expressam suas opiniões: “É

uma boa política, eu gosto de trabalhar assim, porque eu já planto o produto sabendo que vou conseguir vender, é uma garantia. Estamos trabalhando assim desde que chegamos” (Entrevistada 8, 25 ago. 2024). A entrevistada 11, ainda destaca a demora do pagamento da política:

Esses programas eles são bons, o que dificulta são os governos de Estado para pagar, porque nem sempre pagam em dia; sempre tem muita polêmica para receber, eles atrasam, aí temos que recorrer a político, tem que recorrer a reuniões com secretário, agendamento, aí mastigado 3 a 5 meses para poder receber. Mas é um programa bom, sempre a gente recebe (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Outro camponês (entrevistado 9) destacou que já chegou a entregar para o PAA, mas evidenciou que apesar de ser bom, à época de sua participação, o valor limite anual da produção entregue pelo agricultor era baixo, portanto, essa era uma das dificuldades, mesmo em se conseguindo participar da política pública. Esse entrevistado relata ter havido uma mudança a partir de 2024, com alterações realizadas no Plano Safra da Agricultura Familiar (2024/2025), que aumentou o limite de entrega de produção pelo camponês na modalidade Compra Simultânea e Compra Direta, de 15.000 para 30.000 por unidade familiar, por ano (Brasil, 2024).

Bom. Só que em algumas questões o crédito é limitado. [...] é porque tem a tabela fixa às vezes. Eu nunca mais entreguei não; quando eu entreguei, era pouco, mas agora está em média 15.000 reais por programa. Varia pela cooperativa que trabalha. Por exemplo, se eles tiverem 10 sócios ou 20, eles entregam, aí a cooperativa faz o pagamento [...] tem toda uma burocracia (Entrevista 9, 25 ago. 2024).

Os entrevistados também demonstraram ter tido acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 2009, pela Lei Federal nº 11.947, que também é política que fornece apoio à produção e comercialização camponesa, como forma complementar ao PAA, que obriga o uso de no mínimo 30% dos recursos serem destinados à merenda escolar, com a aquisição de alimentos fornecidos pela agricultura camponesa.

O entrevistado 6 (25 ago. 2024) destacou a dificuldade de acesso à política pública, informando que só obteve acesso em 2023, desde sua chegada no Assentamento, em 2009.

As políticas públicas são aquilo que eu acabei de falar lá atrás, sobre a concorrência; queria eu ter acessado mais vezes, queria eu ter, mas [...] eu nunca consegui acessar, [...] essas políticas públicas, tipo o PNAE, [...] esses negócios, eu vim acessar agora no último ano. Eu entrei aqui em 2009, e sempre me deixavam fora de tudo, [...] Deus que me ajudou mesmo, mas nunca tive acesso. Aí, quando eu fui acessar agora, nossa! [...] A política pública, acessar esses programas, os preços desses programas, dos alimentos que eles compram da gente é muito bem pago, entendeu? Tipo assim, melancia, chega [...] a seis reais um quilo de melancia; um quilo de pimenta chegar a vinte e pouco reais; um quilo de jerimum, que é a abóbora, o cabotiá, a paulistinha, chega a quatro reais; aí eu vim acessar isso já cansado. Já estava doente, então, assim, esses programas aí, são.... Muito bom! mas difícil dos pequenos produtores ter acesso.

E quando tem é dessa forma, entendeu? Um monte de burocracia; coloca você, para entregar uma alface em uma escola distante, para te cansar, mas mesmo assim, ainda dá resultado. **Porque o coitado do produtor é esse, ele gosta de sofrer mesmo** (Entrevistado 6, 25 ago. 2024, grifo nosso).

[...] O que eu estou dizendo é que o Estado investe, mas é um investimento meio que... [sinal com a mão referente a mais ou menos] tá entendendo? Mas assim, se o Estado fizesse isso de acreditar. Mas aí [...] o pequeno fica sempre só com a sobra. Tipo, nós vamos... Tipo, as cooperativas. Vamos falar das cooperativas. As cooperativas, lá no Caquetá tem, todo canto tem. Aí, vamos para a licitação. [...] Vamos com uma licitação do governo. Seja do Estado, Federal, Prefeitura e etc. Quem é que está lá para concorrer com as pequenas cooperativas? Cooperacre, Acreaves, [...] eles têm o poder de manipular; eles já têm já como é que faz todas as coisas, aí as pequenas cooperativas ficam com as sobras, ficam com os piores trabalhos; quando conseguem, elas ficam com o pior, tipo assim, tu ganha a licitação para tu entregar um quilo de macaxeira lá no colégio do Bujari, tu já pensou? Os grandes vão entregar no presídio caminhão de peixe, caminhão de carne, poupa de fruta, é totalmente diferente. Já para as pequenas cooperativas, sobram a sobra. Então, **você é discriminado**. Discriminado! Então, assim, nós, os pequenos produtores, são, como é que se fala assim, **nós somos sobreviventes por quê? pela raça mesmo, porque precisamos**, mas de dizer assim que, ah, o pequeno produtor, **o produtor rural tem prioridade nisso e nisso, é só conversa**, tá entendendo, **nós somos uma cobaia**, pra falar a verdade. O pequeno produtor, já falei para o governo, já falei para a secretária, eu até falei que não dou mais entrevistas pra eles, [...] ele só vivia fazendo matéria comigo. Entrevista, filmagem com drones e tudo [...] vinha gente de São Paulo, fazendo reportagem mesmo, daquelas câmeras de botar aqui, das câmeras, eles botavam parecia que ia fazer uma série. Aí, o que eu ganhava com isso? Nada, eu falei para o governo, eu não ganhei nada com isso. Quantos milhões vocês ganharam com as minhas matérias? Depois vocês vieram aqui dizer [...] “parabéns, olha aquela matéria que nós fizemos com você, ganhei a política de novo porque investi na agricultura familiar”. Mas era só uma maquiagem; e eu peguei e falei: “eu não faço mais matéria com vocês porque vocês estão lá na frente e eu estou aqui atrás” (Entrevistado 6, 25 ago. 2024, grifo nosso).

Uma das dificuldades apresentada pelos camponeses, principalmente evidenciada nas falas do entrevistado 6, é quanto à acessibilidade à política pública, segundo ele, prejudicada pela burocracia e concorrência. As políticas públicas, como o PAA e PNAE, são realizadas através de um edital de chamada pública para compra de alimentos; não é uma licitação tradicional, já que é voltada para o agricultor, porém, também possui competitividade. Em uma chamada pública vários agricultores podem ser beneficiados, no entanto, vai ser exigida uma proposta detalhada dos produtos, quantidades, cronograma de entrega, para saber se aquele agricultor irá atender à demanda posta, podendo eles se escreverem de forma individual ou coletiva.

Dessa forma, muitas questões entram nessa realidade, como a falta de conhecimento dos editais que estão abertos, do que é necessário fazer na entrega da documentação, ou na realização de uma proposta que atenta à demanda. A concorrência acaba sendo desigual, principalmente por ser mais acessível àqueles que possuem recursos e conhecimento sobre isso. Assim, a burocracia citada pelos camponeses, segundo Ribeiro e Pereira (2020), dá um tom de

distanciamento entre as instâncias envolvidas no processo. Segundo os autores Ribeiro e Pereira (2020), o baixo uso dos recursos pelos camponeses deve-se à incoerência de como é aplicada a política pública, pois a política é aplicada em sujeitos normatizados, enquanto o sujeito real tem peculiaridades que não são consideradas pelos seus idealizadores, visto que os sujeitos nem sempre dispõem de todos os meios/materiais para executar os projetos, que teoricamente, teriam sido criados para servi-los.

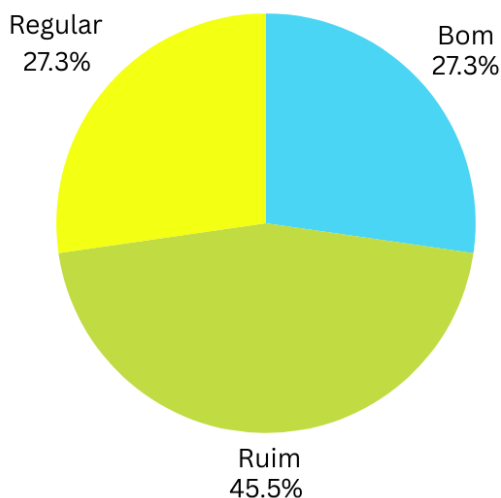
Apesar disso, essas políticas são vistas pelos assentados como algo muito bom, que valorizam o preço dos seus produtos e promovem garantia à sua comercialização. Segundo Lopes e Almeida (2012), uns dos aspectos que tem maior resultado nas políticas é a vantagem oferecida pelo Estado, que o mercado por si só, não oferece, principalmente em relação à comercialização. Para Arlindo e Almeida (2018), a venda da produção camponesa viabilizadas pelas políticas públicas como PAA, favorece a diminuição da renda da terra ao capital. Essa flexibilidade é entendida como uma prática de resistência, por isso, as políticas como PAA e PNAE são tão atacadas (conforme retratado no capítulo 1), justamente pela possibilidade de resistência que é organizada pelos camponeses.

Mas, como bem destacado pelo entrevistado 6, os camponeses não são vistos como prioridade, e por isso a dificuldade para o seu fortalecimento, já que é uma luta constante, “na raça” (como o assentado enfatizou em seu relato) e pela extrema necessidade, tendo em vista os entraves enfrentados por eles.

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) seria uma política que poderia atuar auxiliando nas questões citadas anteriormente. Ela forneceria auxílio também na fase de produção e conhecimento técnico necessário. Porém, também é algo que demonstra certa lacuna em sua atuação no Assentamento.

Relativo ao aspecto da assistência técnica (gráfico 22), 36,3% dos assentados afirmaram ter recebido esse atendimento, e 63,6% afirmaram que não receberam. A avaliação fornecida pelos camponeses foi diversificada, 27,3% caracterizou a prestação do serviço da Ater como bom, e 45,5% como ruim; aqueles que classificaram como regular (27,3%) informaram não querer, com essa avaliação negativa desmerecer a assistência prestada pelo Incra.

Gráfico 22 - Avaliação do serviço prestado pela Ater no Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Ao visualizar o gráfico 22 é possível perceber avaliações diferenciadas sobre a assistência técnica, mas vale salientar que essas afirmações (de bom e regular) foram baseadas nas condições desse serviço nos primeiros períodos (2010) em que os camponeses foram inseridos em seus lotes. Segundo os entrevistados, a assistência ocorria trimestralmente, e até chegaram acompanhar alguns assentados, porém, atualmente (2024, ano da pesquisa de campo) ela é quase inexistente. Eis as avaliações de como era assistência técnica:

No começo tinha a assistência técnica; no início, o técnico se fazia presente, indo olhar as produções, como ocorria o andamento das coisas; quando tinha problema na verdura, eles faziam presente, auxiliando, no início, porém, depois, eles pararam (Entrevistada 1, 27 jun. 2024).

Técnico tinha, só não tinha sabedoria, não tinham conhecimento de nada. [...] No começo, eles passam às vezes de casa em casa, mas não entendiam de nada não. Por exemplo, quando estávamos com problema na lavoura, chamávamos eles aqui, mas eles não conseguiam dizer qual é o problema. Eles vinham no começo, depois de uns dois, três anos, eles sumiram (Entrevistado 9, 25 ago. 2024).

Era bom, eles acompanhavam, porém, foi bem no começo, bem no comecinho mesmo (Entrevistada 3, 25 ago. 2024).

Eles vinham ensinavam a plantar alguma coisa, tipo o maracujá (Entrevistada 4, 25 ago. 2024).

Muito pouca. A assistência dentro do Baixa Verde em geral é mínima [...]. A assistência técnica que eu tive deles foi zero; eles quem tiveram informações através de mim. Vieram aqui, secretário, vice-secretário, engenheiro agrônomo, muitos outros agrônomos pequenos, me entrevistaram, sondando como que foi, como eu aprendi, com quem eu aprendi. Eu disse cara, foi no dia-dia, e eu consegui adquirir algumas experiências e tem hora que dá certo (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

Foi boa. Essa assistência foi prestada no início, eles vinham aqui, olhavam as coisas, diziam o que era para fazer. Mas eles nunca mais vieram não (Entrevistada 8, 25 ago. 2024).

Eles vieram aqui, fizeram exame de solo, olharam as plantações; tinha bananal, eles olharam. Vieram depois, aí disseram para fazer exame mais aprofundado; tinha que pagar técnico particular da Embrapa, para podemos ter acesso a um tipo de adubo, porque o solo precisava de corrigir [...]; eles vieram no início, e assim... eles até têm boa vontade de fazer, mas as pernas deles é só até aqui, eles não têm calcário, eles não têm o adubo, então eles vêm, dão diagnóstico, e fica no diagnóstico (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Nesse sentido, concorda-se com Altafin e Rocha (2005), quando afirmam que sem o componente educacional e a orientação técnica, com caráter motivacional, realizado pelos serviços da Ater, necessariamente públicos, podendo ser governamentais ou não, é possível afirmar que se inviabiliza o esforço da promoção da agricultura familiar. Ainda segundo os autores, para que haja essa valorização se requer um ordenamento, a começar pela ruptura com modelos determinados, que implantam normas padronizadas para todos, pois é necessário a construção de mecanismos e processos específicos coerentes com as diferentes realidades, e talvez pela falta disso, a ação da Ater ainda não resultou em uma mudança significativa no campo.

As atuações estadual e municipal também são importantes na promoção de ações que venham fortalecer a agricultura camponesa. No Assentamento, ao serem perguntados sobre o recebimento de alguma ajuda, como equipamentos, utensílios, sementes, adubos, ou algo semelhante, 54,5% responderam que houve, e 63,6% disseram que não. Com referência à ajuda que receberam citaram a disponibilização de lona, caixa de plástico, utilizados para a produção de hortaliças. Quando questionados se tiveram conhecimento de alguma política pública criada pela prefeitura ou governo estadual, 81,8% disseram que não teve conhecimento ou acesso a nenhuma, e 18,1% disseram ter acesso a uma política de maquinário e calcário: “Trator para aradar, porém, tem que ter diesel e esperar na lista” (Entrevistada 5, 25 ago. 2024): “Rapaz, para não dizer que nunca, agora nessa gestão do Bocalom, ele fez um programa, na base de uma tonelada de calcário por hectare e se não me engano, foram 12 sacas de adubo que chegamos a ter acesso, pelo menos ao adubo, o calcário não pegamos ainda (Entrevistado 6, 25 ago. 2024); “A de Rio Branco está fornecendo calcário e fertilizantes. Eu consegui ter acesso ao calcário, o rapaz que mecaniza pega o número do lote, o nome da pessoa e manda para a Secretaria, lá eles aprovam” (Entrevistado 9, 25 ago. 2024). O acesso a recursos de Rio Branco ainda se permite pela divisão municipal, em que metade do Assentamento (lado esquerdo) pertence a Rio Branco e a outra metade do lado direito, a Senador Guiomard.

Quanto à disponibilidade de algum curso para a formação por meio da prefeitura, governo estadual ou Incra, de acordo com 54,5%, sim, e 63,6% disseram que não. Aqueles que tiveram a disponibilidade de curso, informaram que esses foram ofertados pelo Incra logo quando foram assentados: “Apenas no começo, quando vim morar aqui, teve o do peixe e de fazer sandália e bordar, fornecido pelo Incra” (Entrevistada 3, 25 ago. 2024). Segundo a entrevistada 1, os cursos eram oferecidos por meio de reuniões na casa dos assentados; eles passavam uns dias ensinando e depois iam embora: “No começo pelo Incra, tínhamos reuniões em minha casa. Eles vinham passavam alguns dias ensinando, depois iam embora; ensinavam as mulheres fazerem sabão, amaciante, detergente, projeto de criação de pinto (avicultura), galinha” (Entrevistada 1, 27 jun. 2024).

Os camponeses também tiveram acesso ao crédito-instalação, logo quando foram assentados, dentre eles destaca-se o crédito habitacional, uma vez que todos assentados que foram inseridos pelo Incra receberam a casa pronta; além desse, 27,2% tiveram acesso ao fomento mulher, 90% tiveram acesso ao apoio inicial, 72,7% tiveram acesso ao fomento.

Portanto, é possível observar que famílias camponesas assentadas no estado do Acre, no Assentamento Nova Baixa Verde, no primeiro momento, tiveram apoios do Incra, por meio do governo federal, com acesso a políticas públicas, como os créditos de instalação aos camponeses, além de cursos fornecidos pelo Incra, porém, essa atuação, no decorrer do tempo, deixou a desejar, principalmente pela falta de assistência técnica para o acompanhar o trabalho dos assentados. O acesso às políticas públicas como PNAE, PAA e Pronaf, foi difícil, mesmo sendo muito desejada e elogiada como sendo uma política eficaz. Com referência à participação do governo estadual e municipal, principalmente a do governo estadual deixa muita a desejar, já que não foi destacada nenhuma ação por essa esfera, e a municipal destacaram pequenas ações que foram efetivadas em 2024.

De maneira geral, os camponeses acabam não sendo amparados como deveriam ser pelos entes governamentais, pela falta da sua efetiva atuação, demonstrando a dificuldade que é para o camponês ter acesso a recursos básicos.

3.5 DIFICULDADES PARA PRODUZIR NOS LOTES

Busca-se aqui apresentar as principais dificuldades dos camponeses para realizarem a produção em seus lotes.

Os percalços na hora que o camponês precisa produzir estão principalmente ligados ao processo de produção. Quando questionados sobre qual seria o momento mais difícil, se era produzir ou vender o que se produz, 70% dos assentados indicaram que produzir é mais difícil, só 30% indicou a venda como sendo difícil. Isso se deve principalmente às condições do solo, pois já estava muito degradado; também foi citado o alto custo para se ter acesso aos maquinários, insumos, inseticidas. Entre as principais queixas está a falta de acesso ao maquinário: “Dificuldade, é ajuda, das prefeituras mandar mecanização, trator” (Entrevistada 3, 25 ago. 2024); “[...] de conseguir produto para produzir, como fertilizantes, sementes, mil sementes são mais de 2.000 reais, custo é muito alto” (Entrevistada 4, 25 ago. 2024); “A questão do maquinário, para limpar. Por conta do alto custo” (Entrevistado 8, 25 ago. 2024), “[...] a questão do maquinário, assistência técnica e o custo do insumo. No momento a prioridade é a mecanização” (Entrevistado 9, 25 ago. 2024).

De imediato, a prioridade seria o apoio na área agrícola na parte da mecanização, apoio técnico, e a outra parte que tinha que ter um cuidado bacana é na área de comercialização: não adianta plantar, colher bem, fazer tudo certo e na hora de vender, não conseguir (Entrevistado 5, 25 ago. 2024).

A dificuldade que a gente tem é a questão de a terra não ser produtiva. A terra não é produtiva. E não tem apoio de nada para poder ter uma correção de solo, para ter um resultado. Aqui, a terra foi usada muito veneno, uma terra cansada, nem goiaba aqui dá que preste. Para fazer a correção de solo às vezes, o gasto não corresponderá com ganho (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

A dificuldade maior que nós enfrentamos aqui foi em termos de implemento, né? Como nós moramos em uma área que é de mecanização, tudo que a gente vai fazer aqui é preciso de implemento agrícola. Isso aí é uma área que todo produtor aqui, todo assentado aqui, tem dificuldade para produzir. A primeira é esta, né? E a outra, para mim aqui, acho que aqui para os produtores, outra dificuldade está sendo a mão de obra. A outra dificuldade é na hora de vender. Temos que passar pela mão do atravessador e o nosso produto nunca é vendido pelo preço justo, mas aí, você é obrigado a vender pelo preço lá embaixo, só para você pagar, tipo a loja... pagar o investimento. [...] Eu vendi um plantio de melancia. O cara comprou o plantio. Ele pagou, se eu não me engano, foi 22 mil na roça de melancia. Aí, a minha esposa já foi no outro dia para se encontrar com ele lá na loja, para mim não receber dinheiro aqui dentro. Recebeu lá na loja, pagou a loja, o saldo foi tipo, menos de 600 reais. Do plantio todinho, ela pagou lá, já estava vencendo aquele custeio e não tivemos saldo. Ela não trouxe R\$ 600 para casa. Então quer dizer, se fosse vendido por um preço justo, quer dizer, eu tinha saldo, ainda tinha que no fim do ano acertar o arrendamento. E aí, muitas das vezes, cheguei a arrendar várias propriedades e, quando chega na hora da gente pagar o arrendamento, a pessoa não quer saber se a gente teve prejuízo, se deu certo, se não deu. Houve muito essas questões também. Mas a tua pergunta é essa, que a dificuldade que a gente encontra hoje aqui é na área de mecanização, apoio técnico, que não tem. É tanto que as pessoas me procuram muito aqui, que não tem o apoio técnico. Então as pessoas se socorrem com quem tá trabalhando naquela área, tá entendendo? Tipo, com quem tá mexendo com melancia, as pessoas se socorrem aos outros produtores (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

A falta de assistência técnica para acompanhar as necessidades dos camponeses, e o acesso ao mecanismo necessário para mexer com uma terra já cansada são os principais obstáculos citados para fortalecimento da agricultura camponesa no Assentamento.

Apesar de todas as dificuldades elencadas, 80% dos camponeses afirmou que nunca pensou em vender suas terras ou desistir da atividade agrícola. Apenas 30% afirmou que já pensou em desistir da produção na agricultura; dentre as razões mencionadas para essa posição, para além do que já foi apresentado, estão os problemas ligados à saúde: “Vender a terra não, mas parar de e produzir sim, principalmente pelas dificuldades da minha saúde. Devido problema de saúde tenho deixado de fazer até as coisas que já mexia” (Entrevistada 3, 25 ago. 2024).

A terra para os camponeses significa muito mais do que um lugar para se ganhar dinheiro, pois, seguindo essa lógica, se pensassem desse jeito, entre diversos desafios e custos, se desfazer da terra seria a primeira opção. Mas para muitos, seus lotes se tornaram lugar de morada, de dignidade, de possibilidade. Apesar de todas as dificuldades, o que os mantém ali é a coragem, como mencionado pelos entrevistados, além da oportunidade de ter uma terra “[...] toda a vida a gente sonhava com um pedaço de terra para gente trabalhar em cima dela, para mim e meu esposo e para minha família foi uma benção, até hoje. Na beira do asfalto, meu Deus! Continuo até hoje, e não tenho vontade de sair” (Entrevistada 1, 27 jun. 2024). A entrevistada 3 enfatiza: “O local mesmo, eu amo aqui, eu amo esse lugar, independente de eu ter que trabalhar para fora, não tirar sustento daqui, independente... só Deus me tira daqui” (Entrevistada 3, 25 ago. 2024); “É a minha subsistência eu não tenho do que viver” (Entrevistada 11, 25 ago. 2024). Assim declarou outro entrevistado:

Primeiro, eu morar na área rural, ter uma propriedade, ter a terra; vamos supor assim, em termos de fartura né, a gente ter a fartura de estar na terra; mesmo que você produza e não venda, você tem; aquilo que você produz é seu. Então, é mais proveitoso eu continuar na minha propriedade com toda dificuldade, do que dizer “ah, não dá certo, eu vou sair daqui”. Eu prefiro continuar (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

Sobre a disposição em permanecer no lote, questionados sobre terem vontade de ir embora do Assentamento, 81,8% afirmaram que não, e apenas 18,1% disseram que já pensaram em se mudar. Entre os lugares citados como possíveis destinos estão Sena Madureira e Porto Velho. Dentre os motivos para isso está a busca por apoio e por uma área de terra maior: “Porto velho, lá tem incentivo do governo, é melhor, melhor que no Acre; até para comprar peça é mais fácil; aqui, tem que pedir de lá [...]; as peças do maquinário aqui tem, mas é cara; uma peça que custa em Porto Velho, 60 reais, no Acre, paga 200 (Entrevistado 2, 27 jun. 2024);

“Pensei em ir embora para Sena Madureira, vender aqui, e comprar uma terra maior lá. Uma terra maior abrange uma maior quantidade de produtos (Entrevista 9, 25 ago. 2024).

Apesar das inúmeras dificuldades relativas à produção, conforme demonstrado nas falas dos assentados, o Assentamento continua sendo um espaço de recriação e resistência, sobre a qual enfatizam ser seu lar.

3.6 ORGANIZAÇÃO SOCIAL

A forma de organização dos camponeses é muito importante para o fortalecimento da comunidade, na busca por direitos e ações que venham a lhe beneficiar. Com intuito de saber a participação e o conhecimento que os camponeses têm sobre as ações coletivas que ocorrem no Assentamento, foram levantados alguns questionamentos sobre como os assentados veem a existência de associação ou cooperativa no Assentamento, se eles participam dessas organizações, se ocorreu alguma manifestação por direitos etc.

No Assentamento funcionam a cooperativa e a associação. A Cooperativa de Produtores Extrativistas de Agricultura Familiar da Nova Baixa Verde-Acreverde foi fundada em 11 de outubro de 2012, tendo como atividade principal viabilizar o cultivo de frutas e lavouras permanentes. A Acreverde foi uma das fundadoras da União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Estado Acre (Unicafes), composta pelas cooperativas: Acreverde, Coopermix, CoopQuixadá, Cooperviva, Cooperativa Amigos Solidários e Coopaf, que visam, através da união, fortalecer a agricultura familiar e a intercooperação na região amazônica (ac24horas, 2024). Além destas, os camponeses mencionaram a existência da Cooperativa de Agricultura Familiar e Economia Solidária do Vale do Baixo Acre (Coopafes), fundada em 2023, com atividades de viabilização do comércio de frutas, verduras, raízes e tubérculos, porém, Coopafes não se vincula diretamente ao Assentamento.

Já as associações, no trabalho em campo foi possível evidenciar conforme as falas dos camponeses que existiram mais de uma, porém, ativamente, conforme mencionado pelos camponeses, existe a Associação de Produtores e Produtoras Rurais do Ramal Quinoá (ou apenas Associação Quinoá), fundada em 27 de janeiro de 2021, que tem como atividade principal a viabilização da agricultura.

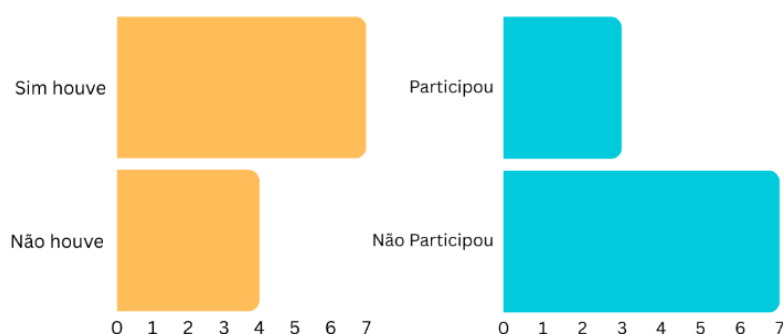
Em relação a saberem da existência de associação e de cooperativa, 90% dos assentados afirmou ter conhecimento, enquanto 10% afirmou não ter. Quando questionados se

participam ou participaram de alguma forma de organização coletiva como associações ou cooperativas, 63,6% responderam que sim, e 36,3% responderam que não; dentre os que participam, em sua maioria, integram uma associação. Quando questionados se ainda participam de associações e cooperativas, 54,5% dos camponeses respondeu que não participa mais, e 45,4% afirma estar atrelado principalmente a uma associação.

Temos. Uma cooperativa e Associação de Agricultura Familiar. Acho que hoje a cooperativa que a gente fundou tem entre 80, 100 pessoas, bastante. Porque os programas, aquilo que eu te falei, o custo é entrar. Tivemos muita dificuldade pra acessar. Mas depois que tu acessa, aí tu sabe, as portas abre. Dali pra frente, o que é ruim é tu ter acesso, depois que tu teve acesso, tu sabe como é que é que tu vai concorrer; vem lá aqueles da prefeitura, vem do Estado, o federal, aí depois que tu acessa a tua cooperativa, tu só cresce (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

O gráfico 23 representa o quantitativo de pessoas que tinham conhecimento de alguma manifestação por busca de direitos no Assentamento. De acordo com as respostas dos assentados, 63,6% afirmou ter conhecimento das manifestações, enquanto 36,3% afirmou não ter. Entre os que tinham conhecimento, apenas 27,2% relatou ter participado, e 72,7% afirmou não participar. As manifestações no Assentamento foram motivadas por reivindicações de transporte coletivo e melhorias de ramais, e ambos foram atendidos após as mobilizações da comunidade. Como descrito pela entrevistada 3 (25 ago. 2024) “Ônibus não entrava aqui, não tinha escola perto, aí tinha que deixar meu filho nas Quatro Bocas (Rotatória) e buscar, além de melhoria em alguns ramais”. Em sua opinião os assentados são unidos: “Os assentados são unidos nisso aí, tem que ser, melhora para todo mundo. Uma andorinha só não faz verão”.

Gráfico 23 - Manifestação no Assentamento: conhecimento e participação dos assentados



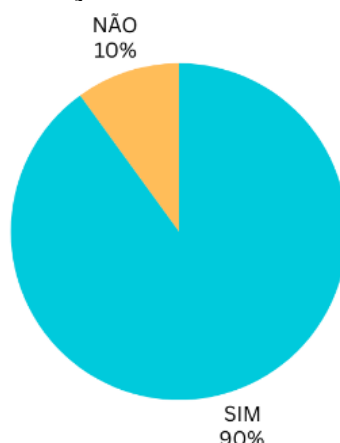
Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Porém, conforme demonstrado no gráfico 23, apesar dos assentados terem conhecimento a respeito das manifestações, poucas pessoas realmente participaram. Com base no que afirmou um dos entrevistados, o motivo para essa não participação revela um comportamento individualista: “Não, que não preciso, moro na beira da estrada” (Entrevistado 2, 20 ago. 2024); outros disseram que não participaram da manifestação do ônibus escolar porque não tinham filhos.

Muitos camponeses não se sentem tão beneficiados pela organização em forma de associação; afirmam que há uma certa distinção, pois uns recebem mais apoio do que outros, tanto relativo à melhora de ramais quanto em termos de recursos destinados à agricultura, sendo esses os motivos elencados por alguns deles para desistirem de participar: “Não. Já fui, é só um nome, não tem apoio, não tem... é só o nome” (Entrevistado 6, 25 ago. 2024). Isso se deve ainda, ao fato de ter existido mais de uma associação no Assentamento, principalmente devido à divisão dos municípios, que ocasiona essa divisão também entre os assentados.

Em relação às entidades religiosas, coexistem no Assentamento diversas denominações, e todos os assentados afirmaram ter alguma religião. 90% afirmou ser de organização evangélica, outros 10% informaram frequentar a igreja católica. Todos participam como frequentadores. Ao serem perguntados se acreditam que a participação na igreja esteja ligada a sua sociabilidade, para conhecerem e ficarem mais próximos dos demais assentados, 90% respondeu que sim, enquanto 10% afirmou que não. Segundo alguns assentados, a sociabilidade iniciou com encontros para fins de criação de associação e com a participação na igreja, já que uma das associações é ligada aos membros que participam da igreja, e assim se expressaram a esse respeito: “Em minha opinião, através mais dos encontros na sede, as associações, as manifestações, reuniões, fazem mais que conheça as outras pessoas” (Entrevistada 3, 25 ago. 2024), “Às vezes. Acho que fica empatado a associação com a igreja [...] A igreja aqui, ela é ligada à associação, eles trabalham juntos” (Entrevistado 7, 25 ago. 2024).

Outro ponto importante que contribui para a sociabilidade e ligação dos assentados no Assentamento, são os laços familiares que os camponeses têm, como demonstrado no gráfico 24. Desse modo, vê-se que 90% dos assentados possuem familiares no Assentamento, que pertencem a uma ou mais famílias. Com base nos estudos realizados pelo autor Leite *et al.* (2004), o Assentamento pode atuar como mecanismo de recomposição das famílias, aproximando membros que anteriormente se encontravam dispersos.

Gráfico 24 – Laços familiares no Assentamento

Fonte: Trabalho de campo, 2024.

A participação dos camponeses nas Associações e manifestações no Assentamento são de suma importância na busca por seus direitos e de melhorias tanto estruturais quanto na sua produção econômica. Porém, apesar de terem conseguido mudanças que trouxeram benefícios para o Assentamento, de uma maneira geral, os camponeses não têm participação efetiva nas associações ou manifestações que ocorrem ali. Sua socialização ocorre através de grupos sociais como as igrejas, e os seus núcleos familiares existentes no Assentamento, que desencadeia sua interação com os demais, fortalecendo os laços comunitários.

As organizações existentes no Assentamento, como cooperativas, associações e igrejas, desempenham papéis distintos, mas complementares, na vida dos camponeses. As cooperativas, quando atuantes, têm como missão fortalecer a coletividade, com ações de apoio à comercialização, produção, ao acesso as políticas públicas, como o PAA e PNAE, embora a participação dos assentados seja limitada, o que reduz o impacto positivo do fortalecimento. Apesar das menções de terem mais de uma associação no Assentamento, eles não se sentem beneficiados ou envolvidos, e se distanciam cada vez mais das ações coletivas.

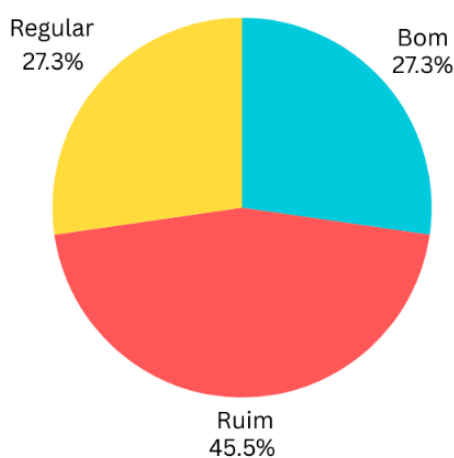
Nesse aspecto, segundo Fernandes (2000), a organicidade dos camponeses é característica importante nos movimentos socioterritoriais, para seu fortalecimento. Mas para que ela ocorra é preciso que os camponeses tenham consciência da realidade em que vivem, de como esse quesito contribui para a formação de sua identidade. A falta de uma organicidade pode fragilizar os movimentos. Mas, conforme defende Leite *et al.* (2004), na dinâmica de luta pela terra, há sempre o surgimento de novas formas organizativas, que podem ter maior ou menor continuidade. Com organizações internas, a obtenção de crédito, infraestrutura, e as ações tendem a se reestruturar a partir do surgimento de novos protagonistas.

Conclui-se que a união dos assentados, apesar de não ser algo bem consolidado, apresenta expressões de resistência, quando podem exercitar o compartilhamento dos mesmos interesses, assim como foi para a conquista do transporte escolar e melhorias de ramais. A criação da cooperativa e associação traz em sua essência a continuidade da luta na terra. Mas é imprescindível a participação dos camponeses nessas ações, para o fortalecimento na busca de direitos para a comunidade.

3.7 ATUAÇÃO DO INCRA

A participação do Incra avaliada pelos assentados (gráfico 25) é caracterizada como ruim em sua maioria, pois muitos enfatizaram que logo no início da criação do Assentamento, o Incra foi presente, ofereceu alguns cursos e fazia algumas visitas, porém, no decorrer do tempo, sua equipe técnica deixou de estar presente no Assentamento.

Gráfico 25 - Avaliação da atuação do Incra no Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

Apresenta-se as observações dos assentados em relação ao Incra: “[se] meu esposo estivesse aqui, diria ruim, por que é ele que trabalha, primeiro porque diminuíram a terra; era 14, saiu para 6, 5 hectares. Por isso que ele odeia o Incra” (Entrevistada 1, 27 jun. 2024). O entrevistado 2 também se queixa em relação à diminuição da terra: “ruim, porque além de não dá assistência, tomou minha terra (Entrevistado 2, 20 ago. 2024). Outros enfatizam a falta de presença do Incra: “na verdade, de uns tempos para cá, não sei nem o que é Incra, antigamente de ano em ano, eles vinham pelo menos tirar foto aqui, para ver se era o mesmo proprietário

que estava desde do começo; faz tempo que eles não vêm, cerca de 5 anos ou até mais” (Entrevistada 3, 25 ago. 2024); “Bom, porque eles nem pisa mais aqui, não olha mais as coisas” (Entrevistada 4, 25 ago. 2024).

Rapaz, a atuação do Incra aqui, assim, eu vou botar, vou botar, como é que se fala o nome? Regular, para não dizer ruim, vou botar regular, né, para não esculhambar. Porque, entre os bons e os ruins, eles cortaram essa fazenda aqui, fizeram o Assentamento. Mas o projeto eles não executaram. Se tu for pesquisar bem sobre o projeto daqui de dentro aqui. Aqui, ó, aqui tinha um núcleo, tinha um posto de saúde, posto policial, escola, escola de primeira, ruas pavimentadas, e posto de saúde, assim, vamos se dizer, lá no projeto, [...] o núcleo era para ter padaria, mercadinho, área para os produtores vender essas produções; [...] depois invadiram ali, e agora estão fazendo uma creche; ali, parece um colégio do lado da igreja Assembleia de Deus. Ali foi tirado para fazer o núcleo, para ter tudo isso. E se tu visse o projeto, cara, coisa mais linda. Então ele nunca executou, o Incra, e teve muitos problemas né, o Incra aqui dentro, mexer com o ser humano não é fácil, mas abandonou, o Incra se afastou; se procurar, não tem como fazer; então assim, o Incra precisa melhorar muito no aspecto que está me perguntando; para poder corresponder ao projeto, eles precisam melhorar muito [...] (Entrevistado 6, 25 ago. 2024).

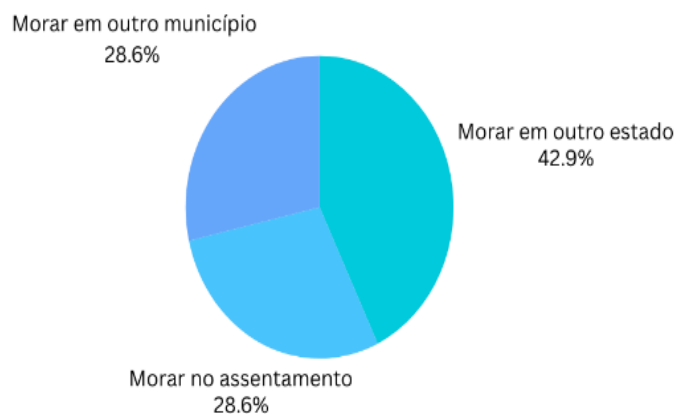
Entre as principais observações referente ao Incra, cita-se o fato desse órgão não ter se feito presente no Assentamento, por isso muitos caracterizaram como atuação ruim, “porque eles só dão assistência no começo e depois somem” (Entrevistado 9, 25 ago. 2024); “Eu acho que eles abandonaram nós aqui”; “No começo eles estavam aqui, quando precisávamos de ajuda, eles ajudavam, depois sumiram” (Entrevistada 3, 25 ago. 2024). Segundo alguns assentados, apesar da falta de presença do Incra, sempre que possível, caso necessitassem de algo, confirmaram que a equipe vinha tentar atender, “sempre que a gente precisa, eles vêm, a gente vai lá agendar a vistoria, ele vem, eles não deixam a gente sem resposta (Entrevistada 11, 25 ago. 2024).

Atuação do Incra é importante para o acompanhamento das famílias, principalmente no apoio necessário para sua consolidação, porém, a sua atuação não é isolada, e necessita que o órgão tenha as condições mínimas para dar a assistência devida. Assim como foi demonstrado, a atuação do Incra depende das gestões de governo, o que muda periodicamente, fazendo com que se receba ou não maior destinação de recursos. Quando falta o interesse do governo, essa situação vai precarizando ainda mais a atuação do órgão, o que impacta negativamente em sua participação nos assentamentos com os quais se compromete.

3.8 MOBILIDADE FAMILIAR

A mobilidade dos assentados também é algo comum, conforme o exposto. Constantemente, os assentados e seus familiares se deslocam para ir à escola, aos hospitais, e para ir trabalhar nos municípios próximos. Para além disso, há a saída de seus membros familiares. Segundo informações dos assentados, 63,6% deles afirmam que algum membro da família saiu do seu lote. Entre os motivos apresentados por eles, conforme gráfico 26, estão: constituir família no próprio Assentamento; morar em outro município no estado do Acre; ou por buscarem trabalhos fora do Estado acreano.

Gráfico 26 - Destino de membros familiares ao saírem do Assentamento



Fonte: Trabalho de campo, 2024.

O entrevistado 7 é um dos assentados que comprou lote no Assentamento Nova Baixa Verde. Sua família morava em Sena Madureira, e ele explica o motivo de ter feito isso.

Por conta da dificuldade em arrumar escola para as crianças, os ramais são ruins também [...]; saímos de lá por uma besteira; eu me arrependo; compramos isso aqui e agora não conseguimos vender, mas quando eu me aposentar, eu vou voltar para lá. Eu prefiro lá, assim, lá é muito melhor, a colônia é grande, a gente planta muita roça, deixamos muita roça lá... essas crianças tudo nasceram lá, mas tem esses que estuda, e lá é muito difícil para estudar, aqui tem esse transporte que tem aqui, [...] são 4 quilômetros para fazer na pernada, na lama lá. E aqui, o micro-ônibus vem pegar aqui, eles levam e trazem... por isso que vim para cá e trouxe eles para estudar (Entrevistado 7, 25 ago. 2024).

As pessoas que moravam no lote do entrevistado 7 foram embora para Goiânia, em busca de novas oportunidades. Em sua opinião isso se deve:

Eu acho que por falta de ajuda da parte do governo, porque você precisa de ajuda para trabalhar na terra, todas as pessoas precisam. Falta de ajuda, falta de transporte, muitas coisas que influenciam, às vezes. E aí a [saída] também, da pessoa querer sair para outros centros, isso aí está no sangue. Isso aí está desde o começo da humanidade que a migração tá aí. E as pessoas têm vontade de ir pra outro canto. Os daqui foram pra Goiânia; quem morava aqui, tá em Goiânia hoje. Foram pra outro Estado, buscando

melhorias, eu acredito. Eu não tenho vontade de ir embora do Acre. Mas [...] aqui pretendemos ficar só até fevereiro; vamos voltar para nossa terra em Sena Madureira; lá tínhamos de tudo, dava de tudo; aqui você planta, planta e não dá em nada (Entrevistado 7, 25 ago. 2024).

Em relação aos outros, que afirmaram ter algum familiar que se mudou para outro Estado, os destinos mencionados são Santa Catarina e Rondônia; a justificativa apresentada pela família foi principalmente, a busca de trabalho e estudos.

A criação dos assentamentos rurais foi concebida como alternativa para garantir o acesso à terra e promover o fortalecimento da agricultura camponesa. Todavia, a saída dos membros das famílias assentadas para outras localidades, seja para municípios vizinhos ou outros Estados, ameaça o fortalecimento dos territórios, devido ao consequente esvaziamento do espaço rural.

Conforme evidenciado pelos camponeses, quando questionados sobre a continuação do trabalho em suas terras por parte de seus filhos e netos, 72,7% afirmou que não será assim, e 37,5% disse que sim. Referente à preferência de ocupação profissional dos filhos, os pais demonstram um certo desejo de que eles continuem na terra. Entre as profissões mais citadas por eles, está a de técnico agrônomo, técnico agrícola e engenheiro florestal, principalmente pela carência que sentem na pele, e acham que essas profissões dariam suprimento a essa lacuna.

Cabe ressaltar que, apesar da saída dos membros familiares e o não desejo de continuidade por parte dos filhos, nesse momento, o Assentamento, com base nas observações em campo, não apresenta reconcentração dos lotes, mas aumento deles, e há uma fragmentação dos lotes pelos familiares e pela venda deles.

3.9 ESTRATÉGIAS USADAS PARA PERMANECER NA TERRA

Mesmo após a territorialização dos camponeses no Assentamento NBV, a sua permanência em seus lotes envolve fatores como organização coletiva, práticas agrícolas, políticas públicas e a questão econômica. Sem essas condições, o êxodo rural e a venda de seus lotes se tornam um risco para a reconcentração fundiária. No Assentamento, esses fatores envolvem principalmente a questão econômica e práticas agrícolas.

Diante do exposto, uma das principais estratégias usadas pelos camponeses para permanecer com a terra é o trabalho fora de seus lotes, já que a renda majoritária dos

camponeses provém da renda externa. É importante destacar que o trabalho desempenhado fora do lote não parte de uma escolha isolada, mas da necessidade imposta, já que os camponeses, perante os diversos desafios na produção de seus lotes, veem no trabalho externo uma fonte de renda para conseguir suprir suas necessidades. Por esse motivo, há a busca por trabalho em outros lotes, e nos municípios próximos.

Outro fator utilizado pelos assentados é o arrendamento dos lotes. Ao não conseguirem produzir o necessário, os assentados acabam cedendo seus lotes para que outros possam produzir. E os que estão produzindo, conseguem fazer isso por meio do arrendamento, de terem uma área maior para as práticas agrícolas, pois originalmente a dimensão dos lotes torna-se insuficiente para o processo de produção. O arrendamento pode ser estabelecido por meio de pagamento em dinheiro ou por negociação envolvendo parte da produção.

A produção diversificada de produtos também é uma estratégia utilizada pelos assentados, já que mesmo aqueles que não produzem para comercialização, conseguem ter acesso a produtos que não vão ser comprados por eles. 54,5% dos camponeses afirmaram que suas produções têm abate em seu gasto mensal, variando de valor de 200 a 600 reais, “eu compro arroz, açúcar, sal, resto a gente planta” (entrevistado 2, 20 ago. 2024); “eu economizo, eu tenho horta, banana, macaxeira, galinha” (Entrevistado 3, 25 ago. 2024). Isso garante sua segurança alimentar.

Além disso, é importante para a comercialização dos camponeses terem produtos diversificados, para conseguirem oferecer e ter retorno de renda em diferentes produtos. No Assentamento, os camponeses utilizam uma consorciação de culturas que lhes permite um maior aproveitamento do solo, tal como conceitua esse tipo de cultivo a Embrapa (2021): “é caracterizado pela maximização de espaço mediante o cultivo simultâneo, num mesmo local, de duas ou mais espécies com diferentes características quanto à sua arquitetura vegetal, hábitos de crescimento e fisiologia”.

Conforme apresentado por Leite *et al.* (2004), a diversidade de produtos tem influência na qualidade vida, e constitui uma forma de resguardar as famílias produtoras quando enfrentam dificuldades de comercialização, haja vista as leis de mercado. Segundos os autores, o Assentamento contribui para o fortalecimento do mercado local, e também pode ser apresentado como uma espécie de reconversão produtiva em regiões que apresentam crise de agricultura patronal, contribuindo com os sistemas de usos dos solos da produção familiar.

Outra estratégia em prática entre os camponeses é o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos, em que os mais procurados são aqueles que possuem melhores

experiências em seus cultivos. A troca entre os saberes reduz o impacto da falta de assistência técnica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à terra pelos camponeses sempre foi um problema no Brasil, desde o seu processo de formação territorial, inicialmente, por meio das Capitânicas Hereditárias, quando o latifúndio imperou sobremaneira. Essa estrutura instaurou a desigualdade no campo, com superexploração de trabalho, incluindo aí populações indígenas, negros e camponeses.

Mesmo após a criação de Lei de Terras de 1850, os latifundiários permaneceram sendo protegidos e beneficiados, e os camponeses cada vez mais, foram relegados à margem, perpetuando o quadro da desigualdade, pois não tinham acesso à terra e serviam como mão de obra barata.

Após diversos conflitos surgidos no campo brasileiro, na luta por uma reforma agrária justa, que atendesse aos anseios dos camponeses, foram inauguradas diversas discursões e movimentos de resistência e de luta dos camponeses. Apesar disso, no Brasil, nunca houve a reforma agrária de fato. O que ocorreu foi uma política de colonização, com intuito de desmobilizar os embates no campo e de arrefecer a luta de diversos agentes que se sentiam excluídos, sem acesso à terra e a condições básicas para viver e produzir nela.

Diante disso, foi criada uma política de colonização, principalmente para a região amazônica, por meio da criação dos assentamentos rurais, criados pelo Incra, fornecendo uma ação que aparentemente atenderia às demandas então reivindicadas. No entanto, a implantação dos assentamentos não alterou a estrutura concentradora do latifúndio no Brasil, permanecendo as elites agrárias bem estabelecidas e altamente beneficiadas.

Mesmo sem a reforma agrária de fato, a política de assentamentos foi, e ainda é uma conquista dos camponeses, dada a sua capacidade de resistir às desigualdades e de lutar pelo acesso à terra. Sua tenacidade continua constante e mais do que nunca necessária para que essa política venha a ser concretizada e ampliada. No decorrer dos anos, com o avanço do capital sobre os territórios, cada vez mais, as políticas destinadas a facilitar o acesso à terra e às condições para que se viva com dignidade nelas, vêm sendo desmanteladas, desestruturadas, o que revela o total descaso com agricultura camponesa, até mesmo, trata-se de uma tentativa de enfraquecê-las e subordiná-las, para que se adequem ao modelo de produção capitalista, com foco primordial no agronegócio.

Essas ações enfatizam que no decorrer do tempo, em seus territórios, os camponeses têm sido sistematicamente lançados a novos desafios, obrigando o camponês a se recriar, sob

pena de não ter mais como sobreviver diante de tamanha negligência nacional. O fortalecimento dos Projetos de Assentamentos é prejudicado ou mesmo, impedido pela falta de prioridade.

No estado do Acre, a lógica brasileira se reproduz, afinal a sua formação só ocorreu no interesse do capital na fase áurea da necessidade de produção do látex. As terras acreanas foram concentradas, subordinando o trabalho do seringueiro aos donos dos seringais, em um processo de escravidão por dívida, e submetendo eles sempre aos seus interesses, excluindo-lhe do acesso à terra e negando-lhes melhores condições de vida.

Dessa forma, afirma-se que o foco nunca esteve no fortalecimento das populações que vivem e labutam no território, mas em atender demandas externas, o que posteriormente ao ciclo da borracha, se reestabeleceu com o avanço da frente pioneira da agropecuária, por volta de 1970. As criações dos assentamentos no estado do Acre naquele período, não proporcionaram uma distribuição igualitária, mas serviram para dar continuidade à reconcentração fundiária acreana, devido à falta de infraestrutura dos PA, o que também contribuiu para beneficiar em sua maioria, os que vieram de fora do Estado.

Graças aos movimentos socioterritoriais que ocorreram no estado do Acre, lutas e resistência contra a subordinação estipulada pelo capital, esses levantes foram fortalecidos por meio da estruturação sindical da época, com agentes como seringueiros e camponeses, que proporcionaram organização política diferenciada no campo acreano. O resultado foi um certo grau de descentralização no campo, com a introdução dos assentamentos. Houve para isso, reivindicação de ações estruturantes por parte do governo federal e estadual, permitindo um maior acesso à terra por quem dela precisava, dessa maneira, se formaram diversos assentamentos com diferentes condições de funcionamento.

Apesar dessas conquistas, isso não foi o bastante, visto que apenas o acesso à terra não é suficiente, considerando as inúmeras desvantagens ao pequeno agricultor, criadas pelo capital. Este sistema tenta a todo custo avançar sobre os territórios, usando da manipulação dos espaços a partir dos seus interesses, e inviabilizando as condições mínimas para a produção dos camponeses em suas terras.

Esta pesquisa partiu do problema de se compreender os desafios enfrentados pela agricultura camponesa no Assentamento Nova Baixa Verde. Seu objetivo geral é analisar a dinâmica territorial nesse espaço, no município de Senador Guimard, Acre.

A compreensão desses desafios para a agricultura camponesa no estado do Acre, tratado no capítulo inicial desta pesquisa, bem como a forma específica das dificuldades

enfrentadas pelos camponeses, promovidas pela redução de políticas de reforma agrária, torna evidente o enfraquecimento das políticas destinadas aos camponeses, com reflexos no campo.

Os aspectos que envolvem a criação do Assentamento NBV, identificando as políticas de assentamento rural no município Senador Guimard, foram abordados no segundo capítulo. Ali se destacou as condições que motivaram a criação dos assentamentos no estado do Acre, e como camponeses contribuíram na busca pela consolidação desse processo.

Por fim, investigar as estratégias utilizadas pelos assentados na produção e comercialização, na organização política para sua permanência na terra, bem como, identificar as dificuldades enfrentadas e as formas de lutas pelos assentados para o fortalecimento da agricultura camponesa foi discutida no capítulo 3.

Por meio disso, foi possível uma leitura crítica da realidade local, contribuindo para o entendimento das limitações e potencialidades nessa área de estudo: o campo. Ao utilizar o método qualitativo, instrumentalizado com entrevistas e observações a partir de visitas ao espaço do Assentamento NBV, e pela própria história da pesquisadora como assentada, experimentou-se uma aproximação com a realidade dos entrevistados. A observação se deteve sobre suas percepções e práticas, bem como evidenciou seus atos de resistência. Considera-se que a metodologia para esta pesquisa foi adequada para permitir a análise e responder ao problema inicialmente descrito. As dificuldades apresentadas durante a realização da pesquisa se atêm principalmente à resistência de alguns moradores em conceder entrevistas, o que limitou o acesso à informação de forma mais detalhada, além disso, nem todos possuíam conhecimento preciso para reconstituir a história de formação do Assentamento ou se sentiam confortáveis em responder as perguntas. Apesar disso, com dados coletados em campo e informações obtidas através de documentos consultados, foi possível apresentar um resultado.

Nesse sentido, dentre as dinâmicas de territorialização e a realidade vivida pelos camponeses no Assentamento observadas, convém elencar algumas considerações.

A mudança da modalidade do Assentamento, de PDS para PA, não teve nenhum impacto significativo no modo de vida e no trabalho dos camponeses, demonstrando que camponês se guia pelas adversidades e necessidades que vão surgindo no seu dia a dia, e essas mudanças estão alheias aos seus verdadeiros interesses.

A territorialização dos camponeses no Assentamento foi resultado de mobilização e resistência de famílias agregadas que buscavam por seu direito à terra, refletindo em uma trajetória marcada por lutas e resistências. O que se impõe é, a cada ato de realização da política de Reforma Agrária, continuar a resistência, pois, por si só ela não será realizada, conforme se

viu nesta pesquisa. O que está posto é uma tentativa constante de paralisar o pouco que se tem em termos dessa Reforma, e que parece não ter solução de futuro, a não ser pela constância em movimentos de resistência e reivindicando o que necessitam.

Foi observado que as propriedades possuem áreas de lotes reduzidas em hectares, limitando aos assentados as opções de atividades a serem realizadas, além disso, vale enfatizar que por si só, isso não seria um problema, se essas áreas não apresentassem um histórico de degradação ambiental em seu solo, consequência de sua utilização destinada à fazenda de pecuária. Associando essa condição ao fato anterior, além de ser uma limitação física da terra, também dificulta a produção da agricultura, pelos altos custos para conseguir produzir nelas. Diante disso, entende-se porque em sua maioria, os assentados comparam entre as dificuldades de produzir e vender, destacando que o maior desafio é produzir, principalmente devido à falta de recursos.

Outro fator importante que configura desafio é a falta de fortalecimento de ações coletivas, pois muitos assentados optam por agir individualmente. Há algum tempo ocorreram manifestações coletivas que proporcionaram algumas mudanças, mas o envolvimento por parte dos camponeses ainda é incipiente, assim como sua participação nas associações e cooperativas. Reverter essa baixa disposição para se organizar politicamente seria uma forma de se trazer novas e urgentes mudanças na produção no Assentamento.

A falta de acesso às políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura camponesa, como o PAA, Pronaf, PNAE e assistência técnica, é um dos principais entraves ao desempenho da produção camponesa, o que repercute sobre a produção agrícola em todo o Estado. Soma-se a isso a falta de participação efetiva dos entes governamentais, que não oferecem suporte necessário, e não parecem envolvidos nas dificuldades a serem superadas. Dentre essas dificuldades, a pesquisa demonstrou a falta de assistência técnica que prejudica a produção no campo, apesar disso, os camponeses recorrem ao compartilhamento dos seus conhecimentos, trocam experiências uns com os outros, como uma forma de manter a produção e resistir aos percalços frequentes.

Seria interessante, como proposta, estabelecer uma parceria entre a assistência técnica dos órgãos governamentais e os camponeses que adquiriram maiores conhecimentos na lida produtiva, potencializando o apoio aos demais assentados; seria uma proposta de cooperação entre ambos. Interessante também, seria aumentar oportunidades de aprofundar conhecimentos por capacitação técnica (o que em alguma medida, já se realizou por outra política como o Pronera).

No que tange à valorização do trabalho realizado pelos camponeses, o reconhecimento institucional poderia ser realizado por meio de remuneração (como bolsa-incentivo), que serviria de estímulo e incremento à produção do Assentamento.

Também se poderia criar uma rede de apoio com pessoas do Assentamento que já tenham convívio com os demais camponeses, que conheçam de perto a realidade deles, suas limitações financeiras, e poderem avaliar melhor quais os itens a serem produzidos naquele lugar. Isso permitiria aos camponeses terem acesso direto e acessível relativo à assistência técnica formal, deixando de ser algo distante de sua realidade. Esse assistente técnico/camponês ficaria responsável apenas por fazer funcionar a cooperação no Assentamento. Essa forma de valorizar o saber do camponês e sua atuação na comunidade iria otimizar a política de assistência técnica. Vale ressaltar que não seria substituição da Ater, mas redirecionamento para o fortalecimento e adaptação às dinâmicas locais, estabelecendo uma possível parceria.

No Assentamento, foi observada uma tendência à expansão das famílias nos lotes. Conforme haja crescimento das famílias camponesas, muitas procuram se estabelecer no mesmo local, o que pode gerar fragmentação dos lotes e a necessidade de mais recursos, ou no futuro, possivelmente, uma movimentação das famílias agregadas na constituição de outro assentamento, ou mesmo deslocamento para o espaço urbano, em outro município ou Estado. Isso ocorre também devido à venda dos lotes, que ocasiona fragmentações ainda menores, gerando risco de insustentabilidade, e favorecendo a instalação de chácaras, sendo isso prejudicial à existência do camponês.

Dado o exposto ao longo desta dissertação, as famílias camponesas não são amparadas pelos entes governamentais; lhes falta ter acesso às políticas públicas fornecidas pelo ente federativo, mais ações precisam ser criadas pelos poderes na esfera estadual, enfocando as peculiaridades de cada lugar.

Dentre os principais impasses enfrentados pelo camponês, desde o plantio até a comercialização, está a falta de apoio e de recursos a serem aplicados na terra, como por exemplo, maquinários, adubos etc; falta apoio, organização e planejamento para a venda dos produtos, uma vez que muitos se utilizam de atravessadores, ou seja, buscam sozinhos dar saída para seus produtos, ficando à mercê dos preços dos mercados locais. Tal condição ocasiona a desvalorização da produção e do seu trabalho, o que provoca o desestímulo para continuar produzindo na agricultura. Impõe-se, nesse sentido, uma reestruturação no modo da atuação dos entes governamentais, assim como das políticas públicas, uma vez que elas não estão sendo suficientes para garantir condições de sobrevivência digna do camponês na terra.

As políticas públicas como PNAE e PAA, com base nos resultados da pesquisa, revelam-se fundamentais para o fortalecimento da agricultura camponesa, e contribuem para o escoamento da produção e segurança alimentar. Apesar das descontinuidades dessas políticas públicas, que sofrem ataques dos governos que, por sua vez, adotam políticas que priorizam o interesse do agronegócio, as ações que conseguem efetivar no campo têm efeito positivo, confirmado nos depoimentos dos camponeses, evidenciando sua eficácia, quando realizadas. Os ataques a essas políticas prejudica a superação das desigualdades no campo, e afeta o fortalecimento da agricultura camponesa, tornando-a ainda mais vulnerável às adversidades, dentre elas, a falta de apoio para infraestrutura, produção e venda, ficando à mercê das pressões de mercado. Assim, é vital o incremento dessas políticas públicas para a condição de valorização do trabalho do camponês no campo, possibilitando dignidade e qualidade de vida.

Outro aspecto apontado como relevante foi a diversidade da produção camponesa. Mesmo com ausência de condições adequadas, há variedade de alimentos cultivados pelos os assentados, que ajudam tanto na sua alimentação quanto na comercialização. A diversidade de produtos é importante para a autonomia e subsistência camponesa. Apesar da dupla função dessa produção, no Assentamento a prioridade recai sobre a produção para comercialização, como uma estratégia para a reprodução social da comunidade. Essa dinâmica revela a importância de incentivar o fortalecimento da segurança alimentar para o território e na ampliação da autonomia dos assentados.

Entre as estratégias utilizadas pelos assentados a fim de manter sua permanência na terra, está a busca por conseguir recursos fora lote, ou seja, através de rendas externas, com diversidade de trabalhos para compor a remuneração. Os camponeses utilizam o trabalho em outros lotes, arrendamento de suas terras, o trabalho formal e informal fora do Assentamento. Essas atividades incluem a prestação de diárias no trabalho doméstico, a venda de produtos de forma autônoma, trabalho como pedreiro, empregos formais em empresas privadas ou em órgãos públicos.

Além das atividades realizadas pelos camponeses, destaca-se a importância da aposentadoria rural e do acesso aos programas sociais. Essas rendas têm um papel importante para a garantia de condições mínimas no campo. Como direito conquistado, os proventos contribuem significativamente para o sustento familiar, fornecendo um mínimo dignidade após uma vida toda de trabalho. Programas sociais, como o Bolsa Família, ajudam na composição da renda, o que reforça o importante papel das políticas públicas para permanência dos

camponeses no campo, garantindo um mínimo de dignidade em meio à instabilidade de renda e dificuldades na produção rural.

Conclui-se que o fortalecimento da agricultura camponesa no estado do Acre, com base no que foi analisado no Assentamento, ainda necessita vencer problemas históricos que prevalecem ao longo dos anos até os dias atuais. São eles: a falta de acesso às condições necessárias para a produção; ausência de infraestrutura produtiva; a precária mobilidade entre os assentamentos; o difícil acesso às políticas públicas, à educação e à saúde de qualidade. É importante que essas adversidades sejam superadas para que haja fortalecimento do setor produtivo no Estado. Apesar disso, os camponeses continuam lutando para permanecer na terra, se territorializando dia após dia, a partir das condições vida e dinâmicas realizadas no território, demonstrando que efetivação da Reforma Agrária se mantém como medida urgente, sempre confirmada pelas reivindicações camponesas e na luta pela terra.

Diante do exposto, cabe ainda enfatizar a necessidade da realização da reforma agrária efetiva no Brasil, como um todo, para a superação das desigualdades que ocorrem no campo. Não se trata apenas de uma política de distribuição de terras, mas de garantir as condições necessárias para o camponês conseguir viver e produzir nela. Uma reforma estruturada, integrada com as políticas públicas, que tenha como foco o camponês e sua realidade, capaz de garantir o acesso à assistência técnica, infraestrutura, educação e créditos, garantindo dignidade para os trabalhadores rurais, e conseqüentemente a produção de alimentos diversificados e saudáveis. Assim, conclui-se que, apesar da criação do Assentamento estar vinculada a políticas de reforma agrária, e o acesso à terra ter sido concedido, as políticas prescindem de continuidade, planejamento e acompanhamento por parte do poder público.

REFERÊNCIAS

- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase I (Escala 1:250.000)**: Aspecto Socioeconômico e Ocupação Territorial- Documento Final. 2. Ed. Rio Branco: SECTMA, 2000. Disponível em:< ZEE ACRE | Secretaria de Estado do Meio Ambiente (sema.ac.gov.br)> Acessado em: 8 fev. 2024.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)**: Documento Síntese. 2. Ed. Rio Branco: SEMA, 2010. Disponível em:< ZEE ACRE | Secretaria de Estado do Meio Ambiente (sema.ac.gov.br)> Acessado em: 8 fev. 2024.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase II (Escala 1:250.000)**: aspectos socioeconômicos, população e as condições de vida, infraestrutura e a economia do Acre. Rio Branco: SEMA, 2011. Disponível em:< ZEE ACRE | Secretaria de Estado do Meio Ambiente (sema.ac.gov.br)> Acessado em: 8 fev. 2024.
- ACRE. Governo do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre, Fase III (Escala 1:250.000)**: documento-síntese / Secretária de Estado do Meio Ambiente. Rio Branco: SEMAPI, 2021. Disponível em:< ZEE ACRE | Secretaria de Estado do Meio Ambiente (sema.ac.gov.br)> Acessado em: 8 fev. 2024.
- ACRE. Programa de desenvolvimento Sustentável do Acre-PDSA II. **Relatório de avaliação ambiental e social**, 2012. Disponível em:< [PDSA Fase II | Portal do Estado do Acre](#)> Acessado em: 7 fev. 2024.
- AC 24 horas play. Entrevista com o superintendente regional do Incra no Acre, Márcio Alecio. You tube, 06 dez. 2023. Disponível em:< https://www.youtube.com/live/_HGMVhkJXQM?si=7vJ3v8rUfuAMu4Gg >Acessado em: 04 jan. 2024.
- ANDRADE, Manuel Correia. Espaço agrário Brasileiro: Velhas formas, novas funções, novas formas, velhas funções. **GEOSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 11-19, 2002. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geosp.2002.123767. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/123767>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia da classe trabalhadora no Brasil recente: operário da indústria, do agronegócio e dos serviços. In: ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: O novo proletariado serviço da era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 133-155.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Maria. Desmonte da Conab e a política agrícola suicida do governo Bolsonaro. **Brasil de Fato**, São Paulo, 16 set.2020. Disponível em:< [Artigo | O desmonte da Conab e a política agrícola suicida do | Geral \(brasiledefato.com.br\)](#)>Acessado: 13 abr. 2024.

ALVES, José. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO):** degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014. Disponível em:< Acervo Digital: As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia (unesp.br)> acessado em: 19 jan. 2023.

ALTAFIN, Iara; ROCHA, Luiz Augusto. Prioridade para a agricultura familiar: por que é tão difícil? In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial:** contribuições ao debate. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5, n. 17, 2005. p. 99–117.

ARAÚJO, Daniel Féo Castro; SOBRINHO, Fernando Luiz Araújo. O Avanço do Neoliberalismo e a Reforma Agrária Brasileira. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 6, p.1-33, 2022. <https://doi.org/10.22481/rg.v6.e2022.10947>. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/geop/a/pBGhNqQGxCSFdwgNWVc3MBk/>>Acesso em: 13 abr. 2024.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. Contrarreforma Agrária, Violência e Devastação no Brasil. **Revista Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 20, n. 41, p. 01-30, 29 mar. 2022.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As Políticas do Governo Bolsonaro Para o Campo: a Contra-Reforma em Marcha Acelerada. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 353–392, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12434. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12434>. Acesso em: 13 abr. 2024.

AQUELES que abastecem as cidades de alimento vivem ameaça de despejo e avanço do agronegócio. **Agricultura Familiar-MST**, 26 jul. 2022. Disponível em:< [Aqueles que abastecem as cidades de alimentos vivem ameaça de despejo e avanço do agronegócio - MST](#) >Acessado:13 abr. 2024.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva.; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. O papel do programa de aquisição de alimentos (PAA) na luta contra a monopolização do território pelo capital. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 36, n. 3, p. 88-107, nov. 2018.

ALVES, Schirlei. Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira. **O joio e o trigo**, 15 mar. 2022. Disponível em:<[Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira](#) (ojoioeotriogo.com.br)>Acesso em: 20 abr. 2024.

BARROS, ILena Felipe. O Agronegócio e a Atuação da Burguesia Agrária: Considerações da Luta de Classe no Campo. **Serviço Social e Sociedade**, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, n. 131, p. 175-195, jan.-fev. 2018. Disponível em:< [SciELO - Brasil - O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo](#) >Acessado em: 12 out. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:<[IBGE | Censo Agro 2017 | Home](#)> Acessado em: 14 jan.2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos tem novos limites de compra para atender situações emergenciais.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/programa-de-aquisicao-de-alimentos-tem-novos-limites-de-compra-para-atender-situacoes-emergenciais>. Acesso em: 6 maio 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados.** IBGE, 2024. Disponível em:<[Senador Guimard \(AC\) | Cidades e Estados | IBGE](#)>Acessado em: 14 abr.2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **Assentamentos - Informações Gerais.** Atualizado 14/08/2024. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Gestão do Incra 2022, Assentamentos - Informações Gerais.** 2022.Disponível em:[Relatórios de Gestão — Incra \(www.gov.br\)](#)>Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Gestão do Incra 2021, Assentamentos - Informações Gerais.** 2021.Disponível em:[Relatórios de Gestão — Incra \(www.gov.br\)](#)>Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Gestão do Incra 2020, Assentamentos - Informações Gerais.** 2020.Disponível em:[Relatórios de Gestão — Incra \(www.gov.br\)](#)>Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório de Gestão do Incra 2019, Assentamentos - Informações Gerais.** 2019.Disponível em:[Relatórios de Gestão — Incra \(www.gov.br\)](#)>Acesso em: 13 fev. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Superintendência Regional Acre - SR 14,** Assentamentos - Informações Gerais. Atualizado 31/12/2017. 2017. Disponível em:< [Painel dos Assentamentos - Incra](#)>Acessado em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Incra-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Portaria n° 162 /INCRA/SR.14/N° 34, de 16 de dezembro de 2008. Retificação. **Diário Oficial da União,** Brasília, DF, 23 de agosto de 2017. Seção 1: 1677-7042.Disponível em:<[do1-19 \(in.gov.br\)](#)>Acessado em:12 mai. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, **Seleção para assentamentos no Acre.** Atualização 30.11.2024. Disponível em:<[2024 — Incra](#)> Acessado em: 04 dez 2024.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Operação na Resex Chico Mendes cumpre decisão judicial e combate crimes ambientais praticados desde 2016.** Brasília: ICMBio, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt->

br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/operacao-na-resex-chico-mendes-cumpre-decisao-judicial-e-combate-crimes-ambientais-praticados-desde-2016. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRYAN, Samuel. Governo discute proposta de mudança na regularização fundiária no interior do Acre. **Notícias do Acre**, 16 ago. 2019. Disponível em:< [Governo discute proposta de mudança na regularização fundiária no interior do Acre - Noticias do Acre \(agencia.ac.gov.br\)](http://www.agencia.ac.gov.br)>Acessado em: 12 ma. 2024

BAYMA, Márcio Muniz Albano; SIVIERO, Amauri; SÁ, Claudenor Pinho de. Pecuária leiteira no Acre. In: SIVIERO, Amauri; SANTOS, Rosana Cavalcante dos; MATTAR, Eduardo Pacca Luna (org.). **Conservação e tecnologias para o desenvolvimento agrícola e florestal no Acre**. Rio Branco: Instituto Federal do Acre, 2019. p. 699–735. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/1119078/1/26960.pdf>. Acesso em: 9 maio 2025

CABRAL, Alysso André Oliveira. **Reforma agrária no Brasil: A Reforma (Im)possível**. 2021. Tese (Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa -PB, 2021. Disponível em:< repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/24010/1/AlyssoAndréOliveiraCabral_Tese.pdf > acessado em: 13 mar. 2024.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de; ROSSONI, Roger Alexandre. A Reforma Agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019). **Revista NERA**, local? v. 23, n. 55, p. 138-164, set.- dez., 2020.DOI: 10.47946/rnera.v0i55.6907. Disponível em:<<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6907>> Acesso em: 30 abr. 2024.

CAMPOS, Marcos Paulo. Política agrária e desdemocratização nos governos Temer e Bolsonaro. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, [S. l.], v. 13, n. 31, p. 40–62, 2023. DOI: 10.32335/2238-0426.2023.13.31.10780. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/10780>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CAVALCANTI, Tristão José da Silveira. **Colonização no Acre: uma análise socioeconômica do projeto de assentamento dirigido “Pedro Peixoto”**. 1994. 196 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1994. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/66270>. Acesso em: 24 jun. 2022.

CALVACANTI, Francisco Carlos da S. Formação socioeconômica do Estado do Acre. In: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índios (Organizadores). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. cap.2, p.37-97.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. A Geografia agrária de hoje: suas ferramentas epistemológicas e ontológicas em desafio à crise capitalista. In: BRINGEL, Fabiano de Oliveira; MACEDO, Cátia de Oliveira; JUNIOR, Paulo Olivio Correia de Aquino (Organizadores). **As geografias Agrárias a partir da Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil**. Ananindeua-PA: Cabana, 2023, p.51-70.

CONFLITOS NO CAMPO: Brasil 2022. Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-Goiânia: CPT Nacional, Goiânia, 2023. Disponível em: em: 30 ago. 2023.

COSTA, Bartolomeu Lima da. **Territorialidade camponesa estratégias de reprodução e organização socioespacial**. Rio Branco: Edufac, 2019.

DELGADO, Guilherme Cardoso. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária, **Estudos e Avanços**, São Paulo, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), p. 152- 172, 2001. disponível em:< [SciELO - Brasil - Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária](#) Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária> Acessado em: 15 jan. 2024.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo - neoimperialismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 16, n.1. p.1-19, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cfDMs4q5hRKM5JX45GchJ6C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03/07/23.

ESTUDO mapeia o desmonte de políticas federais que garantem segurança alimentar. **Brasil de Fato**, 2022. Disponível em:<[Estudo mapeia o desmonte de políticas federais que garantiam | Geral \(brasildefato.com.br\)](#)> Acesso em:13 abr. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. **Biblioteca Digital**, Campinas, 2004, p.1-55. Disponível em:<<http://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/564>> Acessado em: 24. mar. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CLEPS JUNIOR, João; SOBREIRO FILHO, José; LEITE, Acácio Zuniga.; SODRÉ, Ronaldo Barros; PEREIRA, Lorena Iza. A Questão agrária no governo Bolsonaro: Pós-Fascismo e Resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, SP, v. 4, n. 42, p. 333–362, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787>. Acesso em: 29 abr. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/361>. Acesso em: 11 abr. 2025

FERRAZ, João Felipe Almeida. **A questão agrária brasileira e seus cenários diante da consolidação política do agronegócio**. 2022. Dissertação (Mestrado em ciências sociais), Universidade Estadual Paulista, Marília-São Paulo, 2022. Disponível em:< [A questão agrária brasileira e seus novos cenários diante da consolidação política do agronegócio \(unesp.br\)](#) > Acessado em: 12 dez. 2023.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O padrão de desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e a atualidade histórica da reforma agrária**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unesp, Araraquara (SP), 2014. Disponível em:< [Microsoft Word - TRABALHO COMPLETO \(unesp.br\)](#)> Acessado em: 12 dez. 2023.

FURTADO, Lays. Titulação fake: 9 em cada 10 títulos de terra entregues por Bolsonaro são provisórios. **MST**, 27 out. 2022. Disponível em:<[Titulação Fake: 9 em cada 10 títulos de terra entregues por Bolsonaro são provisórios - MST](#)>Acessado: 13 abril 2024.

FRANCA, Saad Farias. **A expansão da Fronteira Acreana**. Brasília: Dupligrafia Editora, 2009.

GIOVANAZ, Daniel. Dos 1.133 assentamentos no balanço do Incra de 2020, só dois são da gestão Bolsonaro. **Brasil de Fato**, 15 mar. 2021. Disponível em:<[Dos 1.133 assentamentos no balanço do Incra de 2020, só dois | Geral \(brasildefato.com.br\)](#)>Acessado:13 abr. 2024.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. **Socialist**, [S.l.], p.95-125, 2004. Disponível em:
https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf. Acesso em: 08/08/23.

IMAZON. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. 2020. Disponível em:<[Nota técnica sobre Medida Provisória n.º 910/2019 - Imazon](#)>Acesso em: 13 fev. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção da pecuária municipal, por tipo de produto. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/74>. Acesso em: 9 mai. 2025.

JARDIM, Arison. Governo investe na modernização da bacia leiteira. **Notícias do Acre**, Rio Branco, 7 maio 2014. Disponível em: <https://hlog.agencia.ac.gov.br/governo-investe-na-modernizacao-da-bacia-leiteira/>. Acesso em: 9 maio 2025.

LEITE, Acácio Zuniga; CASTRO, Luiz Felipe Perdigão; SAUER, Sérgio. A questão Agrária no momento político brasileiro: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer. **Revista OKARA: geografia em debate**, João Pessoa, v.12, n.2, p. 247-274, 2018. Disponível em:<[A QUESTÃO AGRÁRIA NO MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: liberalização e mercantilização da terra no estado mínimo de Temer | OKARA: Geografia em debate \(ufpb.br\)](#)> Acessado em: 02 ago. 2023.

LEITE, Sergio; et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura-IICA, Núcleo de estudo Agrários e Desenvolvimento Rural-NEAD, São Paulo: Editora UNESP, 2004, 392p.

LOPES, Dóri Edson, ALMEIDA Rosemeire Aparecida de. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Castilho e Andradina-SP. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, vol. 13, n.1 132 p. 132-148, jun. 2012.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 2º. ed. São Paulo: editora LECH,1981.

MARTINS, José de Souza. **A reforma Agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. A chegada do Estranho. *In*: MARTINS, José de Souza. **A chegada do Estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993, p.61-82.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – O Impossível Diálogo Sobre a História Possível. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

MARTINS, José de Souza. Impasses políticos dos movimentos sociais na Amazônia. *In*: MARTINS, José de Souza. **Caminhada do chão da noite: emancipação política e libertação dos movimentos sociais no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989, p. 67-91.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

MARTINS, José de Souza. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão. *In*: MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p.71-87.

MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil: lúmpen e místico**. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, Ana Cristina Fernandes. **Entre picadas e Trilhas: trajetórias de famílias em área de assentamento em Manaus, AM**. 2010. Tese (Doutorado em ciências na área de psicologia), Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto-São Paulo, 2010. Disponível em: <[Microsoft Word - Tese USP Psicologia Ana Martins 2010 20 SET.doc](#)> Acessado em: 12 dez. 2023.

MARINI, José Adriano. **Diversidade e Estilos de Agricultura: uma análise a partir de dois assentamentos, induzido e tradicional, no Estado do Amapá**. 2014. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental)-Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: <[RIUFPA](#)> Acessado em: 12 dez. 2023.

MAGALHÃES, Valter Babosa; MAGALHÃES, Luiz Eduardo dos Santos; MAGALHAES, Maria Eduarda dos Santos. Estrutura fundiária e concentração da terra no estado do Acre: análise no período de 2012 e 2022. **Revista Conexão na Amazônia**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 4–22, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/170>. Acesso em: 14 maio. 2024.

MAFORT, Kelli Cristine de Oliveira. **Reestruturação produtiva no campo e os processos de trabalho nos assentamentos de reforma agrária do estado de São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2018. Disponível em: [DOUTORADO - Reestruturação produtiva no campo e os processos de trabalho nos Assentamentos de Reforma Agrária do Estado de São Paulo - MST](#)>Acessado em: 25 ago. 2023.

MATTEI, Lauro Francisco; ANDRADE, Daniel Cardoso de. Agroindústrias e projetos de assentamentos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente. **Estudos da sociedade e Agricultura**, Rio janeiro, v.25, n.1, p. 83- 106, fev-mai. 2017. Disponível em:< Agroindústrias e projetos de assentamentos de reforma agrária: considerações acerca da trajetória recente: Agroindustries and agrarian reform settlement projects: considerations about their recent trajectory | Estudos Sociedade e Agricultura (revistaesa.com)>acessado em: 20 jun. 2023.

MARQUES, Marta Inês Medeiros. A geografia agrária diante dos desafios contemporâneos e a potência do materialismo dialético como método. *In*: BRINGEL, Fabiano de Oliveira; MACEDO, Cátia de Oliveira; JUNIOR, Paulo Olivio Correia de Aquino (Organizadores). **As geografias agrárias a partir da Panamazônia: lutas socioambientais e fronteiras do capital no Brasil**. Ananindeua-PA: Cabana, 2023, p.85-119.

MARCONI e LAKATOS (2020). **Metodologia do trabalho científico**: projetos de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertação de mestrado e trabalho de conclusão de curso. 8. Ed. [4ª reimpr.]. São Paulo: Atlas, 2020.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MELO, João de Jesus Silva. **Polos Agroflorestais: Caminho e Descaminhos de um projeto de assentamento familiar no Acre**. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) na Universidade Federal do Acre, Rio Branco Acre, 2022. Disponível:< [PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA \(posgeoufac.com\)](http://posgeoufac.com)> Acessado em: 09 mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MESQUITA, José Eymard de lima; MOURA, Geraldo de Melo; CAMPOS, Invandir Soares. Levantamento das condições de armazenamento a nível de produtor, nos municípios de Rio Branco, Senador Guiomard e Plácido de Castro. Rio Branco, AC: **Embrapa-UEPAE**, Rio Branco, 1984. Disponível:<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/492349> Acessado em: 18 abr. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Rio Janeiro: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO da Agricultura e Pecuária. **Observatório da Agropecuária** .2024. Disponível em:< [Observatório da agropecuária brasileira \(inmet.gov.br\)](http://inmet.gov.br)> Acesso em: 13 abr. 2024.

MINISTÉRIO do desenvolvimento agrário. Inca. Áreas arrecadas pelo Inca serão destinadas à reforma agrária no Acre.27.11.2023. Disponível em:<Áreas arrecadas pelo Inca serão destinadas à reforma agrária no Acre — Inca> Acessado em: 04 dez 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino.de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 3. ed. São Paulo: Ática S.A, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Amazônia, Monopólio, Expropriação e Conflito**. 3ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1990.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A geografia e a luta no campo: conflitos e violência movimentos sociais e resistências a “nova república” a reforma agrária**. 5. ed. São Paulo:Contexto,1993.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

ORÇAMENTO secreto: TCU vê compra de R\$ 3,2 bilhões em tratores e equipamentos agrícola fora de planejamento entre 2019 e 2021. **G1 Globo**, 2023. Disponível em:<[Orçamento secreto: TCU vê compra de R\\$ 3,2 bilhões em tratores e equipamentos agrícolas fora do planejamento entre 2019 e 2021 | Política | G1 \(globo.com\)](#)>Acessado em: 13 abr. 2024.

PAULA, Elder Andrade de. **(Des) envolvimento sustentável na Amazônia ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: EDUFAC, 2005.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo verde e transgressões: A Amazônia, espelho de Caliban**. Dourados-MS: ED. UFGD, 2013.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da (org.). **Trajetórias da luta Camponesa na Amazônia-Acreana**. Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. No limiar da resistência: luta pela terra e ambientalismo no Acre. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 201–223.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e Questão Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 3, n. 7, p. 87–108, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532..> Acesso em: 29 abr. 2024.

PLANO DE GOVERNO 2019-2022. Rio Branco- Acre, 2018. Disponível em:< [Plano-Estrategico-de-Governo-web.pdf \(seplan.ac.gov.br\)](#)> Acesso em: 20 fev. 2024.

PINHEIRO, Bruna. O desmonte da política pública impede avanços da agricultura familiar em Mato Grosso. **O joio e o trigo**, 26 jul. 2019. Disponível em:<[Desmonte de políticas públicas impede avanços da agricultura familiar em Mato Grosso \(ojoioetrigo.com.br\)](#)>Acesso em: 20 abr. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; CUIN, Danilo Pereira; LADEIRA, Julia Nascimento; SILVA, Marlon Nunes; LEÃO, Pedro Catanzaro da Rocha. A Ruptura Política e a Questão Agrária no Brasil (2015–2017).**Revista OKARA: Geografia em debate**, Paraíba, v.12, n.2, p. 708-730, 2018. Disponível em:< [A RUPTURA POLÍTICA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO](#)

[BRASIL \(2015-2017\): da política da terra arrasada à luta pela dignidade | Julia Ladeira - Academia.edu](#)> Acesso em: 13 abr. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTE, Karina Furini da. A produção do espaço regional Amazônico no contexto da internacionalização do capital: Das Commodities ao desenvolvimento sustentável. **PEGADA** - A Revista da Geografia do Trabalho, Presidente Prudente, SP, v. 18, n. 2, 2017. DOI: 10.33026/peg.v18i2.5137. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5137>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (Org.). **Apoios: agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17–33.

PINTO, Paula Máximo de Barros. **Titulação dos Assentamentos Rurais: o que está em jogo quando a mercantilização da terra é priorizada em detrimento da reforma agrária?** / Paula Máximo de Barros Pinto; [organização Julianna Malerba]. -- Rio de Janeiro: FASE, 2023. -- (Direito à terra e ao território).

RIBEIRO, Dinalva Donizete; PEREIRA, José Wellington Abreu. Entraves à política pública para a agricultura familiar (ppaf) observados pela lente do campesinato. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 37, p. 104–122, 2020. DOI: 10.5216/revgeoamb.vi37.61332. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/geoambiente/article/view/61332>. Acesso em: 12 jul. 2024

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília. França. São Paulo: Ática, 1993.

RECORDE no agronegócio e aumento da fome no Brasil: como isso pode acontecer ao mesmo tempo. **G1globo**, 2021. Disponível em: <[Recordes no agronegócio e aumento da fome no Brasil: como isso pode acontecer ao mesmo tempo? | Agronegócios | G1 \(globo.com\)](#)> Acesso em: 20 abr. 2024.

STÉDILE, João Pedro. Reforma agrária e o MST. **Crítica Marxista**, São Paulo, Xamã, v.1, n.5, p.81-95, 1997. Entrevista concedida a Luiz Antônio Cabello Norder.

SAUER, Sérgio. “Reforma agrária de mercado” no Brasil: um sonho que se tornou dívida. **Estudos Sociedade e Agricultura**: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, núm. 1, p. 98-126, 2010. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=599964689003>> Acessado: 13 ago. 2023.

SANTOS, Bruna Cristine de Lima; ALVES, José. Uma análise a partir dos conflitos agrários no campo acreano de 2019 a 2022. In: ALVES, José; PONTE, Karina Furini da; SOCOLOSKI, Thaimon da Silva (Org.). **As práxis no/do mundo do trabalho: espoliação da natureza, trabalho escravo contemporâneo e eco (etno)genocídios no Brasil: anais**. Goiânia: **Edufac**, 2023. p.153-168. Disponível em: <files.cercomp.ufg.br/weby/up/214/o/Anais_XXII_Jornada_do_Trabalho_2023_versao_final_para_publicacao_Edufac.pdf?1720530693> Acessado em: 08 abr. 2025.

SAUER, Sérgio; LEITE, Acácio Zuniga. Medida provisória 759: descaminho reforma agrária e legalização de grilagens de terra no Brasil. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 14-40, 2017. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i1.258.

Disponível em:

<https://www.retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/258>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SAUER, Sérgio.; LEITE, Acácio Zuniga.; TUBINO, Neli Luiza Guimarães. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 285–318, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12518. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12518>. Acesso em: 13 abr. 2024.

SANTANA, Aurelane Alves. **Cativeiro do Agronegócio no Campo Brasileiro**: uma análise da escravidão contemporânea a partir do Oeste da Bahia. 2022. Tese (Doutorado em geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovam- Sergipe, 2022. Disponível em:<

ri.ufs.br/bitstream/riufs/17456/2/AURELANE_ALVES_SANTANA.pdf> Acessado em: 27 ago. 2023.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. rev. e atual, São Paulo: Cortez, 2007.

SEGALHA, Vinícius. Congresso derruba veto de Bolsonaro e agricultura familiar terá auxílio de 2.500. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 dez. 2021. Disponível em:<[Congresso derruba veto de Bolsonaro, e agricultura familiar | Política \(brasildefato.com.br\)](Congresso derruba veto de Bolsonaro, e agricultura familiar | Política (brasildefato.com.br))>Acessado: 13 abr. 2024.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. 4. ed. 1981.

SILVA, José Graziano da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1998.

SILVA, Adalberto Ferreira da. **Ocupação recente das terras do Acre**: transferência de capitais e disputa pela terra. Belo Horizonte: UFMG, 1982

SILVA, Jesiel Souza. Breve Revisitação ao Conceito de campesinato no Brasil. **Revista Nera**, [S. l.], n. 50, p. 40–63, 2019. DOI: 10.47946/rnera.v0i50.6006. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6006>. Acesso em: 25 ago. 2023.

SILVA, Silvio Simione da Silva. **Resistência camponesa e desenvolvimento agrário**: uma análise a partir da realidade amazônico-Acreana. Rio Branco: Edufac, 2011.

SILVA, Silvio Simione da. O Espaço Agrário Acreano nas Últimas Décadas do Século XX1. **Revista Nera**, Presidente Prudente, SP, n. 4, p. 42–49, 2005. DOI: 10.47946/rnera.v0i4.1479. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1479>. Acesso em: 01 jan. 2024.

SILVA, Silvio Simione da. A realidade camponesa da produção amazônica-acriana: formação social e expressão territorial. **Revista de Sociologia da UFScar**, [S.l.], v.3, n.1, p. 19-43, 2013.

Disponível em: [A realidade camponesa da produção familiar amazônico-acriana: formação social e expressão territorial | Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar](#). Acesso em: 01 jan. 2024.

SILVA, Silvio Simione da; AZEVEDO, Emanuel Mustafa de; BESSA, Marcio Moacir. Assentamento rural PDS Nova Baixa Verde: Novos enfoques da ação da reforma agrária do Incra. **Revista Cientific@**: Faculdade Evangélica de Goianésia, p.32-45, 2015. Disponível em: [Vista do ASSENTAMENTO RURAL PDS NOVA BAIXA VERDE: NOVOS ENFOQUES DA AÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA DO INCRA NA REGIÃO ACRIANA \(unievangelica.edu.br\)](#)> Acessado em: 28. Ago. 2023.

SOUZA, Israel. Da versão á aversão: “O desenvolvimento Sustentável” no Acre pós-florestania. *In*: SOUZA, Israel (organizador). “**Desenvolvimento Sustentável**” no Acre: leituras Críticas. Rio Branco: EAC Editor, 2021, p. 7-52.

SOUZA, Carlos Alberto Alves. **História do Acre**: novos temas nova abordagem. Rio Branco: Editor Carlos Adalberto Alves de Souza, 2005.

SOARES, Marcelo Pires. **Assentamentos Rurais Sustentáveis na Amazônia**.2017. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em:<[Universidade do Estado do Amazonas - Repositorio: Assentamentos rurais sustentáveis na Amazônia \(uea.edu.br\)](#)>Acessado: 12 mai. 2024.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 5, n. 1 e 2, 2012. DOI: 10.33026/peg.v5i1 e 2.1276. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1276>. Acesso em: 1 nov. 2023.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI**. (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos). 2009. 997 p. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, p. S025-S044, 2014. Disponível em:< [SciELO - Brasil - O campesinato brasileiro: uma história de resistência O campesinato brasileiro: uma história de resistência](#)> Acessado em: 15 jan. 2024.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Revista Sociedade e Agricultura**, p. 87-145, 15 out. 2003.